Tecnologia
Ascenty vai investir R$ 1,47 bi em dois novos centros de dados em Osasco (SP), diz o CEO, Christopher Torto B6



Bolsa
Proposta de alteração das regras do Novo Mercado da B3 é totalmente rejeitada em votação por 74 empresas C4



Turismo
Queda em viagens aos EUA e câmbio reduzem preços de pacotes e atraem mais brasileiros ao país, diz Fabio Mader, da CVC B5

Quarta-feira, 2 de julho de 2025
Ano 26 | Número 6285 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Governo entra no STF contra derrubada do IOF, e crise com Congresso se amplia

Política Segundo a AGU, Legislativo violou separação entre os Poderes; oposição vê declaração de guerra do Executivo

Tiago Angelo, Sofia Aguiar, Gabriela Guido e Beatriz Roscoe
De Brasília

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou ontem com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para restabelecer o decreto que elevava as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), derrubado pelo Congresso na semana passada. A decisão, tomada a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acirrou ainda mais os ânimos entre o Executivo e o Legislativo.

Interlocutores do Planalto procuraram a cúpula da Câmara e do Senado antes de formalizar a judicialização. A oposição reagiu, vendo uma declaração de guerra ao Congresso. Já líderes da base governista argumentaram que a medida é uma defesa das prerrogativas do Executivo.

Segundo a AGU, a Constituição estabelece como competência do presidente definir as alíquotas de impostos como o IOF. "Não pairam dúvidas acerca da competência do Executivo federal para alterar as alíquotas do IOF, desde que respeitados os limites previstos em lei específica." O governo elevou o IOF como uma das medidas para cumprir as metas fiscais de 2025 e 2026.

A ação foi anunciada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias. Segundo ele, o Congresso violou a separação entre os Poderes ao derrubar o decreto. No STF, o caso vai ser relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, que já conduz outros dois processos sobre o tema, um ajuizado pelo Psol e outro pelo PL. A expectativa da equipe econômica é que o ministro conceda liminar favorável ainda neste mês, antes do próximo relatório bimestral de receitas e despesas, previsto para o dia 22. O STF está em recesso, mas Moraes optou por continuar atuando em seus processos.

A ação apresentada pelo governo é mais sutil que a do Psol. O partido pediu para o ato do Congresso ser declarado inconstitucional, enquanto a AGU pretende que a Corte confirme a legalidade do decreto do presidente que aumentou o IOF. Para isso, optou por um tipo de processo menos utilizado no STF, a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que serve para estabelecer que uma medida é juridicamente válida. Página A10

Senado aprova pacote fiscal de Trump, com desempate de Vance

Sam Fleming e Myles McCormick
Financial Times, de Londres e Washington

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, está mais perto de aprovar no Congresso seu projeto de lei que corta US$ 4,5 trilhões em impostos, reduz os gastos com saúde e aumenta o endividamento do governo. A proposta foi aprovada pelo Senado por 51 votos a favor e 50 contra — com o voto de desempate do vice-presidente, J.D. Vance. Agora, o texto volta à Câmara — onde uma versão anterior foi aprovada também por apenas um voto —, antes que Trump possa sancioná-lo.

O pacote tem sido duramente criticado por congressistas republicanos que pregam a responsabilidade fiscal e pelo bilionário e ex-aliado de Trump, Elon Musk, devido ao impacto no aumento da dívida pública. Página A15

Sem as tarifas, Fed já poderia ter cortado os juros, diz Powell

Artur Scaff e Luana Reis
De São Paulo

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, disse que se não fosse pelos possíveis efeitos econômicos das tarifas comerciais impostas por Donald Trump, o BC americano provavelmente já teria retomado o ciclo de redução dos juros. "Se ignorar as tarifas por um segundo, a inflação está se comportando exatamente como esperávamos e tínhamos esperança de acontecer", afirmou, durante fórum anual do BCE realizado em Sintra, Portugal.

Powell tem sido pressionado por Trump a cortar os juros. Ao ser questionado no evento sobre a chance de uma redução neste mês, como alguns membros do Fed têm defendido, ele disse que futuros cortes nas taxas dependerão dos dados. Página C3

Estudo vê efeito contracionista de expansão fiscal

Alex Ribeiro e Marcelo Osakabe
De São Paulo

Um novo trabalho de quatro economistas brasileiros sugere que uma expansão fiscal promovida pelo governo, seja pelo aumento de gastos, seja pelo corte de impostos, leva a uma desaceleração da economia quando o país enfrenta uma situação de fragilidade nas contas públicas. As conclusões têm desdobramentos importantes no Brasil, que apresenta dificuldades fiscais e reluta em fazer os ajustes necessários, em parte devido a receios de que provoquem uma recessão. O estudo foi elaborado pelos economistas Miguel Bandeira, Marco Bonomo e Marcos Mendes, os três do Insper, e Carlos Viana de Carvalho, da PUC-Rio e da Kapitalo Investimentos. Página A4

Tarifas



A uma semana do prazo final dado pelos EUA para a assinatura de um acordo tarifário, o ministro de Comércio Exterior da França, Laurent Saint-Martin, disse ao repórter Marcos de Moura e Souza estar "prudentemente otimista" com a possibilidade de um entendimento, mas afirma que a União Europeia "também tem meios para tomar contramedidas, ou seja, tarifas de retaliação, caso não haja uma negociação positiva". Página A18

Discussão sobre mudanças no FGC avança

Álvaro Campos e Talita Moreira
De São Paulo

As conversas sobre mudanças no Fundo Garantidor de Créditos (FGC) têm avançado nas últimas semanas. Há consenso entre os bancos para que o FGC adote novos critérios, baseados em dois princípios: qualidade dos ativos e materialidade. O primeiro define que se os ativos de boa qualidade de uma instituição financeira forem maiores que sua exposição ao FGC, a situação é considerada adequada. O segundo princípio, da materialidade, divide as instituições conforme seu potencial impacto, em caso de ter problemas, para o FGC. Aquelas com um efeito de até 2% do patrimônio do fundo seriam classificadas como "baixa materialidade". Até 5%, "média materialidade", e acima disso, como "alta materialidade". Página C1

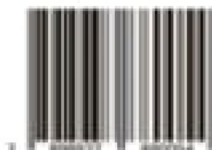
Embate do IOF mostra que a eleição de 2026 está guiando os fatos

Lu Aiko Otta A2



Indicadores

Ibovespa	1/jul/25	0,50 % [illegible]
Selic (meta)	1/jul/25	15,00% ao ano
Selic (taxa efetiva)	1/jul/25	14,90% ao ano
Dólar comercial (BC)	1/jul/25	5,4505/5,4511
Dólar comercial (mercado)	1/jul/25	5,4604/5,4610
Dólar turismo (mercado)	1/jul/25	5,4915/5,6701
Euro comercial (BC)	1/jul/25	6,4182/6,4192
Euro comercial (mercado)	1/jul/25	6,4392/6,4398
Euro turismo (mercado)	1/jul/25	6,5275/6,7075



Cenário eleva vigilância sobre incorporadoras

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O cenário de juros altos e caixa mais apertado, em meio à menor disponibilidade de recursos baratos da poupança para financiar obras, tem aumentado a vigilância de credores sobre as incorporadoras. Com isso, a demanda por serviços de monitoramento ("watchdog"), que visam a prevenir atrasos e desvios em projetos, tem crescido. No monitoramento financeiro são acompanhados a destinação de recursos e o fluxo de pagamentos. No da obra, a evolução da construção e a disponibilidade da força de trabalho. Para analistas, o momento exige atenção. Enquanto a média de empresas em recuperação judicial é de 1,98 em cada mil, a área de construção, energia e saneamento tem 4,12 por mil nesse processo, e mais de 80% delas atuam diretamente em incorporação e construção, segundo a consultoria RFG. Página B1

Indústria automotiva



A vice-presidente global da BYD, Stella Li, apresentou ontem a primeira etapa do complexo industrial da montadora em Camaçari (BA), e defendeu em entrevista à repórter Marli Olmos a redução a 10% da alíquota de importação para veículos semidesmontados. "Sem isso, não faz sentido a fábrica", disse. O pleito é motivo de disputa com concorrentes já instalados no país. Página B3

Plano Safra reduz gasto com taxa de juros subsidiada

Rafael Walendorff, Gabriela Guido e Guilherme Pimenta
De Brasília

Com o Orçamento estrangulado, o governo reduziu o gasto com equalização de juros no Plano Safra 2025/26. O custo total nesta temporada, incluindo as linhas para pequenos, médios e grandes produtores, será de R$ 13,4 bilhões, inferior aos R$ 16,3 bilhões do ciclo anterior, encerrado na segunda-feira.

Na agricultura empresarial, o custo do subsídio será de R$ 3,9 bilhões, 33% menos que os R$ 5,9 bilhões da temporada 24/25. No novo ciclo, serão R$ 113,7 bilhões em linhas equalizadas, ante R$ 92,8 bilhões na safra recém-encerrada. Na agricultura familiar, o custo será de R$ 9,5 bilhões, 8,5% menos que os R$ 10,4 bilhões do ciclo passado. Na temporada 25/26 serão R$ 43,4 bilhões em linhas subvencionadas, ante R$ 45,4 bilhões no ciclo anterior. Página B8

Brasil

Não é possível revogar o ano de 2025



Lu Aiko Otta

Mais do que o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o decreto legislativo baixado pelo Congresso Nacional na semana passada parece ter revogado o ano de 2025. Os votos de deputados e senadores para anular uma medida do Executivo mostram que as eleições de 2026 estão no comando dos fatos. Ontem, contrariando os conselhos da turma do "deixa disso" que quer preservar o diálogo com o Legislativo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu à Justiça para combater o que julga ser uma invasão de suas prerrogativas constitucionais no caso do IOF. O modo embate segue acionado.

O detalhe é que as eleições estão longe. Enquanto isso, o tema das contas públicas vai continuar em cena, até porque existe uma legislação a ser cumprida. Em algum momento deste ano, governo e Congresso precisarão voltar à mesa de negociação.

No próximo dia 22, o governo apresenta a nova edição do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), mais conhecido como "bimestral". O documento atualiza as projeções de receitas e despesas deste ano e, por consequência, diz quanto precisa ser congelado para que seja cumprida a meta fiscal de déficit zero, com margem de tolerância de R$ 31 bilhões.

Se fosse editado hoje, o bimestral teria de incorporar um buraco de R$ 10 bilhões nas receitas, por falta do aumento do IOF. Por consequência, seria preciso contingenciar mais despesas, inclusive as decorrentes de emendas de parlamentares ao Orçamento.

Até o dia 22, fatos novos poderão surgir. Acionado, o Supremo pode decidir favoravelmente ao governo e restaurar o aumento do IOF que o Congresso derrubou. Além disso, está no radar uma receita extra de cerca de R$ 15 bilhões com a venda de excedentes do pré-sal, aprovada ontem pelo Senado.

A dúvida é se haverá tempo para realizar o leilão do óleo ainda este ano, para incluir os recursos nas projeções de receitas de 2025.

Mesmo sem IOF e sem pré-sal, governo e mercado enxergam condições de a meta fiscal deste ano ser cumprida, recorrendo ao uso da margem de tolerância e aos descontos com pagamentos de precatórios. O buraco pode ser coberto com o recolhimento de mais dividendos de bancos públicos, por exemplo.

Para 2026, porém, o quadro é mais complicado, porque só a ausência do IOF e da Medida Provisória (MP) 1.303, que entre outras coisas eleva a tributação sobre bets e fintechs e corre risco no Congresso, abriria uma lacuna de cerca de R$ 40 bilhões.

A meta fixada para o ano é um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). A resposta sobre como será alcançada precisará ser dada até o dia 31 de agosto, prazo para o envio, ao Congresso Nacional, do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026.

Apesar da dificuldade, mudar a meta não está nos planos da equipe econômica.

No momento, a ideia é manter o tripé formulado para navegar em 2025 e 2026: aumento do IOF, MP 1.303 e corte em gastos tributários.

Se um pilar do tripé falhar, outro será ajustado para compensar, disse um integrante da área econômica. Assim, o corte em gastos tributários ainda não foi proposto, pois pode ser necessário recalibrá-lo. A equação pode ser completada ainda com novas fontes de receitas, mais congelamento de gastos e cortes de despesas com os quais o Congresso concorde.

Nesse cenário, é possível que o PLOA 2026 seja composto por receitas ainda pendentes de aprovação. Não será uma novidade. É a forma como o Executivo comunica que precisa de ajuda para atingir os objetivos da política fiscal.

"Eu acredito que, ao colocar o dedo na ferida de que nós precisamos recuperar o Orçamento público no Brasil, eu estou comprometendo o país inteiro com isso", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao **Valor**. "Não é só o Executivo; é uma forma de chamar a atenção do Judiciário, para não ter outra 'tese do século', e do Legislativo, de que não dá para brincar com 'jabuti' a essa altura do campeonato."

Originalmente, disse o ministro, o governo pretendia cortar R$ 40 bilhões em gastos tributários. O plano foi apresentado à cúpula do Congresso na noite do dia 8 de junho. Os líderes partidários indicaram ser impossível mexer em itens como a Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional. Assim, a proposta que ficou sobre a mesa é um corte da ordem de R$ 15 bilhões, sobre incentivos não estabelecidos na Constituição.

A pergunta que fica é se será possível cortar os demais programas, mesmo considerando que o corte de gastos tributários tem sido defendido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O Congresso precisará discutir o Orçamento de 2026 e seus dilemas. Não há como torná-lo factível sem a aprovação de novas medidas que dependem do Legislativo.

No momento, porém, o ambiente segue envenenado, com tênues acenos à paz.

Haddad disse a este jornal, na tarde de segunda-feira, que queria retomar o diálogo e preservar a amizade com Motta. Naquela mesma hora, porém, Lula decidia recorrer ao Supremo.

No entanto, o governo optou por pedir à corte que declare constitucional o aumento do IOF. É uma abordagem menos agressiva do que argumentar que a decisão do Congresso é inconstitucional.

Haddad tem repetido que há um encontro marcado entre governo e Congresso para discutir cortes de despesas. Foi o combinado com os líderes. Mas, passados 24 dias, a mesa de negociações segue vazia.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Tecnologia Instituições de fomento lançam ações para atrair mercado tecnológico e assinam protocolo de intenções para criar "hub" de processamento de dados no Rio

BNDES e Finep apostam em financiamento para IA e data centers

Camila Zarur e Paula Martini
De Rio

As instituições de fomento veem oportunidades de investimento para área de inteligência artificial (IA) e estão promovendo ações para atrair data centers ao país. Nesta terça-feira (1), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) assinaram um protocolo de intenções para desenvolver o Rio como um "hub" de centro de dados. O documento também tem como signatários o governo federal, a prefeitura carioca e a Eletrobras.

Esse memorando — que prevê desenvolvimento, financiamento e instalação de data centers de alta capacidade no Rio — é o primeiro acordo do tipo entre as instituições e pode ser replicado para outros Estados e municípios.

Mirando a criação de um ecossistema tecnológico e o desenvolvimento de tecnologias brasileiras, o diretor de planejamento e estruturação de projetos do BNDES, Nelson Barbosa, afirmou que o banco avalia a criação de um fundo voltado para projetos de data centers e inteligência artificial.

Segundo Barbosa, o BNDES planeja aportar de R$ 500 milhões a R$ 1 bilhão no fundo, como parte da retomada dos investimentos em venda variável da BNDESPar, braço de participações societárias do banco de fomento. Na semana passada, o presidente do banco, Aloizio Mercadante, anunciou que o banco vai destinar R$ 10 bilhões para investir em ações de empresas. Do total, R$ 5 bilhões serão feitos via participação direta e outros R$ 5 bilhões por meio de fundos de participação, os FIPs.

"Dos R$ 5 bilhões destinados a fundos, estamos avaliando um fundo voltado para data center e IA com potencial de o BNDES aportar algo entre R$ 500 milhões e R$ 1 bilhão", afirmou Barbosa no evento "Governança e Estratégias Públicas em Inteligência Artificial", seminário paralelo à cúpula do Brics, na sede do banco, no Rio.

Segundo o diretor e ex-ministro do Planejamento, o fundo pode chegar ao total de R$ 2,5 bilhões a R$ 5 bilhões, se forem considerados os investimentos privados em potencial para apoiar o desenvolvimento de empresas de tecnologia da informação no país.

Barbosa explicou que os recursos serão destinados para todos os elos da tecnologia da informação — desde os vários modelos de data center, pesquisa e desenvolvimento de algoritmo, até aplicativos e soluções de IA e hardwares incluindo games e indústria criativa.



"Estamos avaliando um fundo voltado para data center e IA"
Nelson Barbosa

O executivo também destacou que, desde 2023, o banco totalizou um apoio de R$ 1,7 bilhão ao setor via financiamento ou participação em fundos de investimento em participações. O montante inclui a aprovação de R$ 1 bilhão em nove operações que envolvem hardware, data centers e produtos de TI; o aporte de capital em duas empresas, via BNDESPar, que somam cerca de R$ 63 milhões; e R$ 700 milhões em sete fundos de participação que usam empresas ou tecnologia habilitadora de IA no seu modelo de negócio. "A expectativa é que esses R$ 700 milhões alavanquem mais R$ 2,3 bilhões de capital privado, viabilizando o crescimento dessas empresas", disse.

O presidente da Finep, Luiz Antonio Elias, acredita que há uma oportunidade grande para o Brasil, ao criar esse espaço positivo de financiamento no país, se colocar em posição de vantagem no mercado internacional para atração de empresas tecnológicas. O chefe da empresa pública cita como exemplo o próprio memorando assinado nesta terça-feira.

"O protocolo é feliz em perceber a questão do financiamento. Ou seja, ele cria um modelo de financiamento entre a Finep, o BNDES e a Eletrobras diferenciado ao olhar a oportunidade que o Rio tem. A cidade passa a ser um centro atrativo de investimentos pela capacidade de conectividade que terá", disse Elias, ao **Valor**, ao ressaltar a estrutura que a capital carioca já tem, como cabos submarinos em conexão a outros países, herdados ainda da época da Olimpíada.

Segundo Elias, o protocolo de intenções está ancorado no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, lançado pelo governo federal no ano passado. "[Esse memorando] traz uma iniciativa estratégica de um impacto não só econômico, mas científico e tecnológico muito grande", completou.

Produção de petróleo bate recorde em maio

Kariny Leal
Do Rio

O Brasil registrou recordes de produção de petróleo e de gás natural em maio, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP). No mês, o país produziu 3,679 milhões de barris de petróleo por dia (bbl/d), um aumento de 10,9% em relação a maio de 2024.

A produção de gás natural em maio deste ano foi de 172,30 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/d), aumento de 18,3% na comparação com igual mês de 2024.

No total, a produção de petróleo e gás do Brasil em maio foi de 4,763 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

O pré-sal também registrou recorde de produção de petróleo e gás, com a marca de 3,803 milhões de boe/d, um aumento de 14,8% em comparação a maio do ano passado. No mês, a camada do pré-sal representou 79,8% do total nacional, por 163 poços. De maneira isolada, a produção de petróleo foi de 2,943 milhões de bbl/d, e a de gás natural, de 136,75 milhões de m^3/d na região.

Os campos marítimos produziram 97,6% do petróleo em maio e 87,6% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 89,30% do total produzido no mês.

Em maio, o aproveitamento de gás natural foi de 97,5% no país. Foram disponibilizados ao mercado 55,41 milhões de m^3/d e a queima foi de 4,29 milhões de m^3/d. Houve um aumento de 20,9% na queima em relação a maio de 2024.

Operado pela Petrobras, em consórcio com Shell e Petrogal, o campo de Tupi, no pré-sal da bacia de Santos, foi o maior produtor em maio, com 822,71 mil bbl/d de petróleo e 41 milhões de m^3/d de gás natural.

Curta

Reajuste na Enel SP

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o reajuste tarifário anual da Enel Distribuição São Paulo (Enel SP). A empresa atende a 8,07 milhões de unidades consumidoras em 24 municípios do Estado. Com o reajuste, consumidores de alta tensão, como indústrias e shoppings, terão um acréscimo médio de 15,77% nas contas. Já os clientes de baixa tensão, que incluem residências e pequenos comércios, enfrentarão aumento médio de 13,47%. "Isso provavelmente vai reverberar na economia do país. É uma parcela significativa do consumo e muitos especialistas do setor não estavam estimando esse aumento, imagino que muito menos o mercado financeiro", avalia Lucas Paiva, engenheiro elétrico e sócio da empresa Lead Energy, que atua buscando soluções energéticas que impactam o bolso dos consumidores e no meio ambiente, com energia verde. Segundo Paiva, o aumento foi motivado por componentes financeiros embutidos nas tarifas, que vinham temporariamente reduzindo os valores nos ciclos anteriores. "As distribuidoras geralmente têm componentes financeiros que ajudam a suavizar os reajustes. No caso da Enel SP, esses componentes estavam reduzindo a tarifa no ano anterior e, neste ano, saíram da conta. Além disso, houve também um reajuste no custo da energia em si. Isso tudo somado traz um impacto significativo para os clientes", explica. Diante de aumentos como esse, Paiva aponta uma saída possível para quem deseja maior estabilidade. "Nem os especialistas sabem ao certo o que será ou não contabilizado nos ajustes tarifários anuais das distribuidoras, o que torna muito difícil prever esses reajustes", afirma.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Aberdeen C6
Actis B4
Adnoc B2
Ágora C6
Alphabet B6
Ambev B2
American Airlines B5
Andbank C6
Arco Educação B4
Ascenty B6
Ativa C6
Avenues School B4
Azul B5
B3 C4
Bain Capital B6
Banco Daycoval C6
Banco do Brasil C1, C6
Banco Master C1
Banco Pine C2
BB Investimentos C6
Benndorf Research C6
BlackRock C6
BNDES A2
Borouge Group International B2
BP B2
Bradesco C6
BTG Pactual C6
BYD B3
Caixa C1
Castrol B2
CCC B1
Certiphic B1
Citigroup C6
CM Capital C6
CNA B4
Cogna B4
Concept B4
Continental B3
Copel C6
Covestro B2
Cruzeiro do Sul
Educacional B4
Cultura Inglesa B4
CVC Corp B5
Cy.Capital B1
Cyrela B1
Daycoval C1
Decolar B5
DeepSeek C2
Deutsche Bank C2
Eletrobras A2
Embraer C6
Enel A2
Energisa B2
Euromonitor B2
Ford B3
Genial C6
Gera B4
Gol B2, B5
Grupo SEB B4
Harrison Clarke B6
Heineken B2
HMC Capital B7
Honda B3
Horse Powertrain B2
Huawei Technologies B6
Hugging Face B6
Insper A4
Ipsos A6
Itaú C6
Jubarte B7
Kapitalo Investimentos A4
Kepler Weber B7
Kering B3
Kumon B4
Latam B5
Lead Energy A2
Leblon Equities C6
Maple Bear B4
Master C1
Meta A13, B6
MidOcean B2
Monte Bravo C6
Natura B4
Nissan B3
Nord Anglia Education B4
Nova Futura C6
Nubank C1, C2
Nuvemshop A6
Odata B6
OpenAI B6
Pearson B4
Petrobras A2, B3, C2
Petrogal A2
Petrópolis B2
Planner C6
Pine C6
Red House B4
Renault B3
RFG B1
Rongsheng B2
Sabesp C6
Safra C6
Santander C6
Santos B2
Saudi Aramco B2
Scala Data Centers B6
Shell A2
Skycom B6
Standard Chartered C6
Telefônica C6
Terra Investimentos C6
Tesla B6
Uber Technologies B6
Vale C2
Valeline B2
Vanguard C6
Vasta B4
Warner Music B6
Waymo B6
Wedbush B6
Wizard B4
Woodside Energy B2
XP Investimentos C6
XRG B2

Conjuntura Para secretário-executivo da Fazenda, desaceleração de preços abre caminho para debater Selic

Durigan crê em espaço para rever alta do juro

Paula Martini e Camila Zarur
De Rio

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nessa terça-feira (1º) que pode haver condições para rever o ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic, "em breve". Na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou, por unanimidade, a Selic em 0,25 ponto percentual, para 15% ao ano.

Em um evento sobre governança e estratégicas públicas para inteligência artificial na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio, o secretário afirmou que a inflação está desacelerando, o que abre espaço para a revisão da política monetária.

"Tem muita gente que reclama da inflação. A gente deve se preocupar sempre com inflação, mas ela começa a cair. Maio e junho mostram que, no período de 12 meses, a inflação começa a dar sinais de queda, dando condições para que a gente reveja a política monetária e consiga ter taxas de juros mais baixas no país", disse.

Depois, em conversa com jornalistas, Durigan evitou opinar sobre a política monetária do Banco Central e comentar se o Copom pode dar alguma sinalização nesse sentido na próxima reunião, em 29 e 30 de julho. "Eu não tenho intenção de comentar, de falar, ou orientar qualquer questão sobre política monetária. Mas acho que a gente tem que reconhecer que a situação e as condições do país hoje estão muito boas", defendeu. "A gente, em breve, deve ter condição para reverter a alta de juros."

As falas sobre a inflação e a taxa de juros vieram seguidas de uma defesa, pelo secretário, da política econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Nesse governo do presidente Lula, todo trimestre o Brasil cresceu de forma consistente. E a gente espera que siga nessa toada até o fim do ano que vem."

O atual número 2 da Fazenda também defendeu o chefe da equipe econômica, o ministro Fernando Haddad, que tem sido pivô no atrito entre Executivo e Legislativo desde o início da crise causada pela medida que propõe o aumento do Imposto de Operações Financeiras (IOF). "Eu tenho muito orgulho de estar com o ministro Haddad, podendo entregar esses bons resultados para o país, o que nem sempre é fácil", admitiu.

Durigan não chegou a comentar diretamente sobre a crise institucional entre os poderes, mas fez um menção indireta ao falar da quantidade de "ruídos" recentes: "Vocês estão acompanhando a quantidade de problema e ruído que a gente tem. Mas acho que faz parte da democracia e do diálogo institucional."

Ao comentar a ação movida pelo governo federal contra a derrubada do decreto que elevou as alíquotas do IOF pelo Congresso Nacional, Durigan afirmou que essa é uma questão "menos política ou econômica". "O advogado-geral da União [Jorge Messias] falou que é uma questão menos política, menos econômica. É mais de preservar as prerrogativas e competências do Poder Executivo. Eu concordo com essa visão."

Durigan disse que o Congresso também tem a prerrogativa de dar a palavra final em determinadas matérias. Ele completou dizendo que, no caso do decreto do IOF, o Parlamento votou contra o conteúdo da medida, e não por haver um atravessamento entre os Poderes. "A decisão do Congresso foi de mérito, uma negativa ao conteúdo do decreto, e não apontando um extravasamento de escopo."

Ele seguiu a linha do ministro Fernado Haddad, que argumentou que o decreto tem caráter regulatório, e não arrecadatório. "O Congresso tem a possibilidade de derrubar os vetos, de aprovar o Orçamento. Mas, nesse caso, a Constituição diz que é competência do presidente da República, do Poder Executivo."


Dario Durigan: "A gente, em breve, deve ter condição para reverter a alta de juros"

> Congresso também tem a prerrogativa de dar a palavra final em determinadas matérias, defende secretário

CMN amplia uso do FAT em crédito atrelado à TR

Guilherme Pimenta e Gabriel Shinohara
De Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou o limite do uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para operações de financiamento com custo financeiro atrelado à Taxa Referencial (TR).

A medida libera R$ 4,43 bilhões em operações de crédito ou apoio a operações de crédito para a Nova Indústria Brasil (NIB), a política industrial do governo federal. A decisão foi tomada em reunião extraordinária realizada pelo CMN na segunda-feira e divulgada ontem pelo Ministério da Fazenda.

Em nota, a pasta informou que o limite passou de 1,5% para 2,5%, a fim de "alavancar o apoio ao setor industrial e ampliar o acesso a crédito com melhores condições financeiras". Os recursos serão destinados "exclusivamente ao financiamento de investimentos e gastos em difusão tecnológica".

O aumento, que foi solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), passou por "extensa análise", segundo o Ministério da Fazenda.

"Esses recursos cumprirão papel fundamental na modernização do parque produtivo nacional. Importante ressaltar que a medida não envolve fluxo de despesas primárias da União e, conforme previsto na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), não implica impacto sobre o resultado do primário", disse o Ministério da Fazenda.

Na reunião extraordinária, o CMN também aumentou, de R$ 5 bilhões para R$ 7 bilhões, o limite para operações de crédito com garantia da União realizadas por órgãos e entidade dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal.

A medida realoca sublimites do Novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e das Parcerias Público Privadas (PPPs), frentes nas quais "ainda há espaço para a contratação" de empréstimos. Por sua vez, os órgãos e entidades beneficiados com as mudanças já tiveram "quase metade do seu total (limite de empréstimos com garantia da União) consumido".

A redução do sublimite para o Novo PAC foi de R$ 3 bilhões para R$ 1,5 bilhão. Já para as operações de PPPs, o limite passou de R$ 1 bilhão para R$ 500 milhões. Dessa forma, soma-se os R$ 2 bilhões de aumento para os entes subnacionais. Com as mudanças, se mantém o "o limite global anual já autorizado pelo conselho para o exercício de 2025, no valor de até R$ 21,43 bilhões".

Fabricio Rainatto
CEO da LQB

GRUPO CARREFOUR BRASIL

"A virada aconteceu com a chegada do **Grupo Carrefour**. Foi um divisor de águas para a nossa indústria".

A LQB passou de 43 para 237 tipos de produtos, um crescimento de 500%.

Há 50 anos no Brasil, crescendo com nossos fornecedores.

Acesse o site:

Atacadão | Carrefour | sam's club | Carrefour banco | carrefour property

Conjuntura Trabalho contraria teoria keynesiana ao analisar reação da economia em relação ao controle de contas públicas e impactos sobre inflação e crescimento

Estímulo desacelera PIB em situação fiscal frágil, mostra estudo

Alex Ribeiro e Marcelo Osakabe
De São Paulo

Um novo trabalho acadêmico de quatro influentes economistas brasileiros sugere que uma expansão fiscal promovida pelo governo, seja pelo aumento de gastos, seja pelo corte de impostos, leva a uma desaceleração da atividade econômica quando o país enfrenta uma situação de fragilidade nas contas públicas.

A conclusão surpreende porque representa justamente o contrário do que é ensinado nos manuais de economia de tradição keynesiana — ou seja, que uma expansão fiscal leva a um aumento de consumo e investimento, resultando em um Produto Interno Bruto (PIB) maior.

O artigo "Contractionary Fiscal Stimulus (and Expansionary Austerity)" (estímulos fiscais contracionistas [e austeridade expansionista]) identifica notícias sobre a política fiscal das últimas décadas que fizeram os participantes do mercado financeiro ficarem mais pessimistas — ou mais otimistas — sobre o controle das contas públicas. Em seguida, mede como essas notícias, que são chamadas de choques fiscais, afetam o próprio resultado das contas públicas, o crescimento da economia e a inflação.

Numericamente, o resultado pode ser resumido pela seguinte situação: imagine que uma autoridade do governo diga de forma inesperada que vai criar uma nova despesa e que essa notícia faça os economistas do mercado ficarem mais pessimistas sobre a evolução das contas públicas — e preverem alguns dias depois no boletim Focus de expectativas de mercado que o resultado primário do setor publico será 0,064 ponto percentual (p.p.) pior para um ano à frente.

Esse choque fiscal leva, em média, a uma piora de fato no déficit primário ainda maior, de 0,35 ponto percentual um ano depois. A economia cresce em média 0,3% menos no mesmo período do que cresceria se não tivesse havido a má surpresa, e a inflação fica em média 0,4% maior.

As conclusões têm desdobramentos importantes no debate de política econômica no Brasil, que apresenta uma situação fiscal frágil e reluta em fazer os ajustes necessários, em parte devido a receios de que provoquem uma recessão. Mas pode ser relevante inclusive para economias desenvolvidas, que passaram a ser cada vez mais questionadas sobre a sustentabilidade de suas próprias trajetórias de dívida agora que o juro zero ou negativo deixou de ser a norma.

O estudo circula entre acadêmicos sob a forma de uma apresentação que ainda não chegou ao seu texto final e é elaborado pelos economistas Miguel Bandeira, Marco Bonomo, Marcos Mendes e Carlos Viana de Carvalho. Os três primeiros são do Insper, enquanto Viana de Carvalho é da PUC-Rio e da Kapitalo Investimentos. Bandeira também é associado ao Centre for Macroeconomics, da London School of Economics (LSE).

Em entrevista ao **Valor**, os autores explicam que aumentos e cortes de gastos públicos e impostos se transmitem para a economia real por diferentes canais. Alguns deles estimulam, enquanto outros atuam para frear. O que o estudo sugere, dizem, é que, em situações de preocupação com a sustentabilidade fiscal, o efeito líquido dessas forças é negativo.

Por décadas, os economistas vêm debatendo os efeitos na economia de expansões nos gastos e corte de impostos. A tradição keynesiana, inaugurada pelo economista inglês John Maynard Keynes, defende que a política fiscal é um instrumento poderoso para estimular ou conter a atividade econômica, devido aos efeitos no consumo e nos investimentos.

Uma outra corrente prega que o efeito pode ser contrário ao planejado. Expansões fiscais podem deixar a economia mais frágil via piora das condições financeiras e da confiança dos indivíduos. Por outro lado, cortes de gastos podem levar a uma expansão porque melhorariam a percepção que os agentes econômicos têm da solvência do governo — o que provoca a queda dos juros cobrados para rolar a dívida pública e reduz o custo de financiamento da economia como um todo. Essa hipótese ficou conhecida como "austeridade expansionista", termo cunhado pelo economista italiano Alberto Alesina no início dos anos 1990 e que está no centro dos debates sobre política econômica desde então, com detratores e defensores respeitados.

Dentro do Brasil, um lado e outro do debate costuma pinçar momentos da história que comprovam sua respectiva visão. Alguns lembram que um forte ajuste fiscal no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, tirou rapidamente a economia de uma recessão. Outros, que a expansão fiscal e creditícia patrocinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na crise financeira mundial de 2008 evitou uma queda mais profunda da atividade econômica.

"Reconhecemos que o estudo é muito mais sobre expansão fiscal contracionista"
Carlos Viana de Carvalho

O estudo vem chamando a atenção em seminários acadêmicos — entre eles a Conferência Anual do Banco Central do Brasil — pela forma original com que os autores identificam os choques fiscais para, então, verificar as suas implicações mais gerais para a economia.

Um dos desafios em pesquisas econômicas é descobrir o que causa o quê. Uma análise apressada dos dados poderia mostrar que, quando o déficit fiscal aumenta, a economia também vai mal. Mas é difícil saber se foi a desaceleração da economia que causou a piora das contas públicas, ao reduzir a arrecadação e aumentar os gastos, ou se foi o aumento do déficit que derrubou a economia, ao afetar negativamente os juros de mercado e as expectativas.

Para resolver esse dilema, pesquisadores costumam recorrer aos chamados choques exógenos, ou seja, eventos que vêm de fora e permitem rastrear os efeitos econômicos com menos interferência de fatores internos.

O pulo do gato do trabalho dos economistas brasileiros foi achar uma forma alternativa de detectar esses choques fiscais desde a sua origem para, então, mensurar os seus impactos na atividade e na inflação.

O artigo começa com a identificação dos choques fiscais em meio a 25 mil notícias publicadas no terminal do serviço de informações financeiras Bloomberg entre 2004 e 2023. Os economistas treinaram uma inteligência artificial para analisar as três principais notícias de macroeconomia de cada dia e selecionar aquelas que se referiam a anúncios feitos por autoridades do governo ou a resultados dos dados fiscais divulgados.

O passo seguinte foi selecionar, entre essas notícias, aquelas que tiveram impacto direto nas expectativas do mercado para o resultado primário. Para tanto, conectaram o noticiário fiscal com variações relevantes na mediana das projeções para o resultado primário um ano adiante, coletadas pela Pesquisa Focus, do Banco Central.

O resultado é um rico mapeamento de 303 choques fiscais entre 2004 e 2023. A minoria é de choques positivos. Um deles foi em setembro de 2004, no primeiro mandato de Lula, quando houve um aumento da meta de superávit primário de 4,25% do PIB para 4,5% do PIB. Outro foi em 2020, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou, após a expansão de benefícios criados na pandemia, que iria tomar medidas para cumprir o então vigente teto de gastos.



"O que o estudo sugere é: se não acontecesse o choque fiscal, o PIB cairia menos ou aumentaria mais"
Marco Bonomo

Os choques negativos são mais numerosos. O maior foi quando Guedes antecipou que o déficit em 2020, na pandemia, seria de R$ 601 bilhões. Houve impactos grandes no governo Dilma, em setembro de 2015, quando o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que estava cansado com a pauta-bomba do Congresso, que ampliava gastos; e em 2010, quando Lula cortou a meta de superávit primário.

O passo final foi usar modernas ferramentas matemáticas e estatísticas para estabelecer a relação entre cada um desses episódios de choque fiscal e a sua repercussão sobre a atividade econômica ao longo do tempo. Eles verificam o que acontece na economia depois de um choque fiscal e compararam com o que teria ocorrido se não tivesse havido esse choque fiscal.

Nessa etapa do trabalho, os pesquisadores constataram empiricamente não só como a expansão fiscal leva a uma redução da atividade econômica. Eles sugerem por quais canais ela opera. Ou seja, mostram como o choque fiscal negativo aumenta o risco Brasil, medido pelo Credit Default Swap (CDS), eleva os juros de mercado, provoca queda na bolsa e afeta negativamente as expectativas de empresas e consumidores, o crédito e o consumo e investimentos efetivos.

Uma das conclusões mais surpreendentes é que a expansão fiscal leva não somente a uma queda na atividade econômica, mas também a um aumento da inflação. Em teoria, o esfriamento da economia deveria conter o reajuste de preços. Ocorre que a incerteza fiscal promove uma depreciação do dólar, e o câmbio tem um efeito altista na inflação maior do que o efeito baixista da desaceleração econômica.

O trabalho não sugere que a teoria keynesiana esteja errada. Os economistas enfatizam que esses resultados são mais visíveis dentro de um contexto específico, de fragilidade fiscal.

Para verificar se tal hipótese é relevante, eles separaram o período amostral em dois: um primeiro regime, entre 2004 e abril de 2013, em que as preocupações fiscais eram menores, e outro, de maio de 2013 em diante. A quebra coincide com o início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, quando as preocupações fiscais passaram a fazer preço no mercado de forma mais aguda.

O resultado encontrado foi que, no primeiro período, foi praticamente nula a reação aos choques fiscais do PIB, da inflação e mesmo do próprio resultado primário apurado. Isso sugere que, provavelmente, as forças da demanda agregada e do canal das expectativas se equilibravam.

Já segundo período, o efeito contracionista se tornou mais intenso. Um choque fiscal negativo (que leva a uma piora de 0,064 ponto percentual na expectativa Focus para o primário) resulta a uma deterioração efetiva de 0,38 ponto no primário apurado, um PIB 0,52% mais baixo e uma inflação 0,36% maior do que teria sido sem o choque.

Como todo trabalho desse tipo, as conclusões são médias e válidas para a maior parte do tempo, mas sempre é possível achar algum ponto fora da curva. Desde que foi eleito, em fins de 2022, o presidente Lula está patrocinando uma expansão fiscal, que teve repercussões negativas sobre os juros de mercado e a taxa de câmbio. Ainda assim, a atividade vem surpreendendo, com expansão acima de 3% e economia superaquecida — no primeiro trimestre, o PIB avançou 1,4% e os níveis de emprego ficaram acima do esperado.

"Os resultados não implicam dizer que o PIB vai cair quando há uma expansão. O que o estudo sugere é: se não acontecesse esse choque fiscal, o PIB cairia menos ou aumentaria mais ainda", diz Bonomo.

Ainda é cedo para entender esses eventos mais recentes, mas há algumas hipóteses. Uma delas é o próprio contrafactual: a economia teria crescido ainda mais sem a expansão fiscal? Outra possível explicação é que a expansão fiscal via transferência de renda à parcela da população com maior propensão ao consumo tenha potencializado o canal keynesiano da demanda.

Os pesquisadores encontraram também evidências no sentido contrário. A partir dos episódios de choque positivo (austeridade), eles calcularam que um evento que se concretiza em uma alta de 0,48 ponto percentual do superávit primário um ano depois também se traduz, no período, em uma alta média do PIB em 1,6 ponto. A inflação, no entanto, também sobe neste caso, em 0,2 ponto.

É um resultado que parece mediado pela melhora do prêmio de risco. Os autores ressaltam, no entanto, que o grau de confiança sobre esses resultados é menor do que no caso da expansão contracionista.

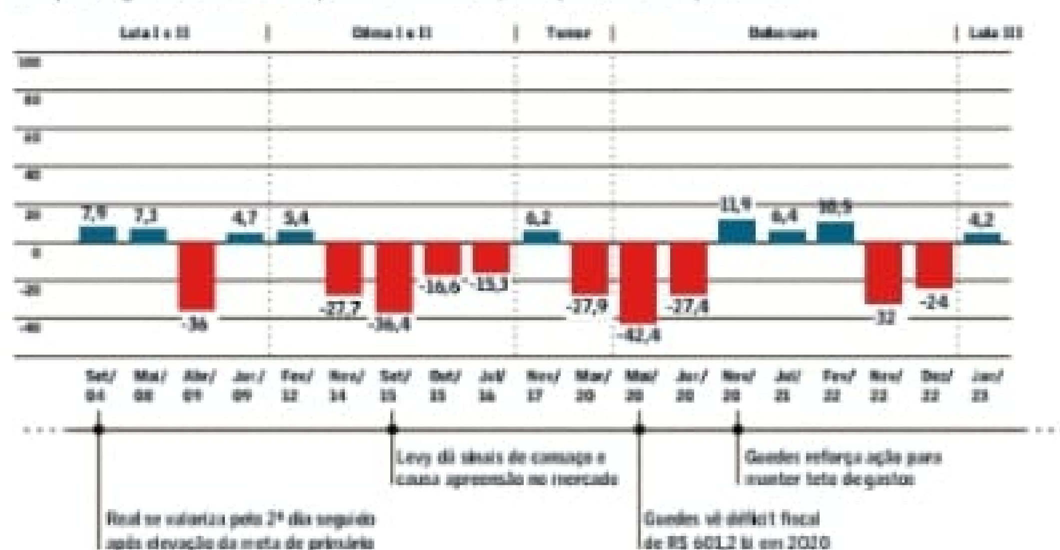
Bandeira explica que isso ocorre porque, na história brasileira, houve muito mais estímulo fiscal que austeridade propriamente dita. "E são esses episódios que se usa para medir. Quanto menos episódios, mais difícil ter precisão nas estimativas, ainda que para algumas variáveis — como o PIB — o resultado tenha sido claro."

"O Brasil é um laboratório melhor para a expansão fiscal, infelizmente", diz Viana, que foi diretor de política econômica do Banco Central. "Durante algum tempo, chegamos a apresentar essa pesquisa destacando o efeito da austeridade expansionista. Mas, no fim, reconhecemos que ela é muito mais sobre expansão fiscal contracionista porque, infelizmente, não vivenciamos tanto o caso contrário."

Feita a ressalva, é ainda um resultado consistente e que tem implicações para a política econômica atual, continua Mendes, um especialista em contas públicas que foi assessor especial no Ministério da Fazenda no governo Michel Temer. "Hoje vivemos uma expansão fiscal que notadamente não é sustentável. Mas também existe esse grande medo do que pode ocorrer caso se tente o caminho contrário, de que a economia possa entrar num buraco. O que o nosso artigo mapeia é que não existe apenas esse canal keynesiano, há também um canal de expectativas que pode contrabalançar ele."

"Não existe apenas esse canal keynesiano, há também um canal de expectativas que pode contrabalançar"
Marcos Mendes

Fragilidade fiscal
Choques negativos são mais frequentes e intensos que os positivos - em pontos-base*



Fonte: "Contractionary Fiscal Stimulus (and Expansionary Austerity)" *efeito sobre a média das projeções para resultado primário em um ano à frente da Pesquisa Focus, em janela curta

CONTEÚDO APRESENTADO POR



Einstein chega aos 70 anos com legado de transformação na saúde

Comprometido com inovação, equidade e excelência, hospital consolida sua atuação como referência no Brasil e no mundo



Complexo Morumbi, com hospital e Centro de Ensino e Pesquisa: sistema de saúde completo

Em junho de 1955, o médico Manoel Tabacow Hidal (1915-1979) se reuniu com membros da comunidade judaica em São Paulo para criar a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. O encontro deu origem a um sistema de saúde que, hoje, inclui 84 unidades pelo Brasil, sendo 32 no sistema público de saúde e 14 na educação. "Desde o início, desejávamos implantar um hospital com um avançado serviço, apoiado na segurança do paciente e do profissional. E, sobretudo, que oferecesse condições reais para o desenvolvimento da pesquisa científica em nosso país", celebrou Hidal durante a inauguração do Einstein Hospital Israelita, no Morumbi, em 1971.

Dessas raízes, fincadas nos preceitos judaicos de *refuá* (saúde), *chinuch* (educação), *tsedaká* (justiça social) e *mitzvá* (boas ações), o Einstein cresceu para virar uma referência global, sendo, hoje, reconhecido como o 22º melhor hospital do mundo e o melhor do Hemisfério Sul e da América Latina, segundo ranking da revista *Newsweek*.

No início das operações, a localização do hospital, afastada do centro de São Paulo, atraiu profissionais jovens, com visões modernas e abertura para tecnologias de ponta. "A vanguarda e o olhar tecnológico sempre orientaram as atividades do Einstein. Desde o início, estamos nas fronteiras do conhecimento e atualizados com as novidades. O primeiro aparelho de ressonância magnética do país foi adquirido pelo Einstein. E o segundo também. Criou-se a primeira UTI privada, quando isso ainda era uma novidade mesmo nos países mais desenvolvidos", conta Sidney Klajner, presidente do Einstein.

A organização também foi a primeira a fazer um transplante de medula óssea na rede privada e a concluir uma cirurgia robótica, além de ter fundado a primeira aceleradora de startups em saúde do Brasil, em 2017. É a Eretz.bio, que já apoiou o desenvolvimento de mais de 150 startups. A disrupção foi tanta que, em 2024, o Einstein conquistou o primeiro lugar do Prêmio Valor Inovação, entre todos os setores.

PIONEIRISMO RESPONSÁVEL

A aposta na telemedicina começou em 2012, mesmo com as restrições tecnológicas e regulatórias. Com a pandemia, as regras foram revistas e o Einstein se mostrou pronto para ampliar sua atuação. Por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), a organização estruturou o projeto TeleAMEs, que oferece assistência médica especializada para o Norte e o Centro-Oeste por telemedicina. Já foram realizados mais de 387 mil atendimentos nesse modelo. Ao todo, são 42 iniciativas junto ao Proadi-SUS.

"A aproximação com o SUS fez o Einstein se alinhar com as necessidades da saúde pública. Participamos da construção desse sistema de forma ativa, reforçando nosso compromisso com a justiça social", ressalta Claudio Lottenberg, presidente do Conselho Deliberativo e ex-presidente do Einstein.

A organização opera cinco hospitais públicos em diferentes estados (SP, GO e BA), além de UBSs, UPAs, AMAs e CAPS. Em um desses hospitais, em Aparecida de Goiânia (GO), a capacidade de atendimento dos leitos dobrou nos primeiros seis meses de operação, ao mesmo tempo que houve redução de mortalidade. Em outro, na capital paulista, disponibiliza cirurgia robótica para pacientes oncológicos.

O impacto social positivo também acontece por meio do Voluntariado Einstein, que hoje conta com 660 membros, atuando em dez unidades. Ele se destaca por iniciativas como o Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP). "Temos mais de 430 atividades envolvendo esportes, artes, informática e capacitação. São mais de 180 mil atendimentos por ano", explica Telma Sobolh, presidente do Voluntariado. Esse vínculo com a comunidade foi estabelecido em 1969, com a criação da Pediatria Assistencial, que atendia gratuitamente crianças da região.



Imagem do hospital nos primeiros anos de operação

VISÃO DE FUTURO

Na área de Pesquisa, o Einstein tem um centro capaz de comandar estudos com tratamentos avançados. Tanto que foi o primeiro no Brasil com aprovação para um ensaio clínico com CAR-T Cell, técnica que manipula células de defesa do próprio paciente para atacar o câncer. São mais de 20 produtos de terapias avançadas em desenvolvimento.

Em Educação, a organização contabilizou mais de 61 mil alunos em 2024. O Einstein oferece oito graduações, como enfermagem e medicina, que receberam avaliação 5 no Enade MEC, além de centenas de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

"Como uma organização sem fins lucrativos, precisamos ser sustentáveis, mas tomamos decisões com um olhar de longo prazo e com ousadia. Assumimos riscos pensando nos rumos que o mundo está tomando e em como podemos influenciá-los positivamente", diz Henrique Neves, diretor-geral do Einstein.

Esse raciocínio justifica a aposta em big data analytics e inteligência artificial feita há nove anos. Na Central de Monitoramento Assistencial, o Einstein acompanha as internações com algoritmos que detectam alterações para intervir precocemente. Hoje, mais de 100 algoritmos rodam todos os dias no hospital.

A postura inovadora e o investimento em dados e digitalização da saúde colocaram o Einstein entre os melhores do mundo, tornando-se membro fundador da plataforma Mayo Clinic Platform_Connect, que reúne hospitais de referência global para gerar conhecimento em saúde personalizada. "Nossas conquistas materializam a visão do início do Einstein. É com base nessas origens que buscamos o melhor para a saúde de todas as pessoas", conclui Klajner.

Evolução da marca

O Einstein apresenta a modernização da sua marca: Einstein Hospital Israelita. A mudança reflete a escuta ativa da organização em relação ao público, que já reconhece o "Einstein" como sinônimo de excelência, inovação, conhecimento e cuidado em saúde.

A transição começa oficialmente hoje, 2 de julho, de forma gradual. "O objetivo é organizar e simplificar a aplicação nos diferentes pontos de contato com os públicos. O projeto priorizou a modernização e a clareza, além de assegurar que a marca refletisse o crescimento do Einstein e a sua diversificação ao longo dos anos", diz Débora Pratali, diretora-executiva de comunicação institucional.



À frente do seu tempo

1955 | 1986 | 2008 | 2015

1955 A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein é fundada pela comunidade judaica, por meio de voluntários e voluntárias. O hospital é aberto oficialmente em 1971

1958 Criado o Comitê Feminino, que promove ações assistenciais e é o embrião do Voluntariado

1986 Einstein adquire o primeiro aparelho de ressonância magnética da América Latina

2001 Einstein passa a coordenar o Programa de Saúde da Família em 12 UBSs de São Paulo. Hoje, são 32 unidades públicas geridas, sendo cinco hospitais

2008 Einstein realiza a primeira cirurgia robótica e torna-se centro de formação

2015 Inauguração da Faculdade de Medicina, segunda graduação do Einstein, depois da Enfermagem, criada em 1989

2025 Einstein celebra 70 anos, tendo seu hospital no Morumbi reconhecido como o 22º melhor do mundo

PRODUZIDO POR G.lab

Conjuntura Com aumento de 3,4 pontos, país tem terceira maior alta no índice de confiança Ipsos em junho, entre 30 países pesquisados

Com alívio na inflação, brasileiro volta a ficar entre os mais otimistas

Michael Esquer
De São Paulo

A confiança do consumidor brasileiro apresentou recuperação expressiva em junho e voltou a marcar mais de 50 pontos, patamar que indica otimismo. O indicador marcou 52,1 pontos, numa escala de 0 a 100, mostra o Índice de Confiança Consumidor (ICC), divulgado pelo instituto Ipsos. Na comparação com maio, a alta foi de 3,4 pontos. Em relação a junho de 2024, houve queda de 0,2 ponto.

A alta mensal foi a terceira maior entre os 30 países pesquisados e, com o resultado, o ICC brasileiro terminou o mês na nona colocação entre os países mais otimistas, avanço de quatro postos em relação a maio.

Marcos Calliari, CEO da Ipsos no Brasil, diz que o cenário reflete de forma "fidedigna" o nervosismo do mercado e a instabilidade do cenário econômico brasileiro. E a melhora "pontual" de junho, afirma, parece refletir combinação de fatores econômicos recentes que trouxeram mais previsibilidade.

"Em maio, a inflação de alimentos e bebidas desacelerou de 0,82% para 0,17%, com recuos significativos em itens de consumo básico como tomate, ovos e frutas. Paralelamente, o mercado financeiro reduziu a projeção do IPCA para 2025, indicando expectativas inflacionárias mais estáveis no médio prazo", diz.

O mercado de automóveis, destaca, também cresceu 6% na primeira quinzena de junho na comparação com igual período de 2024, impulsionado por vendas diretas. E o comércio on-line de pequenas e médias empresas, "beneficiado pelo frio", também faturou R$ 11,4 milhões em junho, crescimento de 45% em relação a igual período de 2024, diz Calliari, mencionando levantamento da Nuvemshop.

"No entanto, a consistência nos próximos meses será crucial para indicar uma reversão mais estrutural da tendência, que segue bastante oscilante", afirma.

A confiança do consumidor brasileiro oscila entre quedas e altas desde 2024. Em fevereiro deste ano, atingiu menos de 50 pontos pela primeiro vez desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em março apresentou variação positiva e voltou a marcar mais de 50 pontos em abril. Em maio, atingiu patamar pessimista novamente e, no mês passado, retornou ao patamar otimista.

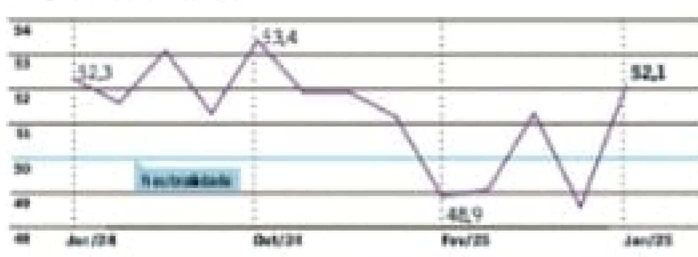
No cenário internacional, diz, o ICC global voltou a subir em junho pela primeira vez em cinco meses, impulsionado por resultados na Ásia, Europa e América do Norte. Os EUA, por exemplo, após três quedas consecutivas, subiram 3,4 pontos e marcaram 53,4 pontos. O país saiu da décima para a sétima posição entre os países pesquisados.

"O avanço parece ligado à leve recuperação da confiança no mercado de trabalho e à desaceleração gradual da inflação. Apesar de um ambiente ainda desafiador, os dados de emprego e consumo vêm surpreendendo positivamente", diz Calliari.

Na 20ª colocação, da 17ª em maio, a Argentina teve queda de 0,7 ponto, "o que pode indicar uma possível estabilização na confiança do consumidor", segundo Calliari, e continua abaixo da linha de neutralidade, patamar em que se encontra desde março, com 47 pontos. O país, afirma, depois de quedas acentuadas, pode estar começando a assimilar efeitos das reformas econômicas e do ajuste fiscal, embora ainda sem sinais claros de recuperação consistente.

Na avaliação de Calliari, o avanço observado em junho, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, aponta para possível inflexão de tendência. Mas, diz, é preciso acompanhar a evolução para compreender a durabilidade da recuperação da confiança.

Confiança do consumidor brasileiro
Em pontos, de 0 a 100



Evolução dos países

Em maio de 2025	
Malásia	59,5
Indonésia	59,1
Índia	56,2
Suécia	53,6
México	53,4
Singapura	52
Irlanda*	50,7
África do Sul	50,7
Estados Unidos	50,2
Espanha	50
Tailândia	49,8
Reino Unido	49,1
Brasil	48,6
Holanda	48,2
Canadá	48,2
Austrália	48,1
Argentina	47,7
Polônia	47,1
Alemanha	47,1
Colômbia	46,2
Itália	46,2
Bélgica	45,5
Israel	43,1
Peru	42,8
França	42
Chile	41,7
Coreia do Sul	40,2
Turquia	35
Japão	34,5
Hungria	34

Em junho de 2025	
Indonésia	61,1
Índia	59
Malásia	55,7
Singapura	55,1
México	54,2
Suécia	54,1
Estados Unidos	53,4
Holanda	52,5
Brasil	52,1
Reino Unido	52,1
Polônia	50,8
Austrália	50,4
Espanha	50
Canadá	48,8
Irlanda	48,4
Tailândia	47,6
Bélgica	47,2
Alemanha	47,2
Itália	47
Argentina	47
África do Sul	46
Colômbia	45,7
Peru	45,4
Israel	42,7
Chile	42,7
França	42
Coreia do Sul	41,5
Japão	37,1
Turquia	35,3
Hungria	33,5

Fonte: Ipsos.

Demanda menor derruba confiança de empresários

Alessandra Saraiva
De Rio

A confiança dos empresários teve a queda mais forte em mais de dois anos, com uma preocupação maior com a demanda interna, segundo indicador da Fundação Getulio Vargas (FGV. Após subir 0,2 ponto em maio, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 1,7 ponto em junho, para 92,5 pontos, a maior queda desde maio de 2023 e que conduziu o indicador ao menor patamar desde outubro de 2023.

A preocupação com a demanda interna afetou tanto as respostas sobre o presente quanto às relacionadas ao futuro, na formação do ICE. O Índice Situação Atual (ISA) e o Índice de Expectativas (IE), usados para cálculo do ICE, tiveram, ambos, recuos de 1,7 ponto — e caíram, respectivamente, para 94,3 pontos e 90,8 pontos, no período.

Por setores, indústria e serviços mostraram quedas, na confiança, de 2,1 pontos e de 1,2 ponto, em junho. Já comércio e serviços mostraram taxas próximas de zero: 0,6 ponto e 0,7 ponto.

Para Aloisio Campelo Júnior, pesquisador da FGV, a queda do ICE foi influenciada por sinais de desaceleração na atividade econômica. Para ele, o ciclo de aperto monetário começa a afetar ritmos, de consumo, e da economia, de forma mais significativa.

O Banco Central (BC) iniciou, no segundo semestre de 2024, aumentos na taxa básica de juros (Selic), visando diminuir consumo e, com isso, frear avanço inflacionário. Um dos efeitos é deixar crédito mais caro. E isso inclui o crédito para compras, comentou Campelo, o que reduz consumo interno.

Com isso, observou, os empresários notaram, no mês passado, menor ritmo de demanda, no presente — o que ajudou a derrubar confiança.

Além disso, em junho, os efeitos benéficos, na economia, de colheita de safra de grãos, normalmente mais concentrada no primeiro trimestre, foram mais tênues, notou.

Fora do ambiente interno, continuou, a confiança do empresariado também foi afetada por preocupação com consequências, no país, de turbulências internacionais. Em junho, o mundo continuou a debater o "tarifaço" do presidente americano, Donald Trump, com alíquotas maiores para exportações de diferentes países.

Outro fator internacional, no período, foi acirramento de conflitos no Oriente Médio. Esse embate tem potencial para elevar preço de barril de petróleo e de derivados e, por consequência, custo de produção do empresariado. Grande parte dos produtos e insumos no país é transportada via caminhões movidos a diesel.

Assim, como os fatores que afetam negócios — de origem nacional ou não — não são de fácil resolução em curto prazo, as expectativas dos empresários em junho também se mostraram desfavoráveis, disse Campelo.

Tendo em vista esses fatores, quando questionado se o ICE deve continuar em queda, o especialista admitiu possibilidade. Não há previsões de aumento na demanda, disse. Especialmente, completou ele, com ciclo de aperto monetário em curso — que impacta, negativamente, confiança do empresariado e atividade econômica.

"Muito dificilmente o índice da situação atual vai subir nos próximos meses" disse, projetando novos recuos no ISA nos próximos meses. "Creio que é possível que o ICE caia mais um pouco, por conta de [novas] quedas do ISA", afirmou.

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo

Assine o Valor e fique por dentro dos acontecimentos que impactam o mercado financeiro.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Eufrázio

CBN

JORNAL DA CBN

Todos os ângulos da notícia para você começar o dia bem-informado.



Diariamente, a partir das 06h
com **Cássia Godoy** e **Mílton Jung**

Aqui, cada fato é analisado por **um time de comentaristas renomados**, trazendo diferentes pontos de vista e abordagens:


Cortella
Sociedade e Comportamento


Miriam Leitão
Economia


Malu Gaspar
Política


Lauro Jardim
Política


Sardenberg
Economia


PVC
Esporte


Eduardo Rauen
Bem-estar & movimento


Pedro Doria
Tecnologia


Thassius
Tecnologia


Marcelo D'Agosto
Economia


Luis Fernando Correia
Saúde física e mental

CBN | 100

ESTÁ EM TODOS OS LUGARES:
na rádio, no app, no site,
na Alexa, no YouTube
e nas principais
plataformas de áudio.



Ouça agora!

CONTEÚDO PATROCINADO POR GRUPO energisa 120

FOTOS: EDUARDO UZAL



Da esquerda para a direita, Vittorio Perona, sócio do BTG Pactual; Ricardo Botelho, CEO da Energisa; e a jornalista Leila Sterenberg. No telão, Joaquim Levy, diretor do banco Safra

Debate sobre energia multipotencial é estratégico para o Brasil

Conceito de adição energética, no qual fontes renováveis se somam — e não substituem de imediato o petróleo e o gás natural —, foi tema de evento da Energisa no Energy Summit

A diversidade da matriz energética brasileira é chave para colocar o país como liderança global na transição para uma economia de baixo carbono — e o aumento da participação do gás natural é estratégico nesse caminho. O assunto foi destaque no evento "Energia multipotencial para a transição energética", realizado pelo grupo Energisa dentro da programação do Energy Summit. O CEO da Energisa, Ricardo Botelho, destacou na abertura a necessidade de pensar a transição como um processo longo e complexo, que acontecerá em ritmos diferentes e precisa contemplar realidades distintas. Segundo ele, nesse processo, é importante o conceito de adição energética, no qual as fontes renováveis se somam, e não substituem de imediato o petróleo e o gás natural. Botelho também destacou que, no processo de transição, é essencial o respeito às desigualdades regionais e às características energéticas de cada país:

"Não precisamos copiar modelos. Podemos construir os nossos. É um convite para que possamos refletir juntos e fazer boas trocas para tomadas de decisão que viabilizem na prática um futuro energético mais viável", disse.

O encontro, que teve a parceria do MIT Technology Review e da Editora Globo e fez parte das comemorações dos 120 anos da Energisa, reuniu especialistas, representantes da academia, empresários e investidores na manhã do dia 25 de junho, na Cidade das Artes. O panorama internacional ficou a cargo de Georgina Campbell Flatter, professora do MIT e CEO do Greentown Labs, uma das maiores incubadoras de startups climáticas e de energia do mundo (veja na página ao lado), enquanto os desafios e potencialidades do Brasil foram debatidos por Ricardo Botelho; Joaquim Levy, diretor de Estratégia Econômica e Relações com o Mercado do banco Safra e ex-ministro da Fazenda; e Vittorio Perona, sócio do BTG Pactual. Além de avaliar o potencial e os desafios do gás natural, os três analisaram as oportunidades que o Brasil pode ter para atrair datacenters e o cenário dos biocombustíveis no país.



"Estamos diante de um momento que exige responsabilidade e visão de futuro. O caminho que vamos percorrer passa por uma energia multipotencial — uma nova forma de pensar a transição energética, que reconhece a convivência entre diferentes fontes e realidades"

RICARDO BOTELHO, CEO do Grupo Energisa

O papel estratégico do gás é reforçado quando se levam em conta projeções de que a inteligência artificial provocará um aumento de até 50% no consumo de energia na próxima década, em um momento de corrida mundial para conter as emissões de carbono. O gás é menos poluente do que fontes térmicas como diesel ou carvão e é uma energia estável, o que aumenta a segurança do sistema.

Outro fator importante é o potencial de crescimento do consumo, que ainda é muito baixo comparado a outros países, devido à falta de políticas públicas e à localização das grandes reservas a centenas de quilômetros da costa. Vittorio Perona lembrou que existe uma grande demanda reprimida por gás na indústria e no setor de geração elétrica. Para ele, é importante fomentar o consumo, investir na construção de infraestrutura e criar um círculo virtuoso que barateie os custos para o consumidor final.

Joaquim Levy vê na região Nordeste uma característica que pode contribuir para mudar essa realidade: lá os campos de gás offshore são mais perto da costa, e existem campos terrestres, o que facilita a distribuição para usinas térmicas e indústrias. Ricardo Botelho citou números para mostrar o potencial da região. O Nordeste é o segundo maior mercado, mas a penetração de gás natural é incipiente, de apenas 1,3% — contra 5% do Brasil e 22% da média mundial. A região tem como vantagens as menores tarifas do país, porque 70% do fornecimento vem de pequenos e médios produtores, o que aumenta a competição. Botelho também destacou que no Ceará, onde a Energisa opera, 15% do fornecimento do gás já vem do biometano, talvez o maior percentual dessa fonte no Brasil.



"O consumo de gás natural no Brasil é muito baixo, comparado aos patamares mundiais. É marginalmente superior ao de Cuba; um sétimo da Argentina; um terço do México; um décimo da Europa; e um vigésimo dos Estados Unidos"

VITTORIO PERONA, sócio BTG

Para destravar o mercado de gás natural, o Brasil precisa de políticas públicas que incentivem o consumo. Levy defende horizonte e segurança para que empresários possam investir, e Perona pontua que um caminho possível é a realização de leilões de transmissão, a exemplo do que já se faz no setor elétrico.

DATACENTERS

Como terreno privilegiado para energia multipotencial, o Brasil destaca-se também como possível destino de investimentos internacionais em datacenters, que demandam grande volume de energia por concentrar computadores, processadores e todo tipo de equipamento e hardwares necessários para a utilização de dados. Para Ricardo Botelho, nesse contexto o Brasil tem grande vocação para se tornar protagonista global na atração desse setor.

Para Perona, a região Nordeste é a mais promissora para atrair esses investimentos. Pesa nessa avaliação, além da confluência do potencial de crescimento do gás com a geração eólica, a existência de um arcabouço de transmissão muito melhor que o de outros países. Também não existe no Brasil a pressão política contrária aos datacenters que existe na Europa, devido ao altíssimo consumo de energia desse setor, o que impactaria no custo da eletricidade.

Levy comemorou o plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de desonerar esses centros de dados, como política para atraí-los.

"O investidor vai ficar mais seguro ao não ter que esperar todas as etapas da reforma tributária."



"Precisamos continuar trabalhando a agenda de reconhecimento de biocombustíveis do Brasil. No G20 houve esse trabalho, temos de continuar. Somos muito bons em atender mercado, mas temos que aprender a criar mercado. Entre nossos grandes trunfos, está a produção de SAF, combustível de aviação com conteúdo renovável"

JOAQUIM LEVY, diretor de Estratégia Econômica e Relacionamento com o Mercado do banco Safra

PRODUZIDO POR G.lab

CONTEÚDO PATROCINADO POR GRUPO energisa 120

Com matriz elétrica 90% renovável, Brasil pode assumir liderança mundial em energia

País que enfrentou a crise do petróleo na década de 1970 com Proálcool e tecnologia de exploração em águas profundas tem chance de se destacar na crise climática com fontes limpas e inovação

O Brasil sempre buscou soluções inovadoras nas grandes crises do setor de energia. O CEO da Energisa, Ricardo Botelho, lembra que foi assim na crise do petróleo, na década de 1970, quando o governo brasileiro criou o Proálcool, programa de estímulo ao etanol, fazendo com que o país seja, até hoje, grande produtor de biocombustíveis. O programa permitiu que o Brasil deixasse de ser dependente de petróleo no momento de uma grave crise cambial.

"O Brasil deu uma guinada mudando toda a indústria automobilística e criando condições para que a indústria de etanol pudesse se desenvolver."

Também em meio à crise do petróleo, o governo decidiu investir na exploração em águas profundas, desenvolvendo tecnologia de ponta mundial capaz de levar o país deficitário à autossuficiência em petróleo. Em 2006, a descoberta do pré-sal e a decisão de encarar uma camada de 4 mil metros de sal para alcançar as reservas gigantescas da Bacia de Santos colocaram o país, em 20 anos, entre os oito maiores produtores do mundo.

"O Brasil produzia 70 mil barris de petróleo por dia, agora produz 3,5 milhões. No minério, era o sétimo no ranking, agora é o segundo, e muito disso por tecnologia. Na agricultura, tornou-se liderança em exportação de alimentos. Assim como se tornou liderança mundial em exportação de alimentos, um dos líderes de petróleo e minério de ferro, também pode ser líder em energia", afirmou o sócio do BTG Vittorio Perona.

Já o diretor de Estratégia Econômica e Relações com o Mercado do banco Safra, Joaquim Levy, destacou a importância das políticas públicas que levaram o país à liderança desses mercados. Lembrou que a agricultura foi beneficiada por crédito, mas também pelo apoio da inovadora Embrapa no desenvolvimento de tecnologias que aumentaram a produtividade e melhoraram a qualidade dos produtos brasileiros.

Políticas públicas e decisões acertadas no setor de energia também foram destacadas por Ricardo Botelho. Da década de 1930 quando Getúlio Vargas implementou o Código de Águas, abrindo caminho para geração hidrelétrica, à década passada, quando o país adotou os leilões de energias renováveis, que culminaram na disparada de fontes limpas. Dos anos 1950 aos 1990, ele destaca o grande programa de construção de hidrelétricas, que conferiu confiabilidade ao sistema elétrico.

"Nosso grupo é testemunha do progresso que o Brasil teve, das decisões acertadas no campo da energia que o país tomou ao longo desses 120 anos. Houve muito mais acertos do que erros no campo da energia, temos exemplos", disse Botelho, ao comemorar o aniversário da Energisa.

O racionamento de 2001 também deu lições ao Brasil, que se apressou em construir as termelétricas para dar mais segurança ao sistema. São medidas, segundo o CEO da Energisa, que levaram a uma diversidade energética competitiva, e isso tem que ser olhado com bastante atenção.

"Estamos num momento decisivo da transição energética do Brasil. Fizemos o dever de casa. Temos uma matriz 90% renovável. Para dar alguns exemplos, nos últimos 20 anos, de 2004 a 2023, expandimos a capacidade instalada do Brasil em 150%, de 91 GW para 296 GW; as fontes eólica e solar eram praticamente inexistentes, e agora já somam 30% da capacidade instalada. Hidrelétricas também cresceram, 41 GW, mas reduziram participação para 49% no total".

Levy, que foi ministro da Fazenda no governo de Dilma Rousseff, alerta para a necessidade de um trabalho diplomático para dar reconhecimento aos biocombustíveis brasileiros no exterior. Entre os grandes trunfos do Brasil está o SAF, combustível de aviação com conteúdo renovável, que pode ser produzido com óleos de excelente qualidade desenvolvidos aqui.

FOTOS: EDUARDO LEAL



Painel com Ricardo Botelho (à esquerda), Vittorio Perona e Joaquim Levy (na tela): evento lotado para discutir os desafios da transição energética

> "O mundo já passou por várias transições energéticas. Estamos falando da mais recente. Por exemplo, o uso intensivo de biomassa, lenha, carvão, petróleo, gás, energia nuclear e hidrelétricas. Precisamos considerar que o aspecto da transição vai além da simples troca de combustíveis"
> **RICARDO BOTELHO**, CEO do Grupo Energisa

Tecnologia é chave no combate ao aquecimento global

Professora do MIT e CEO de uma das maiores incubadoras de startups climáticas e de energia do mundo, Georgina Campbell Flatter aponta inteligência artificial e inclusão como grandes desafios

O evento "Energia multipotencial para a transição energética" teve a participação especial de Georgina Campbell Flatter, professora do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e CEO do Greentown Labs, uma das maiores incubadoras de startups climáticas e de energia do mundo. Em sua apresentação, Georgina falou sobre o papel da inovação e a importância da tecnologia no enfrentamento da crise climática e da transição energética.

Georgina estima que na próxima década o mundo precisará aumentar a geração de energia em um percentual entre 30% e 50%, e usou o ChatGPT como exemplo do desafio que a inteligência artificial representa: uma única busca que utilize a ferramenta consome a mesma quantidade de energia que uma geladeira ligada durante uma hora. Ela destacou, no entanto, que o maior desafio é garantir a 1,2 bilhão de pessoas, hoje excluídas, o direito a usar energias limpas.

"A inovação acontece quando unimos talentos, redes e propósito em torno de um desafio comum: garantir energia limpa, confiável e acessível para todos", disse, durante a palestra "Visão global da transição energética: desafios e oportunidades".

O Greentown Labs comanda uma rede de 600 startups com milhares de ideias inovadoras, proporcionando que elas ganhem escala com o compartilhamento de estruturas e trocas de tecnologia, mostrando o valor da colaboração para esta e as próximas gerações. São 20 mil investidores que buscam empresas para onde destinar seus recursos. Em quatro anos de trabalho da rede, foram criados 14 mil empregos.

Segundo Georgina, a organização que dirige acredita que soluções tecnológicas globais funcionam no enfrentamento de desafios locais. E citou o fornecimento de serviços de meteorologia de última geração para vários países da África como um caso bem-sucedido. O modelo foi implementado em parceria com a Fundação Gates pela Tomorrow Now, organização sem fins lucrativos onde ela atuou anteriormente.

Ricardo Botelho enfatizou que a participação da Energisa ao lado do MIT no evento reafirma a vocação do grupo como uma energy tech que acredita na força da colaboração e do conhecimento para transformar o setor energético.

"O Brasil, com sua diversidade e potencial, tem todas as condições de liderar esse movimento global. A Energisa quer fazer parte dessa construção", disse o CEO da Energisa.



Georgina Campbell na apresentação "Visão global da transição energética: desafios e oportunidades"

> "Estamos diante de um momento de urgência, mas também de grandes oportunidades. A inovação acontece quando unimos talentos, redes e propósito em torno de um desafio comum: garantir energia limpa, confiável e acessível para todos"
> **GEORGINA CAMPBELL FLATTER**, professora do MIT e CEO da Greentown Labs

PRODUZIDO POR G. lab

Eufrázio

Poderes Expectativa de integrantes da equipe econômica é que o relator no Supremo, Alexandre de Moraes, decida ainda neste mês o pedido

Ação contra derrubada do IOF acirra crise entre governo e Congresso

Tiago Angelo, Sofia Aguiar, Gabriela Guido e Beatriz Roscoe
De Brasília

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou na terça-feira (1) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para restabelecer o decreto que aumentou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A medida acirrou, ainda mais, os ânimos entre o Executivo e o Congresso.

Antes de formalizar a judicialização, interlocutores do Palácio do Planalto procuraram a cúpula da Câmara e do Senado para avisar que o governo havia decidido ingressar com a medida. Parlamentares da oposição reagiram, e falaram que o governo declarou "guerra" ao parlamento. Já líderes da base defenderam que a medida não foi uma posição de confronto com o Congresso, mas sim uma defesa das prerrogativas do Executivo.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que é crítico da alta do IOF, afirmou que o governo tem "legitimidade para tomar qualquer decisão", ao ser questionado sobre a ação judicial.

No STF, o caso vai ser relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, que já conduz outros dois processos sobre o tema, um ajuizado pelo Psol e outro pelo PL.

A expectativa de integrantes da equipe econômica é que o ministro decida ainda neste mês o pedido. Eles esperam uma decisão liminar antes do próximo relatório bimestral de receitas e despesas, previsto para o dia 22. O Supremo está de recesso, mas Moraes optou por continuar atuando em seus processos.

A ação apresentada pelo governo é mais sutil que a do Psol: o partido pediu para o ato do Congresso ser declarado inconstitucional, enquanto a AGU quer que a Corte confirme a validade do decreto do presidente de aumentar o IOF. Para isso, a equipe jurídica optou por um tipo de processo pouco utilizado no STF, a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que serve para dizer que uma medida é válida.

Segundo a AGU, a Constituição define como competência do presidente definir as alíquotas de impostos como o IOF. "Não pairam dúvidas acerca da competência do Poder Executivo federal para alterar as alíquotas do IOF, desde que respeitados os limites previstos em lei específica."

O órgão defendeu que "o ato de sustação importa interferência indevida do Congresso Nacional na competência regulamentar atribuída ao Poder Executivo".

A AGU pediu que seja dada liminar para suspender os efeitos do decreto legislativo que sustou o aumento do IOF e, no mérito, que seja declarado constitucional o decreto presidencial que alterou as alíquotas.

A ação foi anunciada na manhã de terça-feira pelo advogado-geral da União, Jorge Messias. A jornalistas, ele disse que o Congresso violou a separação entre os Poderes ao derrubar o decreto do Executivo e que a única saída da AGU era "defender" a autonomia do presidente da República.

"Lula solicitou um estudo técnico. Na semana passada, pedi um tempo para estudar a questão e, ontem [segunda-feira], chegamos à conclusão de que o decreto do presidente é constitucional. Então ele não poderia ser objeto de sustação pelo Congresso. Não é uma questão política, é uma questão jurídica", argumentou.

Segundo ele, a decisão de ir ao STF não foi tomada no "calor do momento" ou como fruto de embate político. Lula só decidiu ingressar com a ação, afirmou, após "ter clareza" de que a derrubada do decreto foi irregular.

"Isso é uma afronta. É uma declaração de guerra"
Luciano Zucco



Jorge Messias: "Decreto do presidente é constitucional. Então ele não poderia ser objeto de sustação pelo Congresso"

Na semana passada, o Congresso derrubou o decreto do governo com ampla margem de votos — e apoio, inclusive, de partidos da base. O aumento do imposto era uma das medidas da equipe econômica para elevar a arrecadação e garantir ajuste fiscal.

A votação pegou o Planalto de surpresa. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, soube por uma publicação nas redes sociais do próprio presidente da Câmara, Hugo Motta, que ele havia decidido pautar o projeto que revogava o aumento do IOF.

Dessa vez, Gleisi pediu para que o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), avisasse Motta, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), informasse o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP), da decisão do governo. A ideia era evitar que os presidentes das duas Casas passassem pelo mesmo constrangimento que o governo passou na semana passada.

Na terça-feira (1), Guimarães afirmou que, ao conversar com o Motta sobre o assunto, o deputado "não fez nenhuma cara feia". De acordo com o parlamentar, a medida não foi uma posição de "confronto" com o Congresso, mas uma defesa das prerrogativas do Executivo. "Não é enfrentamento, não é uma ação do governo para peitar o Congresso. É para preservar as atribuições privativas do Poder Executivo, conforme o parecer da AGU", completou.

Já para o líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), a decisão do governo de levar o caso para o STF é uma declaração de "guerra" ao Parlamento. Para ele, o governo "tenta vencer no tapetão". "Isso é uma afronta. É uma declaração de guerra, não apenas contra o Legislativo — mas contra o povo brasileiro", escreveu nas redes sociais.

Em nota, a coalizão de Frentes Parlamentares que representa o setor produtivo chamou de "manobra" a decisão de acionar o STF e disse que isso piora a relação entre os Poderes e ameaça os freios e contrapesos do sistema republicano.

"Ao judicializar uma derrota política, o governo demonstra incapacidade de articulação e desprezo pelo diálogo com a sociedade, além de expor a fragilidade das contas públicas, uma vez que busca-se cumprir a meta fiscal somente com ampliação de impostos, sem reavaliação de despesas."

O novo embate com o Congresso fez o governo desenterrar a velha estratégia eleitoral de apostar no embate entre ricos e pobres, especialmente nas redes sociais. O discurso da base é que o reajuste do IOF seria uma forma de justiça tributária. Já a maioria do Congresso defende que é preciso cortar gastos e não aumentar impostos. Além disso, os parlamentares argumentam que o IOF não alcança apenas os mais ricos, e sim transações financeiras do dia a dia das pessoas e empresas.

Em decisões recentes, STF foi a favor de alta por decreto

De Brasília

Se seguir as próprias decisões recentes, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve restabelecer o decreto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em reserva, no entanto, ministros da Corte afirmam que a judicialização do tema em momento de embate com o Congresso torna a situação mais delicada.

Segundo advogados consultados pelo **Valor**, a jurisprudência predominante no STF é no sentido de que o Executivo pode alterar alíquotas, desde que respeite limites estabelecidos em lei, e que atos do governo não podem ser sustados pelo Congresso, salvo se "exorbitarem do poder regulamentar" conferido ao presidente.

Há na Corte duas ações questionando a decisão do Congresso de derrubar o aumento do IOF. Uma foi ajuizada pelo Psol na semana passada. A outra é da Advocacia-Geral da União (AGU), que, em nome do governo, pediu na terça-feira (1) para o Supremo declarar a constitucionalidade do aumento. Os dois pedidos estão sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Segundo levantamento do **Valor**, decisões recentes do tribunal foram no sentido de manter atos dos Executivos federal e estadual, mesmo nos casos em que houve a alegação de que o aumento de alíquotas tinha motivos arrecadatórios. O argumento de que o decreto do governo é arrecadatório é usado pelo Congresso e por especialistas que criticam o a medida do Executivo.

Em dezembro de 2024, o ministro Gilmar Mendes rejeitou o pedido de uma empresa contra a União. A autora questionou um decreto de 2008 que previa a majoração do IOF. O argumento foi o de que o aumento da tributação teve como finalidade "incrementar substantivamente a arrecadação".

Para o ministro, "o Poder Executivo tem autorização expressa da Constituição para alterar a alíquota do IOF, cuja competência pode ser exercida pelo presidente da República e até mesmo ser atribuída a órgão integrante daquele poder". Gilmar também disse que "nada obsta que perdas de arrecadação sejam supridas por majorações de outros encargos".

Em abril do mesmo ano, o ministro Edson Fachin entendeu que o Executivo pode alterar o IOF, mesmo nos casos em que o aumento da alíquota tenha, como consequência lógica, o incremento da arrecadação. No caso concreto, um contribuinte questionou um decreto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que elevou o IOF para financiar o Auxílio Brasil.

"É certo que eventual prevalência de finalidade extrafiscal adotada por um tributo não impede, até como consequência lógica, sua função arrecadatória, em menor ou maior grau", afirmou o ministro na ocasião.

Meses antes, em janeiro de 2024, o ministro André Mendonça rejeitou um pedido semelhante questionando o decreto de Bolsonaro. Segundo a solicitação, o objetivo do aumento era custear o Auxílio Brasil, o que violaria "preceitos básicos do tributo". "Não há evidência de que a majoração do IOF objetivou modificar a natureza jurídica do imposto, de modo a desviar sua finalidade e transformá-lo em tributo com arrecadação vinculada", disse na ocasião.

Em 2017, a Segunda Turma do STF rejeitou, por unanimidade, o pedido de uma empresa contra a União. A autora afirmava que um decreto que elevou o IOF tinha como objetivo substituir temporariamente a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Nos bastidores, ministros afirmam que tensão com Congresso tornam decisão delicada

Há ainda decisões colegiadas em que a Corte decidiu que casas legislativas não podem derrubar atos que estão em conformidade com o poder regulamentar dos Executivos dos Estados e do Distrito Federal. Em 2020, por exemplo, o plenário do Supremo restabeleceu, por unanimidade, um decreto do DF que prevê sanções a práticas discriminatórias em razão da orientação sexual.

Na ocasião, a ministra Cármen Lúcia entendeu que o Legislativo só pode sustar atos do Executivo nos casos em que o poder de regulamentar foi extrapolado. Há exemplos de decisões semelhantes sobre atos de outros Estados.

Especialistas divergem sobre como o STF deve interpretar o decreto do IOF. A constitucionalista Vera Chemim diz que a Corte deve se debruçar principalmente em analisar se o decreto extrapola ou não o poder regulamentar do Executivo e se a medida é ou não arrecadatória.

"Se for comprovado que a majoração de suas alíquotas tem finalidade arrecadatória e não regulatória, pode configurar desvio de função ou de finalidade do IOF, no sentido de afrontar o princípio da legalidade tributária. Se ficar entendido que a majoração extrapolou as condições e limites fixados em lei, é possível afirmar que houve abuso de poder regulamentar."

Já para o constitucionalista Eduardo Ubaldo, se o Supremo seguir seus próprios precedentes, deverá restabelecer o decreto que aumentou o IOF. Segundo explica, o decreto do governo elevou a alíquota em patamar inferior ao previsto na Lei 8.894/94.

"Não há grandes dúvidas de que o Executivo não extrapolou seu poder de regulamentar. Assim, não há que se falar em possibilidade de o Legislativo sustar o ato do presidente. A Lei 8.894 diz que o Executivo pode alterar alíquotas 'tendo em vista os objetivos das políticas monetária e fiscal'. Ora, o objetivo do governo Lula foi justamente usar essa majoração para atingir o objetivo da política fiscal de alcançar a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias", disse.

Ainda segundo ele, a "jurisprudência tradicional" do STF é no sentido de que a possibilidade de o Congresso sustar atos do Executivo é "extraordinária", devendo ser "interpretada restritivamente".

A advogada tributarista Ana Cláudia Akie Utumi concorda que o governo pode alterar as alíquotas, desde que respeite balizas estabelecidas em lei. Segundo ela, no entanto, o presidente excedeu limites ao "criar duas novas incidências": sobre operações de risco sacado e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

"Para a criação de novas incidências, seria necessária uma lei ordinária, não podendo ser feito por decreto presidencial, de tal maneira que, a meu ver, a criação de duas novas incidências é inconstitucional", prosseguiu.

Já o tributarista Júlio Cesar Soares diz que apesar dos entendimentos recentes do STF, a Corte pode entender que o decreto do Executivo tem função primordialmente arrecadatória e, com isso, manter a decisão do Congresso.

"A leitura atenta da exposição de motivos dos decretos presidenciais que majoraram o IOF e criaram, inclusive, novas hipóteses de incidência do imposto, evidencia uma intenção declaradamente arrecadatória — o que vicia de nulidade o exercício da competência regulatória presente no IOF." *(TA)*

Lula faz crítica indireta a Bolsonaro em evento de agro

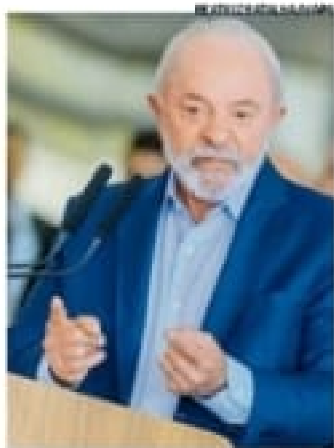
Gabriela Guido, Rafael Walendorff e Guilherme Pimenta
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na terça-feira (1) ao dizer que nunca pediria Pix para outro e, muito menos, "anistia antes de ser condenado". A afirmação foi feita por Lula no evento de lançamento do Plano Safra 2025/26 no Palácio do Planalto.

"Nunca vou pedir para vocês fazerem Pix para mim. Guarde seu dinheiro para pagar seus funcionários, eu não quero Pix. Jamais vou pedir anistia antes de ser condenado", disse o petista a uma plateia de produtores rurais, sem mencionar Bolsonaro nominalmente.

Lula também chamou o ex-presidente de "frouxo". "Quem é frouxo não deveria fazer bobagem, quem não tem coragem não precisa fazer bobagem", afirmou.

Bolsonaro é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por abolição do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado e por supostamente ter liderado uma organização criminosa armada.


Lula: "Nunca vou pedir para fazerem Pix"

Em seu discurso na manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, no domingo (29 de junho), o ex-presidente defendeu que o Congresso aprove uma anistia como o caminho de "pacificação" do país. Na Câmara, o partido de Bolsonaro protocolou o requerimento de urgência do projeto que perdoa os crimes dos envolvidos nos atos golpistas do 8 de janeiro, mas ela ainda não foi votada pelo plenário.

Sem fazer referência às falas de Lula, Bolsonaro publicou no X (ex-Twitter) após a fala do presidente. "Ladrão, faça algo pelo povo. Nos deixe em paz!", registrou.

Ainda no discurso no lançamento do Plano Safra, Lula disse que a intenção de sua gestão é estabelecer que, "um dia, esse país terá uma política fiscal justa", ao criticar que existem hoje no Brasil R$ 680 bilhões em desoneração e isenção fiscal.

Segundo ele, o objetivo é reduzir "o privilégio de alguns" para dar "um pouco mais de direito para os outros". "Eu fico triste quando eu vejo as pessoas jogarem a culpa em cima do BPC, do Bolsa Família", declarou o presidente, em meio ao imbróglio da alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) entre o Executivo e o Congresso Nacional.

De acordo com o presidente, com as ações tomadas pelo Ministério da Fazenda, "o que a gente está fazendo não é aumentar imposto e, sim, uma tributação mais justa e correta". "A carga tributária desse governo, hoje, é percentualmente menor do que a de 2011", comentou, ao exaltar o trabalho do ministro Fernando Haddad.

Ver também página B8

Entrevista Carlos Zarattini avalia que contingenciamento também irá para a conta do Congresso

Relator vê tensão entre Poderes, mas defende teor da MP alternativa ao IOF

Beatriz Roscoe e Caetano Tonet
De Brasília

Em meio à crise entre Executivo e Legislativo, o relator da Medida Provisória (MP) 1303, com alternativas ao aumento das alíquotas do Imposto sobre Operação Financeira (IOF) derrubado pelo Congresso, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), afirmou que a judicialização pode impactar a tramitação da MP.

"É uma situação tensa, não há sombra de dúvida. O Congresso pode considerar que o governo está desrespeitando sua decisão, mas o governo tem que preservar suas prerrogativas", afirmou em entrevista exclusiva ao **Valor**.

No acordo para a eleição do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o petista seria o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, mas o trato foi desfeito para emplacar um aliado de Motta após pressão do Centrão. Ele, no entanto, avalia que a relatoria da MP do IOF é mais relevante para o Executivo, pois a LDO depende da arrecadação da medida provisória.

O deputado defendeu a manutenção da espinha dorsal da MP, com medidas como a tributação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), mas reconheceu que a proposta deve sofrer alterações. Ele admitiu que há espaço para dialogar sobre a adoção da alíquota única de 17,5% para aplicações financeiras. "Como a gente já está aqui há muito tempo, a gente tem experiência e sabe que nem tudo que entra aqui sai igual."

Por outro lado, defendeu mudanças nas regras das compensações dos créditos tributários e que é preciso fechar "ralos" que prejudicam o sistema tributário como um todo.

Zarattini afirmou que está alinhado com o Ministério da Fazenda no discurso de que o governo está buscando alternativas e tributando setores que pagam menos imposto, mas reconhece que as medidas devem enfrentar resistências. Segundo ele, se a proposta não avançar, serviços essenciais sofrerão paralisações e essa conta será dividida com o Congresso. "A solução é a maioria da Câmara e do Senado entenderem que estamos todo mundo no mesmo barco."

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *O senhor foi designado para relatar a MP do IOF após o PT perder a relatoria do Orçamento. O governo foi prejudicado?*

Carlos Zarattini: Hoje é mais importante para o governo a aprovação dessa medida provisória do que a própria forma como vai sair a LDO. A LDO depende da MP. A gente tem que construir uma solução orçamentária e financeira para este ano e para o ano que vem, para o cumprimento das metas que estão colocadas.

Valor: *No Congresso, líderes dizem que a MP terá dificuldades para avançar. Como o senhor avalia?*

Zarattini: Estamos buscando uma solução para o equilíbrio financeiro deste ano e do ano que vem. Nós podemos fazer cortes muito pequenos, mas, se a gente for fazer cortes maiores, nós vamos atingir saúde, educação, Previdência Social. No modo de ver do governo, mexer em programas que atendem a população mais pobre e a maioria da população brasileira, é um erro. Começamos o programa "Mais Especialistas", a gente vai parar esse programa com a fila que tem no SUS? Nós vamos parar de atender a escola básica? Vamos reduzir os reajustes da Previdência Social? Estamos buscando recursos naqueles que ganham mais, naqueles setores que têm privilégios, que têm isenções, que não pagam sequer imposto. É o caso daqueles que fazem suas aplicações em LCI e LCA.

> "Estamos buscando uma solução para o equilíbrio financeiro deste ano e do ano que vem"

Valor: *Houve alguma orientação da equipe econômica sobre possíveis alterações no texto?*

Zarattini: Como a gente já está aqui [no Congresso] há muito tempo, a gente tem experiência e sabe que nem tudo que entra aqui sai igual. Aliás, a maioria das coisas entra de um jeito e sai de outro. Tenho que buscar aprovar a essência do projeto. Estamos nos preparando para negociar, começando a conversar com alguns setores e vamos ouvir os pleitos. É nesse equilíbrio entre manter o objetivo principal da medida provisória, ajustar onde é possível ajustar e fazer a maioria política para aprovação que está a nossa arte. A filosofia é clara: nós queremos mexer em setores que são pouco tributados ou não são tributados. Tem resistência? É lógico. Nós vamos ter principalmente aqui o agronegócio, mas vamos dialogar com eles para ver o quanto efetivamente a LCA contribui com o setor agropecuário.

Valor: *O senhor avalia retirar isso do texto?*

Zarattini: Não temos por que começar a pensar em retirar alguma coisa do texto. Estamos começando a conversar.

Valor: *A Fazenda diz que precisa da arrecadação prevista com a MP para fechar 2025 e 2026. É possível que as mudanças desidratem o texto e sirvam apenas para este ano?*

Zarattini: Não acho que só para 2025, não. Aliás, isso fez parte do diálogo do ministro [Fernando Haddad] com os líderes naquela gloriosa noite de 8 de junho. O próprio Hugo Motta falou: "Vamos resolver o problema dos próximos anos". Agora, era uma composição de três projetos. Nós tínhamos o decreto do IOF, a MP 1303 e um projeto que trata dos benefícios tributários, que ainda não chegou. Nós estamos agora com uma discussão que vai para o Supremo Tribunal Federal em relação ao IOF, vamos ver o que vai acontecer. Nós temos que ver a composição desses três, de forma que dê o equilíbrio fiscal.

Valor: *O governo projeta uma arrecadação de R$ 15 bilhões com leilões em áreas não contratadas do pré-sal. Isso pode compensar a perda com a derrubada do IOF?*

Zarattini: Que eu tenha conhecimento, esse recurso já estava previsto, não é novo. É difícil você falar: "Não, vamos pôr mais isso daí, porque isso aí substitui o IOF". Não substitui, pela informação que eu tenho.

Valor: *A alíquota única de 17,5% para aplicações financeiras vai continuar no texto?*

Zarattini: Isso a gente quer conversar mais. Temos conversado com algumas pessoas do setor financeiro, vamos procurar entender melhor e ver como podemos equilibrar. Tem possibilidade de diálogo nesse ponto.

Valor: *O governo trouxe na MP novas regras que restringem o uso de créditos tributários como principal item arrecadatório. O senhor irá manter?*

Zarattini: O que está colocado ali no texto é o óbvio: não dá para você usar um crédito de um setor em outro setor que não tem nada a ver. Está se tentando organizar isso. Temos que ter um pouco de coerência. Lógico que vai ter reação setores que estão utilizando indevidamente esses créditos, mas vamos dizer que é [preciso] fechar um daqueles ralos que prejudicam o sistema tributário como um todo.

Valor: *Também irá manter a proposta de redução no benefício do seguro-defeso?*

Zarattini: Sobre esse assunto, eu acho que a ideia de passar para os municípios o cadastramento dos pescadores não é uma boa solução. Nós vamos ter que encontrar uma nova solução. O jeito que está sendo feito hoje é um jeito absurdo. Cada um vai lá e coloca o seu nome como pescador e pronto.

Valor: *Qual a avaliação sobre a redução do tempo para concessão do auxílio-doença?*

Zarattini: A gente vai tanto nessa história de inteligência artificial e sistemas informatizados e é óbvio que isso ia dar problema. Está dando problema com um aumento enorme do pagamento de auxílio-doença, do número de pessoas que vêm recebendo. Então a ideia de limitar o tempo me parece que é correta. Nesse ponto a gente está de acordo com o que está na MP.

Valor: *A judicialização da derrubada do decreto do IOF pode dificultar o avanço da MP?*

Zarattini: É uma situação tensa, não há sombra de dúvida. O Congresso pode considerar que o governo está desrespeitando sua decisão, mas o governo tem que preservar suas prerrogativas. Preservar aquilo que está na Constituição, que diz que é atribuição do Executivo regulamentar IOF. O governo abrir mão disso, que é sua prerrogativa, é algo muito ruim. Porque vão ter outras discussões futuramente, não é só essa. Isso, obviamente, vai criar um confronto inicial, mas a gente acha que isso vai se dissipar e a gente vai trabalhar exatamente para criar um ambiente de negociação sobre a MP.

Valor: *Qual é a solução para essa crise?*

Zarattini: A solução é a maioria da Câmara e do Senado entender que estamos no mesmo barco. Todos precisam que o governo caminhe, que não haja paralisação dos serviços, que o governo continue atendendo a maioria da população. O pior será se a gente tiver que fazer um decreto de contingenciamento de R$ 12 bilhões, e isso atingir a saúde e a educação. E essa responsabilidade vai cair sobre o Legislativo e o Executivo.

Valor: *Mas no Congresso não tem gente querendo justamente que o barco afunde?*

Zarattini: Lógico que tem. Aqui nós temos uma oposição radical. Tem aí cento e poucos deputados que são extremistas e acham que tem que botar fogo no parquinho. Eu acredito que a maioria do Congresso, inclusive o campo que apoia o governo, o Centrão que faz parte do governo — todos os partidos do Centrão, estão com ministérios — que interesse eles têm de que isso aconteça? Eles podem até decidir não apoiar o Lula, mas isso é daqui a um ano, que vai começar a corrida eleitoral. Até lá não há por que eles acharem que o melhor é o barco afundar.

Valor: *Algumas das medidas da MP estão contidas na proposta alternativa do PP, partido do deputado Arthur Lira (AL), à compensação do projeto que eleva a isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil. O senhor avalia que algumas discussões podem caminhar juntas?*

Zarattini: Você tem um conjunto de possíveis medidas que são finitas. O Lira é relator do IRPF, e o que se quer é fazer que 25 milhões de pessoas tenham um benefício e um prejuízo, entre aspas, para 140 mil, que não é nenhum absurdo. Naquele projeto é tratar da pessoa física. Nesse outro, estamos tratando de pessoas jurídicas. Melhor não misturar as coisas.

Valor: *Isso não pode ser um motivo para o Centrão desidratar a MP?*

Zarattini: O projeto do IRPF está equilibrado. Não é aumentar a receita nem diminuir. É manter zero o equilíbrio, tirando de uns e passando para outros. Aqui nós temos um objetivo de fazer um ajuste. A gente precisa ter um aumento de receita. Se a gente usa esse aumento de receita para resolver o problema do outro projeto, nós vamos deixar sem aumento de receita.

Zarattini: "A solução é a maioria da Câmara e do Senado entenderem que estamos todo mundo no mesmo barco"

EDITAL DE LEILÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE Nº [illegible]
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ARTS. 26-A, 27 E 27-A DA LEI 9.514/97

[illegible]

Eufrázio

Política

Desembarque do Centrão ao som de Tim Maia



Fernando Exman

A turbulência institucional provocada pelo impasse envolvendo o decreto que elevava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tem trilha sonora. É "Me dê motivo", clássico da MPB consagrado na voz de Tim Maia e transformado em música de fundo pelo Centrão para colocar um pé fora da canoa do governo Lula.

Marcar posição defendendo limites a um impopular aumento da carga tributária, mas sem necessariamente deixar de imediato os cargos que ocupam na máquina pública federal, era tudo o que as legendas de centro e direita queriam neste momento em que piscam para os pré-candidatos de oposição.

Em pesquisa da Quaest divulgada em junho, 50% dos entrevistados consideravam que o governo federal estava errando em aumentar o IOF para a compra de dólares e 41% haviam considerado correta a decisão de recuar dessa elevação. Segundo essa sondagem, a desaprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) era de 57%, ante 40% de aprovação. Pela primeira vez o governo enfrentava mais dificuldades entre católicos e a parcela da população menos escolarizada. Mais brasileiros consideravam que Lula estava exagerando nas propostas de aumento de impostos do que aqueles que acreditavam estar presenciando a atuação de um gestor em busca de justiça tributária.

Nas últimas semanas, esse sentimento também pôde ser percebido na pele por deputados e senadores, quando eles retornaram para as suas bases. Muitas pessoas podem não saber exatamente o que se decidiu sobre o IOF, mas outras muitas sabem que este é um imposto capaz de afetar suas vidas tanto na pessoa física como na pessoa jurídica. Talvez seja esse um dos fatores que levaram até mesmo aliados tradicionais do PT a votarem pela derrubada do decreto do IOF.

Contudo, persistem as dúvidas no Executivo. Em recente entrevista ao **Valor**, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que não recebera explicação alguma do Congresso para a decisão de revogar o decreto. E argumentou que o recurso do governo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ressuscitá-lo não deveria ser visto como um rompimento com o Poder Legislativo, mas sim a defesa de uma prerrogativa do chefe do Poder Executivo.

É verdade que está em jogo o equilíbrio entre os Poderes. O Congresso aproveita a oportunidade para tentar mais uma vez se posicionar como a instituição capaz de ter a palavra final na República. Está sendo assim nas discussões sobre a impositividade da execução das emendas parlamentares ao Orçamento. Em outra frente, é crescente a intenção entre líderes congressuais de que sejam apresentadas e aprovadas mais leis autoaplicáveis, ou seja, que passem a valer a partir da sua sanção e que não dependam de regulamentações adicionais de órgãos do Executivo.

O Supremo se debruçará sobre a discussão dos limites do presidente da República no exercício de suas prerrogativas, assim como sobre qual é o espaço que o Legislativo tem para sustá-las. Mas o julgamento também é capaz de arrastar o STF para a crise, colocando o tribunal no centro de uma disputa política que já ganha contornos eleitorais. De qualquer forma, é certo que ele não explicará a origem dessa crise.

Na ala política, aliás, fontes tampouco entenderam o que fez o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deixar os festejos de São João de lado para fustigar o Palácio do Planalto com a ajuda do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Porém, não descartam que esse movimento realizado pela cúpula do Congresso seja de fato a sinalização do iminente desembarque de grupos relevantes de União Brasil e PP, que avançam a galope na formação de uma federação que estará na oposição na eleição presidencial de 2026. Nesse contexto, inclusive, as alas governistas desses partidos podem aproveitar para apresentar novas demandas ao Planalto até que um desembarque total seja realizado.

Deve-se lembrar que o Republicanos do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o MDB negociam uma outra federação. Concluindo um acordo, os dois partidos também tendem a se afastar do PT e da impopular receita de realizar um ajuste fiscal por meio da elevação da arrecadação.

É a tal história de "Me dê motivo". Dizem nos bastidores do meio musical que Tim Maia encomendou na década de 1980 a Michael Sullivan e seu parceiro, Paulo Massadas, um "hit" ao estilo do cantor e compositor americano Barry White: uma música de traição. Há quem sustente que após a gravação Tim Maia ainda brincou que, na verdade, o compositor era quem havia sido traído pela mulher, mas ele que acabaria ganhando a fama.

Porém, a música não revela se houve de fato adultério. Ela fala de quando a pessoa amada comete um erro tão grave que esta falha é suficiente para destruir uma relação.

A ideia de Tim Maia era que no início da faixa ele pudesse falar como se estivesse sussurrando ao ouvido de uma menina para, então, soltar o vozeirão. Nesse trecho inicial, faz uma reflexão em que conta a situação de quem vivia um amor, mas vê a outra parte colocar tudo a perder. Em busca de uma justificativa para colocar um fim ao relacionamento e decidido a se reerguer adiante, vem o refrão: "Me dê motivo para ir embora".

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Medida autoriza leilão de áreas adjacentes ao pré-sal e amplia uso do Fundo Social, que poderá financiar Minha Casa, Minha Vida

Senado aprova MP que pode render até R$ 20 bi

Gabriela Guido e Caetano Tonet
De Brasília

O plenário do Senado aprovou na terça-feira (1) a medida provisória (MP) que amplia o uso do fundo social do pré-sal e permite a realização de leilões de novas áreas para financiar projetos sociais, como o Minha Casa Minha Vida. A expectativa é arrecadar até R$ 20 bilhões com a "MP do Fundo Social". O governo tinha pressa para aprovar a medida, uma vez que ela perde a os seus efeitos na quinta-feira (3). O texto vai para sanção presidencial.

A aprovação da proposta tornou-se ainda mais importante para o governo após o Congresso derrubar o decreto que elevava alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A revogação do texto resultou em perda de R$ 10 bilhões em potencial de arrecadação para este ano, segundo estimativas do Ministério da Fazenda. Na terça-feira (1) de manhã, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) para pedir uma liminar que elimine os efeitos do projeto de decreto legislativo aprovado pelo Congresso.

A autorização para leiloar áreas não contratadas do pré-sal constava originalmente em um projeto de lei, que acabou não avançando no legislativo. Conforme o parecer do relator do texto na comissão mista da MP, deputado José Priante (MDB-PA), a União fica autorizada a "alienar seus direitos e obrigações decorrentes da celebração de acordos de individualização da produção em áreas não concedidas ou não partilhadas na área do pré-sal e em áreas estratégicas", mediante leilão.

Após um acordo, o Senado aprovou a medida provisória sem mudanças no texto de Priante. A liderança do PL no Senado, entretanto, pediu a votação nominal dos dispositivos sobre os leilões separada do texto-base. Por 37 votos favoráveis e 17 contra, os senadores votaram para manter o trecho.

"Nós queremos, de fato, a utilização dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a moradia dos brasileiros, para a habitação dos brasileiros", disse o líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP), ao defender a aprovação da MP com os leilões, mesmo com protestos da oposição. "Eu não acredito que a oposição não queira, neste momento, que nós possamos ampliar o programa Minha Casa, Minha Vida, utilizar esses recursos em educação e saúde, e no desenvolvimento regional das nossas regiões".

Além da permissão dos leilões, a MP amplia as áreas nas quais o Executivo pode aplicar os recursos do Fundo Social do pré-sal. Esse dinheiro agora pode ir para infraestrutura social, mitigação e remediação a mudanças climáticas e habitação social. Isso permite à União transferir R$ 15 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida, ainda no exercício de 2025. O texto também aumentou o percentual de vinculação dos recursos do Fundo Social para saúde e educação de 50% para 55%.

A MP já estava em vigor, mas foi modificada pelos parlamentares e, por isso, se tornou projeto de lei de conversão que deverá ser submetido a sanção presidencial.



Randolfe: "Nós queremos a utilização dos recursos para a moradia dos brasileiros"

Auxiliares de Lula rebatem 'The Economist'

Joelmir Tavares, Camila Zarur e Paula Martini
De São Paulo e do Rio



Mauro Vieira: Lula tem o "respeito moral" de humanistas de todo o mundo, incluindo políticos, líderes empresariais e defensores dos direitos humanos

Ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reagiram com críticas à revista britânica "The Economist", que afirmou que o presidente está "perdendo influência no exterior" e é "cada vez mais impopular" no Brasil. O titular do Itamaraty, Mauro Vieira, enviou carta à publicação, na qual citou o "respeito à autoridade moral" do petista fora do país e defendeu a política externa brasileira, chamada de "incoerente" no texto de domingo (29).

Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) disseram, durante participação em evento no Rio de Janeiro, que as afirmações veiculadas pela revista refletem disputas geopolíticas, envolvendo questões como o Brics.

Na carta enviada pelo chanceler, que foi obtida pelo **Valor**, ele afirmou que, entre "humanistas de todo o mundo, incluindo políticos, líderes empresariais, acadêmicos e defensores dos direitos humanos, o respeito à autoridade moral do presidente Lula é indiscutível". Vieira também rebateu as críticas ao posicionamento brasileiro sobre os ataques dos Estados Unidos ao Irã. Para a revista, a manifestação foi exemplo do que seria uma postura "cada vez mais hostil ao Ocidente" e distante dos EUA, sob a presidência de Donald Trump.

"Como um país que não tem inimigos, o Brasil é também um coerente defensor do direito internacional e da resolução de disputas por meio da diplomacia", disse o chanceler, referindo-se a Lula como "um eloquente defensor da Carta das Nações Unidas e das Convenções de Genebra".

"A posição do Brasil quanto aos ataques ao Irã e, sobretudo, às instalações nucleares é coerente com esses princípios. Nossa condenação responde ao fato elementar de que essas ações constituem uma flagrante transgressão da Carta da ONU [Organização das Nações Unidas]. Ferem, em particular, as normas da Agência Internacional de Energia Atômica, organização responsável por prevenir contaminação radioativa e desastres ambientais de larga escala", prosseguiu o titular do Itamaraty.

Vieira lembrou ainda que a gestão de Lula condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia, "ao mesmo tempo em que apontou a necessidade de abrir caminhos para uma resolução diplomática do conflito, ainda em 2023".

"Lula não é popular entre os negacionistas climáticos", disse o ministro. "Em face de uma nova corrida armamentista, ele está entre os líderes que denunciam a irracionalidade de investir na destruição, em detrimento da luta contra a fome e do aquecimento global", completou ele.

Na carta, o ministro buscou se contrapor às afirmações da revista de que Lula enfrenta "fraqueza no cenário internacional" e erra ao se aproximar de "regimes autoritários" como Rússia e Irã.

"Como presidente do G20, Lula construiu um difícil consenso entre os membros, no ano passado, e ao longo do processo logrou criar uma ampla aliança global contra a fome e a pobreza", disse, acrescentando que o petista "também apresentou uma ousada proposta de taxação de bilionários que terá incomodado muitos oligarcas".

Sobre o Brics, Vieira disse que o Brasil vê o bloco "como ator incontornável na luta por um mundo multipolar, menos assimétrico e mais pacífico". "Nossa presidência trabalhará para fortalecer o perfil do grupo como espaço de concertação política em favor da reforma da governança global e como esfera de cooperação em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade", declarou.

Já a ministra Esther Dweck disse que ficou "chocada" com o texto da revista e que as críticas refletem incômodo com o Brics.

"Eu acompanho o presidente Lula em várias ações internacionais. A deferência que os primeiros-ministros e presidentes do mundo inteiro têm em relação a ele é uma coisa excepcional", afirmou, em evento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre inteligência artificial.

Para ela, o conteúdo mirou o Brics, pela união do Sul Global e por sua força. "São países que têm, sim, uma relevância muito importante na geopolítica. E é um reforço que o presidente [Lula] sempre deu para que o Sul Global tenha um maior protagonismo. No fundo, [a publicação] é parte dessa discussão da questão geopolítica no mundo."

Dweck ainda deu uma alfinetada em Trump, ao dizer que chefes de Estado internacionais demonstram "respeito" a Lula e, "felizmente", o presidente americano é uma exceção. "Mas isso faz parte", contemporizou.

Luciana Santos também saiu em defesa de Lula, ao declarar que "o Brasil tem uma diplomacia reconhecida pela sua capacidade de se relacionar com todo mundo e de defender a paz". Sem citar nominalmente nenhum país, a ministra disse que "há uma mudança na geopolítica mundial e, naturalmente, quem perde força reclama".

Partidos Planalto monitora aproximação, que vê como uma forma de ressuscitar pedetista

Ciro e PSDB buscam acordo para derrubar PT no Ceará



Ciro: "namoro" entre pedetista e tucanos começou no ano passado, depois de um encontro com o presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, em Fortaleza

Renan Truffi, Sofia Aguiar e Camila Zarur
De Brasília e Rio

Com a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em baixa, a oposição ensaia uma aliança que busca destronar o PT de um dos seus principais redutos eleitorais: o Ceará. O acordo envolve uma aproximação entre Ciro Gomes e o PSDB, e tem como objetivo principal derrotar o atual governador do Estado, Elmano de Freitas (PT-CE). O pano de fundo desse movimento são as eleições de 2026, já que o Ceará é historicamente um palanque estratégico para o PT.

O Palácio do Planalto acompanha o assunto de perto. Nas eleições de 2024, por exemplo, o Ceará converteu-se em peça-chave para Lula, já que Fortaleza foi a única capital onde o PT conseguiu eleger um prefeito. Além disso, o Estado cearense é o berço político do ministro da Educação, Camilo Santana, tratado como possível sucessor de Lula. Nos bastidores, integrantes do governo federal dizem que a possível filiação de Ciro pode ser uma forma de ressuscitá-lo após o fraco desempenho dele nas eleições de 2022. Naquela ocasião, Ciro teve cerca de 3% dos votos.

O "namoro" entre Ciro Gomes e os tucanos começou no ano passado, quando o presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, viajou até Fortaleza e se reuniu com o ex-presidenciável. O encontro foi costurado pelo ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), entusiasta de um acordo. A reunião deixou boas impressões nos dirigentes tucanos e, a partir daí, Perillo deu aval para um convite formal — em detrimento do PDT, sigla ao qual Ciro está ligado desde 2015.

Desde então, Ciro vem rechaçando comentar sua volta ao PSDB — legenda a que foi filiado entre 1990 e 1997 —, mas interlocutores tucanos se dizem otimistas. O argumento é que o PDT faz parte da base aliada do PT no Ceará, o que impede que Ciro se lance contra o partido de Lula.

Apesar de evitar falar publicamente sobre essa migração, Ciro vem fazendo um movimento de buscar lideranças bolsonaristas no Estado. Há algumas semanas, ele esteve com nomes do PL, União Brasil e Progressistas para tratar de uma coligação.

Essas aproximações, inclusive, foram mal vistas entre pedetistas. A avaliação é de que a postura de Ciro não só atrapalha as negociações no Estado como também vão contra a agenda nacional do PDT, de não querer se aproximar de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A estratégia do PSDB de enfraquecer Lula no Ceará, por outro lado, se baseia na avaliação de que o longo período do PT à frente do Estado já apresenta um "desgaste natural". Isso porque o grupo comandado pelos petistas está governando o Ceará há quase 20 anos.

Além disso, ao filiar Ciro Gomes, o PSDB pode acabar desarticulando, por consequência, o irmão dele, o senador Cid Gomes (PSB-CE), outra figura influente na política do Estado. Na avaliação dos tucanos, dificilmente Cid irá fazer campanha aberta contra Ciro.

Sobre isso, interlocutores próximos a Cid rebatem. O motivo é que o senador do PSB, apesar de ser irmão de Ciro, já deixou claro que continuará "compromissado" com a reeleição de Elmano. "Eu ficarei numa situação absolutamente constrangedora [se Ciro disputar o governo pelo PSDB]", admitiu Cid Gomes recentemente. Procurado, Camilo disse por meio de sua assessoria que "adversário ninguém escolhe".

No PDT, sigla que já cogitou a possibilidade de expulsar Ciro por fazer campanha a favor de um deputado bolsonarista, a situação mudou. A razão é que ele passou a pontuar em pesquisas de intenção de voto, em cenários sem Lula e sem Bolsonaro. O Datafolha de junho mostra que ele é a segunda opção favorita do eleitorado, com 22%.

Outro ponto a favor da continuidade de Ciro no PDT é o presidente da sigla, Carlos Lupi. O cacique pedetista ainda vê o ex-presidenciável como um ativo para a reconstrução do partido, que vem reduzindo de tamanho nas últimas eleições. Havia uma vontade na legenda de lançar Ciro à Câmara dos Deputados, em 2026, para aumentar a bancada. O ex-presidenciável, porém, tem dito que não será mais candidato. Procurado, Lupi não se manifestou.

À PF, Wajngarten nega ter tentado interferir na delação de Cid

Cristiane Agostine
De São Paulo

O advogado e ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) Fabio Wajngarten negou ter tentado interferir na delação do tenente-coronel Mauro Cid e disse que avalia entrar com uma ação de denunciação caluniosa contra o ex-ajudante de ordens e a defesa dele. Wajngarten e o advogado Paulo Amador da Cunha Bueno, que defende o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e o advogado Eduardo Kuntz prestaram depoimento à Polícia Federal (PF) na tarde de terça-feira (1), em São Paulo, sobre supostos contatos com Mauro Cid.

Ao falar com jornalistas depois do depoimento à PF, Wajngarten disse ter falado pela última vez com a família de Mauro Cid em agosto de 2023, mesma época em que o ex-ajudante de ordens firmou o acordo de delação premiada na ação sobre tentativa de golpe de Estado. Wajngarten disse ter sido procurado pelo pai do tenente-coronel, general Mauro Cesar Lorena Cid, para ajudá-lo a inscrever a filha de Mauro Cid, Gabriela, em um campeonato de hipismo.

"Então recebi uma demanda do general Lorena Cid para inscrever a Giovana no campeonato e assim se deram os contatos. Em maneira, em hipótese alguma, houve tentativa de desorganizar, tumultuar, de atrapalhar qualquer investigação que seja", disse Wajngarten a jornalistas na porta da PF, em São Paulo. O advogado Paulo Bueno saiu sem falar com a imprensa.

Na semana passada, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o depoimento de Wajngarten e de Bueno no inquérito que apura se o advogado Eduardo Kuntz entrou em contato com Cid para falar da delação feita pelo militar. Kuntz defende o coronel Marcelo Câmara, um dos acusados na ação da trama golpista. Ao deixar a PF, o advogado disse que sua atuação profissional e legal "foi totalmente dentro dos parâmetros, sem nenhum tipo de conduta ilícita ou falha ética".

"Nunca perguntei sobre depoimento, nunca perguntei de nada"
Fabio Wajngarten

Cid teria usado um perfil no Instagram para conversar sobre a colaboração premiada, o que ele nega. Segundo a defesa de Cid, o tenente-coronel já prestou depoimento sobre o caso e juntou aos autos declarações firmadas pela esposa e pela mãe sobre as supostas investidas realizadas por Kuntz, Bueno e Wajngarten "no sentido de acessar e conversar com Mauro César Barbosa Cid, bem como para assumir sua defesa técnica". Em informações enviadas ao STF, a Meta, empresa responsável pelo Instagram, afirmou que o perfil que teria sido usado por Cid está vinculado a um e-mail do tenente-coronel. A defesa diz que o perfil foi hackeado.

Segundo a PF, Wajngarten teria feito intensa tentativa de falar com a família e com Mauro Cid, tanto através da filha do militar como de sua esposa, Gabriela Ribeiro Cid. Eles também teriam sido procurados por Bueno, que integra a defesa de Bolsonaro. Segundo Moraes, as tentativas de falar com Cid podem configurar o delito de obstrução de investigação.

Wajngarten negou as afirmações. Ele disse que o campeonato que a filha de Mauro Cid participou foi na terceira semana de agosto, entre os dias 20 e 30. "Eu acho que a delação foi nesta época ou em setembro que foi firmada a delação. Mas, de todo modo, eu sempre procurei estar perto [do Mauro Cid] para saber se precisava de alguma coisa, o que não significa que eu estou tumultuando a investigação." O acordo de delação o tenente-coronel foi homologado pelo STF em setembro de 2023.

O ex-assessor negou, por várias vezes, ter procurado a família de Mauro Cid para falar sobre a delação do ex-ajudante de ordens. "Nunca perguntei sobre delação, nunca perguntei sobre depoimento, nunca perguntei de nada."

Wajngarten diz que já está estudando medidas cabíveis, entre elas uma ação de denunciação caluniosa, contra o que ele entende ser uma "tentativa de intimidar a defesa" de Bolsonaro. "Não dá pra botar no papel e achar que o papel não tem consequência. Não tem condição de sair atirando como uma metralhadora 360 graus e achar que não vai ter consequência. O advogado de Cid foi e voltou várias vezes", disse Wajngarten sobre as acusações de Mauro Cid.

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo

Análises, opiniões e informação sobre o cenário econômico com o time de especialistas do Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Eufrázio

Guerra comercial Países que toparem negociação por etapas seriam poupados de tarifas recíprocas altas

Prazo apertado faz EUA restringirem acordos

Agências internacionais

Os principais assessores comerciais de Donald Trump estão buscando acordos mais restritos com outros países, em uma corrida contra o tempo para fechar as negociações até a próxima quarta-feira (9), data em que o presidente dos Estados Unidos prometeu restabelecer as "tarifas recíprocas".

Autoridades americanas buscam acordos por etapas com os países mais engajados nas negociações, segundo o "Financial Times", no que representa um recuo em relação à promessa da Casa Branca de fechar 90 acordos durante os 90 dias de trégua anunciados por Trump em 9 de abril.

Os países que aceitarem esses acordos mais restritos seriam poupados das tarifas recíprocas mais altas, mas continuariam sujeitos à taxa universal de 10%, enquanto questões mais delicadas continuam a ser discutidas, de acordo com fontes ouvidas pelo "FT".

Em paralelo à abordagem mais limitada nos acordos, a Casa Branca também considera novas tarifas a setores estratégicos. Enquanto avaliam chegar a um entendimento com os EUA antes do prazo final, negociadores tentam entender o que virá em seguida. O Departamento do Comércio dos EUA já havia iniciado investigações de segurança nacional — dentro da chamada Seção 232 — sobre produtos como cobre, madeira, peças aeroespaciais, produtos farmacêuticos, chips e minerais críticos.

Trump vem usando o comércio como instrumento para arrancar concessões de outros países. A tática consiste em uma via dupla que combina a disposição para negociar com a ameaça de novas tarifas.

Ontem, o presidente americano reiterou às críticas ao Japão, colocou dúvida sobre a possibilidade de chegar a um acordo com Tóquio e ameaçou o país com tarifas de até 35% — ante os 24% anunciados por ele em abril.

A ideia de reduzir as ambições ocorre diante da falta de resultados concretos às vésperas do fim do prazo dado por Trump. Embora tenha recuado desde então em algumas das tarifas mais punitivas, até agora os EUA só chegaram a um acordo comercial com o Reino Unido e firmaram uma trégua provisória com a China.

Vários países que estão em negociações comerciais com os EUA têm buscado alívio das tarifas setoriais existentes, que chegam a 25% sobre carros e autopeças e a 50% sobre aço e alumínio.

Segundo o "FT", fontes a par das discussões disseram que a falta de clareza sobre eventuais novas tarifas setoriais que os EUA possam impor futuramente tem dificultado as conversas.

Na segunda-feira, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, sugeriu que os EUA estão focados nas tarifas recíprocas, deixando as setoriais para um segundo momento.

"As investigações da seção 232 demoram mais para serem implementadas; então vamos ver o que acontece com elas", disse ele em uma entrevista à Bloomberg TV.

A Casa Branca também não deu detalhes de como definirá novas tarifas para os países que não fecharem acordos até 9 de julho. Ontem, Trump que não pretende estender o prazo.

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse anteontem que Trump se reunirá com sua equipe comercial para definir tarifas para "muitos desses países, caso eles não se sentem à mesa de negociação de boa-fé".

Bessent também disse à Bloomberg TV que qualquer possível extensão do prazo de 9 de julho caberia ao presidente decidir, mas afirmou esperar uma "enxurrada" de acordos nos próximos dias.

Em maio, duas decisões judiciais consideraram ilegal o uso de poderes emergenciais por Trump para impor tarifas recíprocas. O governo recorreu, mas as decisões também aumentaram a incerteza nas negociações.

Europa sofre com calor extremo no início do verão



A onda de calor na Europa deve atingir seu pico nos próximos dias e provocou alertas vermelhos da França aos Alpes Suíços. As condições quentes e secas provocaram dezenas de incêndios florestais na Grécia, França, Portugal e Turquia. O calor foi amplificado por mares excepcionalmente quentes, especialmente nas costas da França e da Espanha, com partes do Mediterrâneo 6 °C acima do normal. Na França, cerca de 1.350 escolas estão parcial ou totalmente fechadas enquanto mais de 5 mil casas sofreram cortes de eletricidade. Na foto um pedestre molha a cabeça em fonte próxima a Torre Eiffel, cujo topo ficará fechado para visitantes nos próximos dois dias, após as temperaturas em Paris ontem chegarem a 41°C.

Reino Unido aprova cortes em benefícios de assistência social

Reuters

O Parlamento do Reino Unido aprovou ontem, em votação inicial, os planos do primeiro-ministro Keir Starmer para cortar benefícios de assistência social após uma rebelião dentro do seu Partido Trabalhista forçá-lo a abandonar uma reforma mais ampla.

Os parlamentares aprovaram por 335 votos a favor e 260 contrários as propostas que alteram algumas regras para que pessoas possam solicitar determinados benefícios por invalidez e doenças. Um ano após conquistar uma das maiorias parlamentares mais amplas da história do país, Starmer viu sua aprovação desabar e tem sido forçado a recuar em várias políticas diante do crescente descontentamento de parlamentares da sua base.

"A reforma do sistema de bem-estar social, sejamos honestos, nunca é fácil — talvez especialmente para governos trabalhistas", disse a ministra do Trabalho e Pensões, Liz Kendall.

Starmer assumiu o cargo no ano passado prometendo que sua ampla maioria traria um fim ao caos político que marcou os 14 anos de governo do Partido Conservador. No entanto, a revolta em torno da reforma evidencia as dificuldades que ele enfrenta para aprovar decisões impopulares.

Inicialmente, o governo esperava economizar 5 bilhões de libras (cerca de US$ 6,9 bilhões) por ano até 2030 ao endurecer as regras para a concessão de benefícios por invalidez e doença. Mas, após ceder à pressão de seus próprios parlamentares, o governo anunciou que as novas regras se aplicariam apenas a futuros solicitantes, e não aos milhões de beneficiários atuais, como fora proposto.

Analistas estimaram que, com isso, a economia será provavelmente mais próxima de 2 bilhões de libras (US$ 2,75 bilhões).

Nas horas que antecederam a votação, ministros e líderes do partido travaram uma intensa campanha de última hora para tentar convencer parlamentares indecisos a apoiar o projeto.

Em mais uma concessão de última hora aos rebeldes, durante o debate sobre as mudanças, o governo recuou em implementar regras de elegibilidade mais rígidas para um benefício-chave até que uma revisão do sistema de bem-estar social seja concluída.

Rachael Maskell, uma das principais dissidentes trabalhistas, classificou os cortes como "dickensianos" e afirmou que "pertencem a outra era e a outro partido". Debbie Abrahams, presidente do comitê de trabalho e pensões, chamou os planos de "uma bagunça total".

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/25	abr/25	mar/25	fev/25	jan/25	dez/24	nov/24	out/24	set/24	ago/24
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,16	0,71	0,60	1,41	-0,91	-0,07	-0,01	0,75	0,26
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,1	1,2	0,1	0,2	-0,3	-0,7	-0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	-	-0,5	0,9	-0,4	0,8	-0,7	-1,2	0,3	0,1	-0,3
Indústrias extrativas	-	1,0	3,3	3,0	-2,4	0,5	-0,7	0,1	1,2	-0,7
Bens de capital	-	1,4	-0,5	0,1	2,7	3,6	-1,1	-2,7	4,4	1,2
Bens intermediários	-	0,7	0,5	0,9	-1,6	-0,7	-0,6	0,6	0,3	0,6
Bens de consumo	-	1,6	3,4	1,2	3,6	3,0	-1,7	-0,2	0,4	0,1
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	-0,8	-2,0	1,3	3,0	-1,3	0,2	1,7	-1,4	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,1	0,0	1,1	-0,3	-0,2	1,2	0,3	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	1,2	1,5	-0,3	0,4	0,4	1,1	1,2	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,4	0,8	-0,6	-0,3	-0,2	-0,2	0,4	0,4	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	1,2	1,4	2,4	-0,4	-0,4	0,1	1,2	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,2	-0,4	0,9	-0,5	0,2	1,3	1,1	1,1	-0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,2	6,6	7,0	6,8	6,5	6,2	6,1	6,2	6,4	6,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,4	0,2	-0,4	-0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	-0,3
Indicador Antecedente de Emprego (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-0,4	-1,2	2,2	1,0	1,0	0,0	1,4	1,3
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.156	29.900	28.767	22.753	25.395	24.881	27.867	29.301	28.471	28.736
Importações	22.918	22.263	21.022	23.231	23.160	20.245	21.113	25.210	23.392	24.219
Saldo	7.239	7.637	7.745	-478	2.235	4.636	6.747	4.091	5.080	4.517

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Novo ajuste com índice base 2014 = 100. (3) Sem ajuste

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8991	0,89	0,5479	0,4509	0,2558	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4921	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7360	0,80	0,5309	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7732	0,83	0,5462	0,4803	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7030	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,01	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7526	0,83	0,5576	0,4620	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7068	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	1,75	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5778	0,4978	0,3207	0,61	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8030	0,87	0,5778	0,5080	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,23	24,44	1.412,00
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8831	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,07	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7513	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,9371	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6629	0,5695	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9355	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	3,05	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,9471	0,96	0,6625	0,6195	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1669	0,6677	0,6677	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4039	0,21	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7569	0,6224	0,4082	0,41	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0281	1,10	0,6937	0,6131	0,4069	0,91	24,65	1.518,00
jul/25					1,28	0,7177	0,6476			24,78	1.518,00
2025	0,92	3,99	3,99	6,04	7,78	4,84	4,34	3,48	1,28	1,18	7,50
Em 12 meses*	1,19	7,64	7,64	11,36	12,91	8,00	7,06	4,48	4,17	1,19	7,50
2024	0,83	7,03	7,03	9,98	10,88	7,00	5,97	3,84	4,17	0,82	6,97

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12. Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva, para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/25	4º Tri/24	2025 (1)	2024	2023	2022
PIB (R$ bilhões) *	3.020	3.010	12.011	11.745	10.943	10.080
PIB (US$ bilhões) **	512	527	2.136	2.176	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	1,4	0,1	3,5	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	12,2	4,4	1,3	3,2	16,3	-1,1
Indústria	-0,1	-0,2	3,1	3,3	1,7	1,5
Serviços	0,3	0,2	3,3	3,7	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,1	0,7	6,3	7,3	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	17,0	17,1	17,3	17,0	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2025, em últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.518,00	7,50
De 1.518,01 até 2.793,88	9,00
De 2.793,89 até 4.190,83	12,00
De 4.190,84 até 8.157,41	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência junho/25. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir do IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
* Valor considera o desconto simplificado de R$ 607,20
Obs.: Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio 2025	Janeiro-maio 2024	Var %	Maio 2025	Maio 2024	Var %
Receita Federal						
Imposto de renda total	398,9	366,0	8,74	82,4	71,7	15,00
Imposto de renda pessoa física	36,6	33,8	8,42	29,2	26,2	10,85
Imposto de renda pessoa jurídica	164,1	153,0	7,24	14,2	13,2	1,64
Imposto de renda retido na fonte	198,1	180,0	10,06	40,2	33,5	20,13
Imposto sobre produtos industrializados	34,7	30,4	13,89	6,6	6,2	9,81
Fumo	4,7	3,3	44,07	0,7	0,6	15,13
Bebidas	1,4	1,3	2,84	0,2	0,2	3,96
Automóveis	2,2	2,3	-2,32	0,4	0,5	-18,25
Imposto sobre operações financeiras	28,5	26,4	7,97	5,8	5,3	11,70
Imposto de importação	37,5	24,0	56,40	7,9	5,6	42,71
Cide combustíveis	1,3	1,2	7,01	0,3	0,3	2,42
Contribuição para Financial (Cofins)	161,6	143,0	11,20	33,0	28,8	14,34
CSLL	68,4	61,2	8,97	9,4	9,1	4,23
PIS/Pasep	50,0	45,4	10,14	9,0	8,7	3,54
Outras receitas	370,1	348,5	6,19	70,3	64,4	10,18
Total	1.191,2	1.089,6	9,33	230,1	203,0	13,39

	mai/25 Valor	mai/25 Var. %*	fev/25 Valor	fev/25 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*
INSS	54,7	6,98	54,1	6,97	50,9	6,29

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Inflação
Variação no período (em %)

	jun/25	mai/25	Acumulado em 2025	Acumulado em 2024	Acumulado em 12 meses	Número índice jun/25	Número índice mai/25	Número índice dez/24	Número índice jun/24
IBGE									
IPCA	-	0,26	2,75	4,83	5,32		7.295,46	7.100,50	6.941,01
INPC	-	0,35	2,85	4,77	5,20		7.493,71	7.284,30	7.141,00
IPCA-15	0,26	0,36	3,16	4,71	5,27	7.171,58	7.153,38	6.958,73	6.813,08
IPCA-E	0,26	0,36	3,16	4,71	5,27	7.171,58	7.153,38	6.958,73	6.813,08
FGV									
IGP-DI	-	-0,85	0,08	6,86	4,27	-	1.181,93	1.181,41	1.117,79
Núcleo do IPC-DI	-	0,36	2,28	3,93	4,55	-	-	-	-
IPA-DI	-	-1,38	-1,01	7,72	4,70	-	1.380,24	1.394,27	1.300,66
IPA-Agro	-	-3,13	-1,06	14,36	13,24	-	2.020,07	2.041,66	1.811,00
IPA-Ind.	-	-0,73	-0,91	5,28	4,30	-	1.140,93	1.151,37	1.094,06
IPC-DI	-	0,34	2,52	3,99	4,71	-	782,23	762,98	751,64
INCC-DI	-	0,58	2,74	6,54	7,24	-	1.191,33	1.159,54	1.118,88
IGP-M	-1,67	-0,49	-0,54	6,54	4,39	1.186,26	1.206,33	1.193,56	1.136,41
IPA-M	-2,53	-0,82	-2,30	3,24	4,02	1.394,26	1.430,61	1.430,81	1.340,52
IPC-M	0,22	0,37	2,54	4,02	4,32	767,27	765,51	745,27	736,41
INCC-M	0,96	0,26	3,44	6,34	7,15	1.194,01	1.183,61	1.154,99	1.114,75
IGP-10	-0,97	-0,01	-0,23	6,61	5,62	1.222,80	1.273,80	1.258,98	1.154,82
IPA-10	-1,54	-0,17	-0,87	7,31	5,77	1.453,12	1.476,69	1.466,71	1.378,57
IPC-10	0,28	0,42	2,88	4,11	4,28	772,33	769,94	750,46	740,54
INCC-10	0,87	0,43	3,52	6,35	7,15	1.178,20	1.168,07	1.138,15	1.099,18
FIPE									
IPC	-	0,27	2,10	4,68	5,20	-	721,77	706,90	687,92

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,09%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2025

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	30/04/2025	Valor da declaração		Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	30/05/2025		1,00%	
3ª	30/06/2025		2,14%	
4ª	31/07/2025		3,28%	
5ª	29/08/2025			
6ª	30/09/2025			
7ª	31/10/2025			
8ª	28/11/2025			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de maio/25 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/25 Valor	mai/25 % do PIB	abr/25 Valor	abr/25 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB
Dívida líquida total	7.843,7	62,03	7.450,7	61,52	6.893,1	61,34
(-) Ajuste patrimonial + privatização	38,2	0,31	41,2	0,34	19,7	0,18
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.072,0	-8,41	-1.058,1	-8,76	-819,0	7,28
Dívida fiscal líquida	8.443,9	71,14	8.532,0	70,62	7.799,9	68,80
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	8.225,4	65,58	8.132,0	67,18	7.604,4	67,27
Dívida externa líquida	-471,2	-3,57	-681,3	-5,66	-711,3	-6,29
Divisão entre as esferas de governo						
Governo Federal e Banco Central	6.524,6	51,61	6.414,3	53,09	5.923,8	52,68
Governos Estaduais	898,1	7,10	893,9	7,40	839,1	7,64
Governos Municipais	64,2	0,51	63,1	0,49	61,5	0,55
Empresas Estatais	40,2	0,39	39,1	0,32	52,7	0,47

Necessidades de financiamento do setor público — Fluxos acumulados em 12 meses	mai/25 Valor	mai/25 % do PIB	abr/25 Valor	abr/25 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB
Total nominal	933,2	7,58	934,4	7,76	1.060,9	9,44
Governo Federal**	731,5	5,93	721,6	5,98	671,2	7,75
Banco Central	112,3	0,92	116,5	0,96	117,3	0,95
Governo regional	76,5	0,63	81,5	0,68	73,5	0,65
Total primário	-24,3	-0,20	6,0	0,05	280,2	2,49
Governo Federal	30,0	0,39	297,3	2,47	-47,6	-0,42
Banco Central	1,2	0,01	1,2	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,3	-0,13	-5,7	-0,05	-25,6	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interno e externo. ** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2025	Janeiro-maio 2024	Var %	Maio 2025	Maio 2024	Var %
Receita total	983,6	1.178,3	-12,79	230,9	221,5	4,48
Receita Adm. Pela RFB**	574,1	763,3	-24,79	145,0	135,5	7,10
Arrecadação Líquida para o RGPS	283,3	265,7	14,99	58,9	53,7	8,33
Receitas Não Adm. Pela RFB	112,0	144,3	-22,89	38,0	36,4	5,41
Transferências a Estados e Municípios	198,4	237,8	-18,28	83,1	40,7	11,42
Receita líquida total	734,1	940,6	-26,68	176,8	173,9	1,80
Despesa Total	767,3	976,8	-21,46	219,4	217,8	-3,64
Benefícios Previdenciários	305,7	426,1	14,90	112,1	114,0	3,50
Pessoal e Encargos Sociais	121,8	103,2	20,01	30,7	29,6	10,56
Outras Despesas Obrigatórias	118,8	178,7	30,99	31,3	36,6	14,30
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	171,1	220,3	-22,56	43,3	51,3	-11,20
Result. Primário do Gov. Central (1)	-33,2	-29,2	61,19	-40,6	-43,6	-36,13

Discriminação	mai/25 Valor	mai/25 Var. %	abr/25 Valor	abr/25 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %
Ajustes metodológicos	0,0	-	-0,1	-	-0,1	-0,94
Discrepância estatística	3,3	-	-1,7	-56,08	-0,3	-88,04
Result. Primário do Gov. Central (2)	-37,4	-	16,3	-	-64,0	-
Juros Nominais	-83,7	38,67	-60,3	-18,03	-70,1	-3,99
Result. Nominal do Gov. Central	-121,1	174,58	-44,1	-26,56	-134,1	110,45

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somente Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha.

Eufrázio

EUA Projeto chamado por presidente de 'lei grande e linda', que deve elevar em US$ 3,3 tri a dívida federal, será votada hoje na Câmara

Pacote de Trump que corta gastos sociais e impostos passa no Senado

Sam Fleming e Myles McCormick
Financial Times, de Londres e Washington

O presidente dos EUA, Donald Trump, ficou ontem mais perto de aprovar no Congresso um pacote de corte de impostos de US$ 4,5 trilhões, um abrangente projeto de lei que prevê a redução dos gastos com saúde e o aumento do endividamento do governo.

O projeto foi aprovado pelo Senado por 51 votos a favor e 50 contra — após o voto de desempate do vice-presidente J.D. Vance. Agora, o texto volta à Câmara , onde uma versão anterior foi aprovada também por apenas um voto, antes que Trump possa sancioná-lo.

O pacote tem sido duramente criticado por republicanos que pregam a responsabilidade fiscal e pelo bilionário Elon Musk devido ao seu impacto no aumento da dívida pública. A Casa Branca defende que o crescimento econômico mais acelerado compensará a alta do endividamento.

Se aprovado pela Câmara, o projeto de lei estenderia os cortes de impostos introduzidos durante o primeiro mandato de Trump, que expirariam no fim deste ano, e cumpriria suas promessas eleitorais de acabar com os impostos sobre gorjetas e horas extras.

Ao todo, o pacote prevê cerca de US$ 4,5 trilhões em cortes líquidos de impostos, compensados apenas parcialmente por economias em outras áreas, diz o Escritório do Orçamento do Congresso (CBO, pelas iniciais em inglês), um órgão apartidário. Segundo o Laboratório de Orçamento de Yale, o impacto do pacote sobre a renda das famílias é regressivo, já que parte do financiamento virá de cortes nos gastos com saúde e em um programa de assistência alimentar que atende 40 milhões de americanos de baixa renda.

A análise de Yale estima que as mudanças tributárias, somadas aos cortes na previdência social, reduzirão em 2,3% — ou cerca de US$ 560 — a renda após impostos dos 20% mais pobres. Já o 1% mais rico terá um ganho de 2,1%, o que representa US$ 32.265 a mais.

O CBO estima que o projeto de lei acrescentará mais de US$ 3,3 trilhões à dívida pública dos EUA até o ano fiscal de 2034. Já o Committee for a Responsible Federal Budget prevê que a relação da dívida sobre o PIB alcançará 130% no mesmo período. Os juros da dívida pública, projetados para perto de US$ 1 trilhão este ano, poderão exceder US$ 1,9 trilhão em 2034 se as medidas previstas no projeto do Senado se tornarem permanentes.

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, elogiou a meta de um déficit orçamentário de 3% do PIB, mas economistas afirmam que o projeto elevará os déficits para uma média de 7% ao ano.

Isso poderia ser parcialmente compensado pelo aumento da arrecadação com tarifas, mas essa receita é incerto, dada a constante oscilação da política comercial de Trump. Déficits enormes como esse surgem num momento de pleno emprego e inflação acima da meta. Como resultado, o impulso econômico do projeto tornará a vida mais difícil para o Federal Reserve (Fed), que já vem sofrendo uma forte pressão de Trump para cortar as taxas de juros.


Senadores democratas Elissa Slotkin (esq.) e Andy Kim na escada do Senado

O impacto do projeto sobre a saúde tem gerado muita polêmica, com alguns republicanos demonstrando resistência diante da escala inédita dos cortes propostos.

Segundo a estimativa do CBO, o projeto cortaria os gastos com saúde em mais de US$ 1,1 trilhão ao longo da próxima década e aumentaria o número de pessoas sem seguro-saúde em 11,8 milhões até 2034. A maior parte da economia viria de um corte recorde no Medicaid, o programa de seguro público voltado para os americanos de baixa renda.

Apesar dos cortes em outras áreas, duas em particular receberão aportes significativos de recursos: defesa e segurança de fronteira. Segundo o CBO, os militares receberão um aumento estimado de US$ 150 bilhões ao longo da próxima década. Isso inclui US$ 23 bilhões para a construção do sistema de defesa antimísseis proposto pelo presidente, apelidado de "Domo de Ouro", e US$ 28 bilhões para a construção naval, com foco em embarcações não tripuladas.

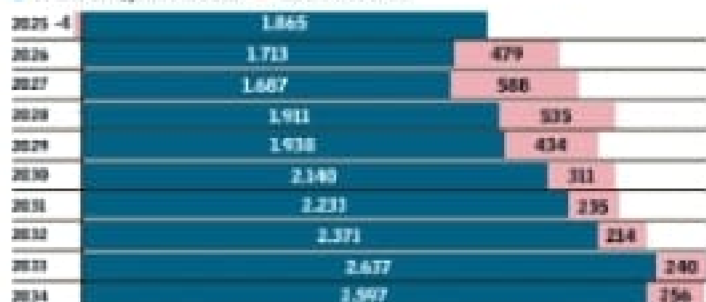
Por outro lado, a indústria de energia renovável deverá sofrer um forte impacto com a nova legislação, que limita muitos dos generosos subsídios introduzidos pelo ex-presidente Joe Biden na Lei de Redução da Inflação.

Para se qualificarem para os cortes de impostos previstos por Biden, os projetos de energia eólica e solar precisarão estar em operação até o final de 2027, o que gerou alertas severos por parte dos desenvolvedores do setor.

Embora muitos republicanos defendam a retirada dos subsídios às energias limpas, outros representam distritos que se beneficiam desses projetos. Uma taxa especial sobre projetos eólicos e solares foi retirada do texto para apaziguar senadores resistentes.

Entidades do setor criticaram duramente o projeto. "Essa legislação enfraquece os alicerces da retomada industrial dos EUA e da sua liderança global em energia", disse a Solar Energy Association.

Pacote de Trump aumentará dívida dos EUA
Previsões de déficit fiscal (em US$ bilhões)



Fonte: CBO e FT.

O grande e lindo projeto de autossabotagem do presidente dos EUA

Análise

Edward Luce
Financial Times

Dois vivas para Thom Tillis. O republicano da Carolina do Norte votou contra o "grande e lindo projeto de lei" de Donald Trump e depois anunciou que deixaria a política. Como uma abelha, o senador em fim de mandato deu uma ferroada e, então, morreu. Tillis perde o terceiro viva porque, de qualquer forma, provavelmente não venceria uma reeleição em 2026. Se tudo continuar como está, o projeto "Robin Hood ao contrário" de Trump poderia levar muitos republicanos a perderem seus assentos. Tendo escolhido viver pela espada trumpista, alguns morrerão por ela.

O pacote terá dois impactos dramáticos — um político, outro econômico. O primeiro é o dano à marca de classe trabalhadora do "Make America Great Again", a base de apoio do presidente.

O "BBB" — o apelido dado por Trump ao projeto ("big, beatiful bill") e adotado servilmente pelos republicanos — resultará em uma grande transferência fiscal dos americanos mais pobres para os mais ricos. Dada a forma flagrante como essa redistribuição quebra as promessas de Trump, seu partido pagará um preço nas urnas. Algumas pesquisas mostram que menos de 30% dos eleitores aprovam o BBB. Trata-se de uma rejeição atipicamente forte para o principal projeto de um presidente.

O paralelo mais próximo é com a tentativa de George W. Bush, em 2005, de privatizar a Previdência Social — uma medida radical para a qual ele mal havia feito campanha. A aposta saiu pela culatra. Embora tenha sido forçado a abandonar o projeto, a derrota "esmagadora" de seu partido nas eleições parlamentares de meio de mandato em 2006 foi provocada em parte por isso. Outro exemplo comparável foi a tentativa de Trump em 2017 de acabar com o Obamacare, a reforma da saúde que havia reduzido pela metade o número de pessoas sem seguro-saúde nos EUA. Trump perdeu a votação para revogar o Obamacare por um voto, cortesia do falecido senador republicano John McCain. Em 2018, os republicanos perderam o controle do Congresso.

Ao contrário dos outros dois projetos que não passaram, a aprovação do BBB de Trump parece provável, o que indica um impacto ainda pior nas eleições de meio de mandato. E isso levando em conta a incompetência democrata. Mesmo uma oposição desorganizada pode marcar pontos contra um partido governista que tornou pior a vida de muitos eleitores. O próprio projeto i faz o trabalho de comunicação dos democratas por eles. Impõe cortes profundos no Medicaid, o programa de saúde para os mais pobres dos EUA, como forma de ajudar a financiar cortes de impostos para os mais ricos. Entre 11 milhões e 16 milhões perderiam o seguro-saúde. Milhões a mais perderiam sua assistência alimentar. A faixa de 10% dos mais pobres perderia US$ 1,6 mil por ano, enquanto a de 10% dos mais ricos ganharia US$ 12 mil. Eis uma sugestão de slogan para os democratas: "Trump roubou dos pobres para dar aos ricos". Não é tão difícil.

Há, entretanto, outra nuance — muitos dos ricos também detestam o BBB de Trump. Entre eles, Elon Musk, o ex-primeiro-amigo de Trump, crítico do projeto por achar que colocará os EUA no caminho da "escravidão da dívida". Dependendo da estimativa, Trump aumentará à dívida nacional dos EUA entre US$ 3 trilhões e US$ 4 trilhões nos próximos dez anos. Isso colocará o país na categoria da Itália. Deixando de lado os motivos de Musk para se opor ao projeto — ele quer cortes ainda maiores na saúde — ele está certo sobre o rumo irresponsável do país.

> Eis uma sugestão de slogan para os democratas: "Trump roubou dos pobres para dar aos ricos"

Não há nada especificamente Maga no projeto de lei de Trump. A dívida nacional americana mais do que dobrou desde 2000, para mais de 120% do Produto Interno Bruto (PIB). O próximo quarto de século provavelmente será muito mais caro do que o anterior, cujo impacto da dívida foi amortecido por juros baixíssimos. À medida que o serviço da dívida for consumindo uma fatia cada vez maior do orçamento dos EUA, haverá menos para todo o resto. Nesse aspecto, Trump está apenas mantendo uma tradição republicana de décadas. Seu projeto rouba o amanhã para ajudar os ricos hoje.

Em termos econômicos, o projeto de Trump é um clássico caso de isca falsa. Ele prometeu à classe trabalhadora dos EUA preços mais baixos e salários em alta e está entregando o oposto. Ele tem, no entanto, outras formas de agradar sua base. Meu colega Martin Wolf chama isso de pluto-populismo. O BBB de Trump inclui um grande aumento orçamentário para o infame Serviço de Imigração e Alfândega (ICE, na sigla em inglês) e mais gastos do Pentágono na fronteira entre EUA e México. Espere pela disseminação das batidas do ICE, com apoio militar, de Los Angeles para outras cidades, como Nova York e Chicago.

Trump também prepara para um ataque contra o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA). Ele tem uma proverbial bala com o nome de Jerome Powell escrito nela. O mandato do presidente do Fed termina em maio de 2026, mas a impaciência de Trump certamente não lhe permitirá se conter por tanto tempo. Powell é uma "pessoa estúpida", um "cabeça oca " e um "idiota", segundo Trump. Seu pecado é não cortar os juros em meio a uma inflação agravada pela guerra comercial. Espere que Trump vença essa batalha. Ele quer fortes cortes na taxa referencial de juros dos EUA.

Espere que os americanos, ricos e pobres, sejam os perdedores finais. Um Fed vencido que ceda ao desejo de Trump por dinheiro fácil vai "tornar a inflação grande de novo". A política do BBB é autodestrutiva para Trump. A economia, péssima para todos.

Trump ironiza Musk e fala em deportá-lo após novas críticas

Agências internacionais

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que poderia deportar Elon Musk e rever os contratos federais de suas empresas após o projeto de lei para corte de gastos e impostos, apoiado pelo governo, ter sido fortemente criticado pelo bilionário sul-africano.

Trump foi questionado por repórteres sobre os comentários de Musk e disse: "Não sei. Teremos de analisar" . Antes, o presidente disse que poderia usar o Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês) para analisar contratos federais de empresas ligadas a Musk.

"Doge é o monstro que talvez tenha que voltar e devorar o Elon," disse Trump, citando o órgão chefiado pelo empresário durante sua curta passagem pelo governo.

Sob o impacto das declarações, as ações da Tesla fecharam ontem em queda de 5,34%.

Trump também sugeriu que se Musk perdesse seus contratos com o governo, ele "provavelmente teria que fechar as portas e voltar para casa, na África do Sul".

O bilionário afirmou que o projeto fará a dívida do país crescer em US$ 5 trilhões e sugeriu a criação de um novo partido nos EUA.

Senadores derrubam veto à regulação da IA por Estados

Agências internacionais

O Senado dos EUA aprovou ontem, quase por unanimidade, a exclusão de uma emenda que proibiria os Estados americanos de elaborar leis para regular a inteligência artificial (IA) por 10 anos e que havia sido incluída no projeto de corte de gastos sociais e impostos de Donald Trump.

A emenda foi rejeitada por 99 votos contrários e apenas um favorável, apesar de um esforço dos republicanos para reduzir o prazo da moratória para cinco anos e liberar leis que visassem, por exemplo, proteger crianças de ferramentas de IA prejudiciais.

O plano era amplamente apoiado pelas empresas de tecnologia, que argumentavam que a restrição seria necessária para evitar regras estaduais consideradas inconsistentes, que poderiam minar a inovação e fazer com que os EUA perdessem competitividade, especialmente em relação à China.

Os opositores da medida diziam que ela iria enfraquecer os esforços para responsabilizar as big techs por possíveis danos à sociedade provocados pela inteligência artificial, já que não há uma legislação federal abrangente para regular a tecnologia.


Menina palestina em cima dos escombros de uma casa destruída por ataques aéreos israelenses na Faixa de Gaza

Trump diz que Israel teria aceitado condições para cessar-fogo em Gaza

Agências internacionais

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que Israel aceitou as condições para finalizar um acordo de cessar-fogo de 60 dias em Gaza. A proposta será discutida com o Hamas por membros dos governos do Catar e Egito.

"Meus representantes tiveram uma reunião longa e produtiva com os israelenses sobre Gaza", escreveu Trump em publicação na Truth Social. "Israel aceitou as condições necessárias para finalizar o CESSAR-FOGO de 60 dias, durante o qual trabalharemos com todas as partes para encerrar a guerra. Os cataris e os egípcios, que trabalharam muito para ajudar a trazer a paz, entregarão esta proposta final. Espero, pelo bem do Oriente Médio, que o Hamas aceite este acordo, porque ele não vai melhorar — SÓ VAI PIORAR."

Nem Israel nem o Hamas comentaram o anúncio. A proposta revelada por Trump foi finalizada após meses de negociações lideradas pelo enviado especial da Casa Branca, Steve Witkoff. Ela foi apresentada no mesmo dia em que o ministro israelense de Assuntos Estratégicos, Ron Dermer, visitou Washington para reuniões com funcionários do governo dos EUA.

A mensagem de Trump foi publicada dias antes de um novo encontro entre ele o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, em que deverão discutir não só situação em Gaza, mas também no Irã.

Valor ECONÔMICO

Inflação menor realinha previsões, mas desafios persistem

Os juros futuros fecharam em baixa a semana passada nos seus diversos vencimentos, após o recuo da prévia da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor, o IPCA-15, em junho. Com a primeira desaceleração no índice acumulado em 12 meses ocorrida desde setembro de 2024, uma composição benigna e o recuo de preços até então renitentemente em alta, como os dos alimentos, o IPCA-15 surpreendeu. O índice de junho subiu 0,26%, menos do que o mercado esperava, e abaixo do 0,36% de maio.

A gasolina foi a principal influência para baixo no IPCA-15 de junho. Em maio, havia subido 0,14%, e em junho caiu 0,52%. A queda ocorreu após o corte de 5,6% da gasolina nas refinarias promovido pela Petrobras, válido a partir de 3 de junho, o primeiro desde julho de 2024.

O grupo de alimentação e bebidas teve deflação de 0,02% em junho, após alta de 0,29% em maio. Foi a primeira queda de preços após nove meses de alta, puxados por tomate, ovo e arroz. A desaceleração também foi observada na alimentação fora do domicílio, de 0,63% em maio para 0,55% em junho.

No total, seis das nove classes de despesas usadas para cálculo do IPCA-15 caíram entre maio e junho. As outras classes de despesas com taxas menores de variação foram vestuário (de 0,92% para 0,51%); saúde e cuidados pessoais (de 0,91% para 0,29%); despesas pessoais (de 0,50% para 0,19%); educação (de 0,09% para -0,02%); e comunicação (de 0,27% para 0,02%).

Do outro lado, o que manteve o IPCA-15 alto foi a energia elétrica, que acelerou de 1,68% em maio para 3,29% em junho. Só a energia elétrica respondeu por 0,13 ponto percentual, ou metade da taxa de 0,26% do índice em junho. O aumento é consequência da bandeira tarifária vermelha em junho, determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que levou a cobrança adicional de R$ 4,46 a cada 100kWh consumidos.

A melhora do quadro inflacionário foi suficiente para levar os contratos futuros de juros com vencimento em janeiro do próximo ano abaixo dos 15%, patamar atual da taxa básica Selic, embutindo a previsão de queda dos juros na virada do ano. Em paralelo, aumentou a demanda por títulos prefixados no leilão do Tesouro Nacional.

Mas a inflação acumulada em 12 meses ainda está bem acima da meta perseguida pelo Banco Central de 3% neste ano, mesmo considerando a tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima — o que não autoriza maiores otimismos em relação aos juros. Com o dado de junho, o IPCA-15 acumula alta de 5,27% em 12 meses. Até maio, o resultado era de 5,40% no mesmo período. No boletim Focus desta semana, o IPCA-15 reduziu as previsões para a inflação para 5,20% neste ano, de 5,46% quatro semanas atrás.

Os fatores que levaram o IPCA-15 a recuar não continuarão bem-comportados necessariamente. A trégua sazonal dos alimentos in natura, por exemplo, deve terminar em agosto. A pressão nas contas de energia tende a se manter, diante da redução das chuvas típica do atual período. O efeito integral da bandeira vermelha, iniciada neste mês, terá impacto maior no IPCA cheio, uma vez que o IPCA-15 ainda reflete preços mais baixos referentes a maio devido ao período de coleta de preços para apuração do índice que foi de 16 de maio a 13 de junho. Além disso, a Aneel já anunciou o acionamento da bandeira vermelha patamar 1 nas contas de luz de julho, mantendo a mesma condição vigente em junho.

Em relação à gasolina, o horizonte continua nebuloso, pois depende de fatores externos como o conflito entre Irã e Israel, que, por ora, estaria em período de trégua, assentada em humores nem sempre estáveis dos líderes envolvidos, com repercussão também no câmbio. Há ainda o receio da sempre presente inflação de serviços, sustentada pelo mercado de trabalho aquecido.

Na melhor das hipóteses, os sinais positivos de junho podem trazer a inflação deste ano mais perto dos 5% do que os 6% temidos no início do ano, o que sinaliza uma política monetária ainda apertada, como indicaram a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e o Relatório de Política Monetária, ambos divulgados na semana passada.

Na ata, o Copom salientou que "a economia ainda apresenta resiliência, o que dificulta a convergência da inflação à meta e requer maior aperto monetário", ao justificar a elevação da Selic para 15%. Ao mesmo tempo, indicou a interrupção do ciclo de elevação dos juros, iniciado em setembro de 2024, "para avaliar os impactos acumulados ainda a serem observados da política monetária". Como disse o diretor de Política Monetária, Nilton David, os canais de transmissão da política monetária estão obstruídos, o que dificulta a sua efetividade.

O próprio BC prevê inflação acima da meta de 4,9% para este ano, e de 3,6% para 2026 — o horizonte relevante da política monetária. As projeções são baseadas nas estimativas do próprio mercado para a trajetória dos juros levantadas no boletim Focus, que embute expectativa de cortes na Selic a partir do próximo ano.

Na entrevista à imprensa, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicou que é possível levar a inflação à meta desde que os juros sigam outra trajetória, deixando no ar a possibilidade de Selic elevada por mais tempo. Galípolo evitou o terreno pantanoso do ajuste fiscal. Mas medidas nessa área tornariam sua tarefa menos arriscada.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho
Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo

Editor-executivo de Opinião: José Roberto Campos
Editores-executivos: Catherine Vieira, Fernando Torres, Robinson Borges, Sergio Lamucci, Zínia Baeta
Sucursais: Brasília: Fernando Exman; Rio: Francisco Góes
Editores de Núcleo: Empresas: Mônica Scaramuzzo; Finanças: Talita Moreira
Editores: Agronegócios: Patrick Cruz; Brasil: Eduardo Belo; Carreira: Stela Campos; Cultura: Hilton Hida
Internacional: Roberto Lameirinhas; Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa; Política: Marcello Corrêa; Projetos Especiais: Célia Rosemblum; S.A.: Nelson Niero; Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta; Valor Online: Paula Cleto; Valor PRO: Roberta Costa; Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
Repórteres Especiais: Adriana Mattos, Alex Ribeiro (Brasília), César Felício, Daniela Chiaretti, Fernanda Godoy, Fernanda Guimarães, João Luiz Rosa, Lu Aiko Otta, Marcos de Moura e Souza, Maria Cristina Fernandes, Marli Olmos
Correspondente internacional: Assis Moreira (Genebra)
Correspondentes nacionais: Cibelle Bouças (Belo Horizonte), Marina Falcão (Recife)
Valor Data: Coordenador: William Volpato
Valor Investe: Editora: Daniele Camba
Pipeline: Editora: Maria Luíza Filgueiras
Valor International: Editor: Samuel Rodrigues
Nova Globo Rural: Editor-executivo: Cassiano Ribeiro

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais: Tarcísio J. Becevelli Jr. Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: faleconi@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico: Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767 7955, RJ 0 xx 21 3521 1414, DF 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. Redação 0 xx 11 3767 1000. Endereço eletrônico: www.valor.com.br
Sucursal de Brasília: SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro: Rua Marquês de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
SP interior e litoral - MMonteiro: Marcelo Monteiro. Cel (19) 99231-7817
Ribeirão Preto - SP - F&Campos: Fernando Campos e Valéria Campos. Cel (16) 99787-8139 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C: Carlos Chetto. Cel (71) 99617-6800
ES/MG - Sal Propaganda: Luiz Otávio. Cel (31) 9994-6884
GO - Realize Comunicação: Lúcia Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99973-8207 / (62) 99979-6190
PR - SEC Soluções Estratégicas: Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
SC - Marcucci & Goedert Associados: Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
RS - HMR Representações: Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setoriais Financeiro e Especiais - Atendimento nacional - Transforma Negócios: Marisa de Assis Stephano. Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: 0800 7018888, whatsapp e telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega do seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: R$ 1.858,80 ou R$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: 0800 7018888. Carga tributária aproximada: 3,65%
CARBON FREE

É precisa adaptar os ecossistemas produtivos a um novo regime climático. Por **Suzana Kahn**

Só com revolução tecnológica

Às vésperas da COP30 que acontecerá em Belém, nossas iniciativas em transição energética avançaram, até aqui, de forma tímida diante do crescimento acelerado da demanda por energia, especialmente em regiões com carência histórica de acesso. Quando olhamos para as estratégias de adaptação às mudanças climáticas, os passos têm sido ainda mais lentos, o que acarreta consequências severas, especialmente para populações e territórios vulneráveis. Durante muito tempo, a comunidade internacional se esquivou de abordar a questão da adaptação pois se considerava um sentimento de resignação já que o esforço deveria ser todo direcionado à redução das emissões, ou seja, a mitigação. A realidade se impôs, demonstrando a necessidade de nos adaptarmos a um mundo cada vez mais aquecido e com novos padrões climáticos.

Talvez a melhor forma de enfrentar os desafios do aquecimento global seja através de uma revolução tecnológica. As revoluções são transformações profundas que tendem a ocorrer rapidamente, em contraste com as mudanças graduais, que temos presenciado, no que se refere às adaptações ao clima do planeta.

A revolução tecnológica no agronegócio é uma das frentes mais promissoras dessa transformação. Não se trata apenas de mitigar emissões de carbono, mas de adaptar ecossistemas produtivos a um novo regime climático, garantindo segurança alimentar, geração de renda e viabilidade ambiental em meio a condições cada vez mais desafiadoras.

A união entre tecnologia de ponta e as demandas concretas do agronegócio está promovendo uma transformação sem precedentes em um dos setores mais tradicionais da economia. Temos exemplos extremamente interessantes de adaptação via tecnologia de ponta aplicada à agricultura, mesmo em regiões que se tornaram inadequadas para a agricultura por conta das alterações climáticas.

Um dos exemplos é o nosso projeto da Coppe/UFRJ de agricultura de precisão, que já está sendo aplicada em uma fazenda de Pernambuco para criar um sistema integrado de monitoramento e gestão agrícola com o objetivo de aprimorar o cultivo de uvas. Estamos também iniciando, no Estado do Rio de Janeiro, o desenvolvimento de soluções tecnológicas para o cultivo de lúpulo, consolidando um modelo produtivo tropical adaptado, competitivo e sustentável. Trata-se de um setor que enfrenta desafios que abrem espaço para inovação, já que mais de 99% do lúpulo utilizado no país ainda é importado, e há gargalos logísticos e de sustentabilidade em diferentes etapas da cadeia produtiva. Nos últimos anos, avanços técnicos relevantes permitiram os primeiros passos para a tropicalização do cultivo de lúpulo, mas sua consolidação como atividade economicamente viável e escalável depende diretamente de mais investimento em ciência, tecnologia e inovação. Estamos avançando nesta direção e as tecnologias empregadas podem ser replicadas em outras regiões e culturas, fortalecendo um ecossistema de inovação no agronegócio brasileiro.

Temos também exemplos de inovação tecnológica no mercado de leite que auxiliam pequenos e médios produtores. Uma caneca instrumentada com um software, desenvolvido por nossos professores e pesquisadores, torna possível o monitoramento da qualidade do leite, a partir da aplicação de inteligência artificial. Uma análise completa é feita em poucos minutos e com apenas 100 ml de leite. Todo o diagnóstico é transmitido via internet e armazenado em um aplicativo no celular do produtor ou em seu computador, já com as informações decodificadas e processadas, disponibilizando consultas em vários níveis de detalhamento. Esta tecnologia aplicada evita desperdício do leite produzido e recusado por laticínios devido a irregularidades.


DIVULGAÇÃO

Soluções baseadas em algoritmos, sensores inteligentes, drones e inteligência artificial já são capazes de gerar impactos reais em produtividade, eficiência e sustentabilidade, inclusive em regiões duramente afetadas pelas mudanças climáticas.

Em áreas onde o clima tornou a produção agrícola inviável pelos métodos convencionais, tecnologias de alta precisão têm reconfigurado as possibilidades produtivas. Sensores de umidade e mapeamento de solo conectados a sistemas inteligentes de fertirrigação permitem o uso racional da água, evitando desperdícios e garantindo o controle ideal da umidade. Drones equipados com câmeras multiespectrais e sensores térmicos realizam o escaneamento de áreas cultivadas, gerando imagens integradas a algoritmos de inteligência artificial que produzem mapas dinâmicos da saúde das plantações. Com isso, é possível realizar intervenções localizadas, aumentar a eficiência operacional e reduzir significativamente o uso de defensivos.

Outros avanços incluem o uso de iluminação artificial baseada em LED, que permite ajustar densidade, intensidade e comprimento de onda da luz para promover o crescimento das plantas mesmo em ambientes controlados ou de baixa insolação. Sistemas de análise de solo em tempo real monitoram umidade, salinidade e propriedades nutricionais, estabelecendo a dosagem exata de água e fertilizantes para maximizar a produtividade. Técnicas de visão computacional já são utilizadas para determinar com precisão o momento ideal da colheita. E bancos de dados alimentados por inteligência artificial oferecem recomendações personalizadas de adubação, promovendo a saúde das lavouras e sua resistência a estresses climáticos. Todo esse ecossistema tecnológico é integrado por modelagens estatísticas e sistemas de agricultura de precisão, capazes de orientar decisões em tempo real com base em dados atualizados do solo, do clima e da cultura.

Com esses avanços, áreas historicamente degradadas ou impactadas por eventos extremos podem voltar a produzir, estimulando economias locais e reforçando a segurança alimentar.

O Brasil, com sua vocação agrícola e crescente capacidade em ciência e inovação, tem plenas condições de liderar essa revolução. Com investimento coordenado em pesquisa, tecnologia e políticas públicas, podemos repetir — em nova escala e com novos valores — o salto de produtividade e impacto social que a Revolução Agrícola promoveu no século XIV. Mas agora, com foco em sustentabilidade, resiliência climática e inteligência de dados.

Esses projetos comprovam como a aproximação entre universidade e setor produtivo pode gerar resultados práticos, escaláveis e socialmente relevantes.

Cabe, no entanto, um alerta necessário. Se a revolução tecnológica não for acompanhada por processos éticos e morais, pouco valor trará para a nossa sociedade.

Suzana Kahn é diretora da Coppe/UFRJ

Guerra e paz entre religiões

Tiago Cavalcanti



Meu amigo Carlos Eduardo Gonçalves, economista do Fundo Monetário Internacional, me sugere mais livros em um ano do que consigo ler em dez. O último que consegui terminar de sua ótima lista de sugestões foi "The Ornament of the World: How Muslims, Jews, and Christians Created a Culture of Tolerance in Medieval Spain", da medievalista cubano-americana Maria Rosa Menocal, publicado em 2002. Menocal, que lecionou na Universidade de Yale, já havia pesquisado a poesia Andaluz no período medieval, em sua tese de doutorado defendida em 1979 na Universidade da Pensilvânia.

"O Ornamento do Mundo" conquistou um público amplo ao resgatar um passado em que muçulmanos, judeus e cristãos teriam forjado juntos uma civilização criativa, tolerante e integrada, na Península Ibérica entre 750, quando Abd al-Rahman I fundou o Emirado de Córdoba após o massacre dos Omíadas em Damasco, na Síria, e 1492, com a conquista de Granada pelos reis católicos e a expulsão de muçulmanos e judeus da Espanha. Menocal defendeu a ideia de uma "cultura de convivência" e de intensas trocas intelectuais e estéticas que teriam tornado a Andaluzia um exemplo de criatividade, diversidade e integração.

A obra é bastante acessível para não especialistas e tem como foco principal as pessoas, sobretudo artistas, escritores, poetas, políticos e cientistas da época. Um dos heróis de Menocal no livro foi o filósofo e poeta muçulmano Ibn Harm, que escreveu diversos poemas sobre o amor, como nesta passagem de um deles: "Consenti em ser um sacrifício, morto por seu amor, ávido como o bêbado que engole o vinho misturado ao veneno."

A cidade de Córdoba é descrita como um centro iluminado, onde o árabe se tornou a língua materna e a base de uma cultura literária e científica para a qual muçulmanos, judeus e cristãos colaboravam entre si de forma decisiva. Esses grupos também se dedicaram à tradução de obras filosóficas e científicas da Grécia Antiga para o árabe. Paul Alvarus, poeta cristão da época, escreveu que "Os cristãos adoram ler os poemas e os romances dos árabes; estudam os teólogos e filósofos árabes, não para refutá-los, mas para aprender a falar e escrever um árabe correto e elegante."

O reinado do califa Omíada Abd al-Rahman III em Córdoba, quase dois séculos após a chegada de Abd al-Rahman I, é simbolizado como uma "idade de ouro" de realizações culturais e literárias e de integração das diferentes religiões no poder. De acordo com registros, a biblioteca de Córdoba possuía na época mais de 400 mil livros e era a maior da Europa medieval. Após uma delegação oficial enviada por Abd al-Rahman III, que incluía seu alto ministro judeu Hasdai ibn Shaprut e bispos católicos, a freira e escritora alemã Hroswitha escreveu que a Andaluzia representava o "Ornamento do Mundo". Era um ambiente onde judeus e cristãos alcançaram posições de destaque num reino muçulmano e onde havia criatividade e tolerância.

Na Espanha medieval, Córdoba foi um centro iluminado, onde cristãos, judeus e muçulmanos colaboravam entre si

No entanto, essa narrativa, que privilegia a convivência e a curiosidade intelectual, não deixa de levantar questionamentos. A historiadora Mercedes García-Arenal escreveu, em 2004, uma resenha bastante crítica do livro. Segundo ela, a visão proposta por Menocal é, em parte, romantizada. O termo "cultura de tolerância" parece sedutor ao público contemporâneo, mas não descreve necessariamente o que de fato ocorria naquela época.

Judeus e cristãos viviam sob o estatuto jurídico da dhimma, que literalmente significa "pessoa protegida". Esse estatuto garantia certa proteção e autonomia religiosa, mas também consolidava uma hierarquia política e social que os classificava como comunidades submetidas ao domínio islâmico, obrigadas a pagar impostos especiais e sujeitas a restrições formais. Havia a obrigação do Estado de proteger a vida, a propriedade e a liberdade religiosa do indivíduo, em troca de lealdade ao Estado e do pagamento do imposto jizya. Não havia conversão forçada, mas sim restrições à construção de novas igrejas e sinagogas. O consumo de álcool e carne de porco era permitido.

A obra alterna passagens de erudição com trechos de prosa quase romântica, em que a coexistência é retratada como uma espécie de estado natural da cultura ibérica. O livro cumpre a função de contrabalançar visões simplistas do Islã como uma força monolítica e intolerante. Ao concentrar o foco nas biografias inspiradoras e na efervescência intelectual, Menocal deixa em segundo plano os momentos de conflito, as guerras internas entre dinastias muçulmanas, as perseguições contra minorias, que também marcaram a história da Península Ibérica.

O esplendor cultural de Córdoba começou a declinar já no século XI, quando o califado Omíada se fragmentou em pequenos reinos conhecidos como taifas, enfraquecidos por rivalidades internas e pela pressão militar dos reinos cristãos do norte. Em 1236, as tropas de Fernando III de Castela conquistaram Córdoba, transformando a Grande Mesquita em catedral, impondo uma nova ordem política e religiosa. Granada tornou-se então o último grande centro do poder islâmico na Península Ibérica, mas também acabou submetida, em 1492, à autoridade dos reis católicos, pondo fim à presença política muçulmana na região.

A conquista cristã foi acompanhada por episódios de destruição e dispersão do patrimônio intelectual acumulado ao longo de séculos. Parte considerável da célebre biblioteca de Córdoba, que abrigava milhares de manuscritos árabes sobre filosofia, medicina, matemática e literatura, foi saqueada ou queimada. Muitos estudiosos muçulmanos e judeus se exilaram, levando consigo fragmentos desse saber.

Posteriormente, os novos governantes restringiram o uso público da língua árabe e impuseram conversões forçadas, contribuindo para a diminuição da herança cultural islâmica na região. Sem dúvida, esse processo de homogeneização religiosa contrasta fortemente com o período de relativa convivência que Menocal celebra em seu livro.

A obra tem uma importância ainda maior neste momento atual de intolerância e violências, com perseguições sanguinárias motivadas por supostas questões religiosas. Fica, pelo menos, o registro de um exemplo histórico e remoto de convivência, que ofereceu um espaço especial para o exercício da liberdade criativa, principalmente quando consideramos que isso aconteceu há mais de mil anos.

Tiago Cavalcanti é professor titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP

Frase do dia

"Defendo que voltemos a sentar e conversar, inclusive sobre gasto primário".

De Fernando Haddad, ministro da Fazenda, em entrevista ao Valor, sobre a disposição de buscar um entendimento com o Congresso após o Legislativo ter derrubado o aumento do IOF

Cartas de Leitores

INSS

O governo anuncia com toda pompa e circunstância que vai pagar até o final de 2025, as vítimas dos descontos associativos roubados dos salários pagos pelo INSS, que começaram em 2019. São cerca de 9 milhões de aposentados e pensionistas e mais de R$ 6 bilhões devidos. Os valores descontados indevidamente serão pagos em lotes a cada 15 dias, cujo início será em 24/07. Importante ressaltar que até agora o governo não disse de onde virá esse dinheiro e que somente 3 milhões de vítimas se manifestaram — onde estão as demais? Que a CPMI instalada cumpra o seu papel e investigue a fundo os verdadeiros culpados. Não menos importante, o governo precisará punir com o rigor da lei os responsáveis pelo rombo. É o governo fazendo a sua parte e as vítimas sendo ressarcidas. Trata-se de um dever e não de uma comemoração.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Disputa

A fim de turbinar a arrecadação, o Executivo elabora um decreto que estabelece reajuste do Imposto sobre Operações Financeiras(IOF) e o envia para o Congresso, onde, pela ordem natural, deve se transformar lei, caso aprovado. Acontece que os parlamentares, engalfinhados em pesada atmosfera política caracterizada por embate com o presidente e seus zigue zagues de conduta — aliado a sua absoluta incapacidade de articular interações políticas construtivas —, rejeitam os termos do texto, provocando indignação nas hostes do governo. Este resolve então recorrer contra a decisão do Legislativo e, alegando interferência indevida de um poder sobre outro, opta por judicializar a questão. Assim, resolve acionar a Suprema Corte visando a recorrer da derrubada imposta pelos representantes do povo. Como leigo em leis, sou tomado por perplexidade em relação à atitude do Planalto e passo a ter dúvidas excruciantes e perturbadoras: o que acontecerá se o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar o veto-réu? O decreto voltará ao Congresso? Se isso acontecer, como serão a sua tramitação e processamento? Os congressistas serão obrigados a aprovar o texto original? E se não cumprirem as determinações dos togados? Serão presos? Afinal qual é o poder que está invadindo as atribuições de outro? Tudo indica que se assiste ao início de uma crise cujo desfecho é difícil de prever.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

•

É preciso que o Executivo e o Legislativo saibam explicar porque não reduzir despesas ao invés de só aumentar receitas por decreto. Uma gestão pelo exemplo cairia muito bem a cada um desses poderes perdulários. O executivo quer mais dinheiro pelo IOF; O legislativo vai gastar mais pelo aumento vexaminoso do numero de parlamentares no Congresso. Ou seja, o roto e o esfarrapado caminham juntinhos.

João Teixeira de Azevedo Neto
jtaneto1951@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Europeus defendem a repatriação do metal precioso depositado nos EUA. Por **Gillian Tett**

Ouro brilha em ambiente de desconfiança

Há uma década, perguntei a autoridades do Federal Reserve de Nova York se poderia dar uma olhada em suas reservas de ouro. Eles se recusaram categoricamente.

O motivo? Os dirigentes do Fed sempre se orgulharam de abrigar o maior cofre de ouro do mundo, escavado a 25 metros de profundidade no leito rochoso de Manhattan. Mas eles preferem manter a discrição, em parte porque muitas das 507 mil barras ali guardadas pertencem a países como Alemanha e Itália. O silêncio, nesse caso, era literalmente de ouro.

Agora, porém, uma nota dissonante soou. Nas últimas semanas, políticos da Alemanha e Itália vêm exigindo a repatriação de suas barras de ouro, avaliadas em cerca de US$ 245 bilhões. E eles não são os únicos. "Estamos muito preocupados com a possibilidade de [o presidente dos EUA Donald] Trump interferir na independência do Federal Reserve Bank", explicou a Associação de Contribuintes da Europa.



Nem o Fed nem os governos europeus parecem dispostos a agir, e não há sinais de que o ouro esteja sendo transferido para o leste. Pelo contrário: desde a eleição de Trump, o metal precioso tem entrado nos EUA, alimentando especulações de que agências do governo americano, assim como investidores privados, estariam fazendo estoques (embora não haja nenhuma prova pública disso).

De qualquer forma, o que é inegável é que esses pedidos de repatriação são um sinal de desconfiança crescente. As barras foram colocadas nos cofres de Nova York, originalmente, porque os aliados dos EUA sempre partiram do princípio de que Washington era um líder responsável do Ocidente — e do sistema financeiro baseado no dólar.

Agora, porém, figuras da equipe de Trump — como Stephen Miran, presidente do Conselho de Assessores Econômicos, e Scott Bessent, secretário do Tesouro — estão se irritando com o "custo" desse sistema. Assim, a pergunta que os investidores precisam fazer é o que outros países podem fazer se as guerras comerciais também gerarem disputas de capital.

Na Ásia, esse debate já está ocorrendo, à medida que investidores buscam a diversificação. Um dos sinais é o aumento expressivo nas compras de ouro. Outro são os movimentos de preço atípicos recentes nos mercados de Hong Kong, que sugerem uma relutância em comprar ativos em dólar.

O Fed de Nova York tem sob sua custódia 507 mil barras de ouro, muitas delas pertencentes a países aliados. Políticos da Alemanha e da Itália vêm exigindo a repatriação desse ouro preocupados com risco de Trump reduzir a independência do Fed

Enquanto isso, autoridades chinesas celebram o uso crescente do yuan na emissão de faturas comerciais e estão desenvolvendo um Sistema Interbancário de Pagamentos Internacionais, uma alternativa ao sistema de pagamentos interbancários Swift, controlado pelos EUA.

Os investidores também devem ficar atentos à chamada iniciativa mBridge, um projeto de moeda digital de banco central para transações internacionais lançado em 2023 pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS). No ano passado, Washington forçou o BIS a sair desse projeto, deixando a China no controle. Suspeito que isso tenha sido um tiro no pé dos EUA.

A Europa, por outro lado, tem se mantido bastante passiva até agora. Porém, figuras como François Heisbourg, um importante analista europeu, defendem a preparação para uma "Europa pós-americana". E embora isso já tenha motivado promessas de maiores gastos militares, o foco agora também está se voltando para a "geoeconomia", ou a ideia de que a política de Estado deve conduzir a política industrial.

Entretanto, analista como Elmar Hellendoorn, do Atlantic Council, querem ir mais longe, com uma política de "geofinanças". Afinal, afirma ele, a Europa está vulnerável, pois não depende apenas do financiamento em dólares, mas também é afetada por fluxos especulativos de capital, devido à financeirização de sua economia.

Assim, "grandes partes da economia europeia estão sob forte influência, se não o controle direto, das instituições de Wall Street, que, em última análise, estão sujeitas às leis dos EUA e à política financeira de Washington", lamenta ele. De fato, Enrico Letta, o ex-primeiro-ministro italiano, teme que a Europa esteja se tornando uma "colônia financeira" dos EUA.

Isso pode mudar? A Comissão Europeia está dando pequenos passos nessa direção, acelerando os esforços para criar um mercado de capitais europeu único. Bancos centrais da Europa também estão desenvolvendo moedas digitais transfronteiriças e o próprio Banco Central Europeu (BCE) está construindo um euro digital. Isso prepara o terreno para uma disputa de políticas fascinante com Washington, que vem apostando, em vez disso, em stablecoins atreladas ao dólar – em parte porque Bessent acredita que isso criará uma nova demanda de trilhões de dólares por títulos do Tesouro americano.

Entretanto, esses esforços ainda parecem tímidos demais para realmente criar um "momento global do ouro", para citar Christine Lagarde, presidente do BCE. E parece improvável que isso mude, a menos que uma crise se instale, seja pela perda de confiança do mercado no dólar (talvez devido a um nervosismo fiscal) ou por uma agressão extrema dos EUA à Europa.

Daí a importância desses cofres de ouro em Manhattan: se crises como essas de fato se concretizarem, é fácil imaginar um cenário em que líderes americanos (na melhor das hipóteses) insistam em usar esse ouro como garantia para operações de troca de dólares ou (na pior), como instrumento de pressão política.

O Bundesbank da Alemanha, por sua vez, descarta esse risco — pelo menos publicamente. "Não temos dúvida de que o Fed de Nova York é um parceiro confiável e seguro para a custódia de nossas reservas de ouro", disse ao "Financial Times". Muito provavelmente é verdade. Mas o debate mostra que cenários antes inimagináveis pelo menos estão sendo imaginados. Repatriar o ouro seria um gesto racional. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Gillian Tett é editora especial do Financial Times em Nova York

Eufrázio

Especial

Comércio Laurent Saint-Martin se diz 'cautelosamente otimista' em relação a um acordo até dia 9

Europa tem meios para retaliar os EUA, diz ministro francês



Saint-Martin: 'Nós, da Europa, precisamos nos aproximar de países com os quais compartilhamos os mesmos valores'

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Dentro de uma semana vence o prazo de 90 dias estipulado pelo governo Donald Trump para que todos os parceiros comerciais dos EUA firmem acordos tarifários com o país. A União Europeia, maior parceiro dos EUA — tanto em bens como em serviços — ainda não chegou a um consenso com Washington. E convive com a sombra da ameaça feita por Trump: se não houver um acordo, as tarifas para os produtos da União Europeia poderão subir para 50%.

Hoje, durante a janela de 90 dias, a maior parte dos produtos é taxada em 10% ao entrar nos EUA. O que já incomoda muito os europeus. As cobranças fazem parte da nova política tarifária anunciada em abril pelo americano e que vale para todos os países.

Na Europa, as negociações são acompanhadas como prioridade pelos governos e pelas empresas do bloco. Além das tarifas de 10% para a maioria dos produtos, o aço e alumínio da União Europeia são submetidos a uma tarifa de 50% e carros e peças são taxados em 25%.

O ministro de Comércio Exterior e dos Franceses no Exterior, Laurent Saint-Martin, diz que está "cautelosamente otimista" com a possibilidade de que os dois lados se entendam e assinem logo um acordo equilibrado.

Mas ele não descarta o pior e diz que "a Europa também tem meios para tomar contramedidas, ou seja, tarifas de retaliação, caso não haja uma negociação positiva no final".

Saint-Martin está no Brasil esta semana, depois de uma visita a Buenos Aires. Reuniu-se em São Paulo com líderes empresariais na segunda-feira e com o governador Tarcísio de Freitas, ontem. Hoje, será recebido em Brasília pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, e pelo assessor especial do presidente Lula, o ex-chanceler Celso Amorim.

Amanhã, seguirá para o Rio, antes de embarcar de volta a Paris.

O francês diz que o giro faz parte de um movimento com vistas a reforçar laços da França e da Europa com outros parceiros, como forma de driblar o "protecionismo agressivo que os Estados Unidos impõem ao mundo".

A França já tem uma presença importante no Brasil. São cerca de 1.300 empresas francesas aqui e cerca de 600.000 empregos criados diretamente por grupos franceses no país. A intenção agora do lado francês é estimular a empresas de menor porte a apostarem no Brasil — e vice-versa.

Mas a França, segunda maior economia da União Europeia, tem sido o líder da oposição a uma futura assinatura do acordo. A questão, segundo a visão francesa, é a "ausência de medidas de salvaguarda" para "proteger" o setor agrícola, em especial a cadeia do gado na França. Um dos "setores tradicionais e históricos, com um impacto nacional muito forte" no país, segundo o ministro. O acordo vem sendo negociado há mais duas décadas e é uma das prioridades do Brasil nas relações com os europeus. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *A França busca reforçar negociações com outros países diante das incertezas do comércio com os EUA? Sua viagem ao Brasil está nesse contexto?*

Laurent Saint-Martin: Com certeza. Nossos dois países têm em comum a crença no multilateralismo, no comércio aberto que respeita o direito internacional, e não acreditam no isolamento, mas, pelo contrário, na diversificação comercial. Portanto, já temos muito em comum hoje, e no contexto que você mencionou de fragmentação e também de uma forma de protecionismo agressivo que os Estados Unidos impõem ao mundo, nós, na Europa, precisamos, e acredito que o mesmo se aplica ao Brasil, nos aproximar de países que compartilham esses mesmos valores.

Valor: *Como o empresariado francês têm reagido e quais preocupações têm manifestado diante do fato de que União Europeia e EUA ainda não conseguiram firmar um acordo tarifário, às vésperas do prazo de 9 de julho?*

Saint-Martin: Acho que temos de ser coerentes com o que dizemos e com o que temos feito desde o início deste período. Em primeiro lugar, não fazemos promessas. Consideramos que as guerras comerciais e os aumentos dos direitos aduaneiros são prejudiciais para todos, a começar por aqueles que os iniciam, ou seja, os Estados Unidos. Em segundo lugar, acreditamos que há um caminho para fazer com que as negociações voltem a um nível de redução de tarifas, que permita que setores-chave não sejam afetados de forma muito pesada, notadamente os setores industriais e os setores altamente exportadores na Europa e na França. Espero que a Comissão Europeia e a administração Trump consigam chegar a um acordo até 9 de julho que seja aceitável. E gostaria acrescentar que os níveis tarifários atuais, no período denominado de suspensão, ou seja, de negociação, não são aceitáveis e que a Europa também tem meios para tomar contramedidas, ou seja, tarifas de retaliação, caso não haja uma negociação positiva no final.

Valor: *Qual é a sua perspectiva em relação à conclusão de um acordo tarifário entre UE e EUA até o dia 9 de julho?*

Saint-Martin: Em primeiro lugar, é a Comissão Europeia na Europa que tem competência exclusiva para negociar, não são os governos dos Estados-membros. Tenho confiança na capacidade da Comissão Europeia para obter o melhor acordo possível para proteger os nossos interesses. Os Estados Unidos continuam a ser um país aliado em termos comerciais. O objetivo não é cortar relações. Em contrapartida, é necessário trazer um pouco de racionalidade ao debate. E repito que os Estados Unidos têm mais a perder do que a Europa com uma guerra comercial que aumentará os preços [para os americanos] e que terá um efeito recessivo, na minha opinião, prejudicial a longo prazo para a sua própria economia [americana]. Como eu disse, a retaliação só ocorrerá se o acordo não for feito ou se for muito desequilibrado. E hoje o objetivo da Comissão Europeia é chegar a uma agenda positiva, ou seja, preservar os setores industriais essenciais, ter uma agenda comum entre a Europa e os Estados Unidos, notadamente face ao excesso de capacidade chinesa que pode se espalhar pelos mercados e que pode ameaçar as nossas respetivas indústrias. Mas é um pouco cedo para revelar o final do filme, ainda faltam alguns dias para discutir e entendo que as coisas estão avançando bastante bem.

> "É preciso aproveitar este período de fragmentação para ampliar acordos da UE"
> *Laurent Saint-Martin*

Valor: *Na sua avaliação, a União Europeia e os EUA estão mais próximas de um acordo ou de um desarranjo ainda maior nas relações, com tarifas dos dois lados?*

Saint-Martin: Não se deve focar apenas nas negociações com os Estados Unidos. Isso seria olhar apenas para um lado. Acho que a Europa deve usar esse período como uma oportunidade para reforçar a sua capacidade de ser uma potência europeia. Portanto, não sei dizer qual será o resultado final das negociações. Estou cautelosamente otimista quanto ao fato de os Estados Unidos e a Europa terem todo o interesse em que isso termine com algo que facilite o comércio, em vez de o obstruí-lo. Por outro lado, acho que também precisamos passar mais tempo entre nós, entre os Estados europeus, fazendo as perguntas certas sobre como nos fortalecer, como nos proteger e como atrair mais capital e investimentos internacionais. Não podemos simplesmente aceitar a situação. Temos de ser também protagonistas do nosso próprio destino europeu. E temos uma grande oportunidade para reindustrializar a Europa, investir mais, seja na defesa, na agenda industrial ou na agenda comercial, mostrar ao resto do mundo que a Europa não só tem argumentos a apresentar durante uma negociação, mas, acima de tudo, argumentos a apresentar como potência.

Valor: *O senhor vê um quadro de retração da globalização em função das políticas americanas e das eventuais reações de outros países?*

Saint-Martin: Eu acredito na globalização justa. Aliás, esse é um dos temas da Temporada Francesa, aqui no Brasil (série de eventos e debates), que será inaugurada daqui a dois meses. Acredito que a globalização, se for sinônimo de trocas regulares, baseadas no respeito ao direito internacional, é algo que promove a prosperidade dos países, reduz a pobreza e que permite, potencialmente, uma melhor redistribuição da riqueza. Mas o que é certo é que o que estamos assistindo é a uma fragmentação e, efetivamente, um questionamento, por parte de alguns, do que construímos durante décadas, ou seja, um mundo mais multilateral, mais aberto. E acho que é preciso saber em que lado estamos. E nos parece que a França e o Brasil têm discursos muito claros, que consideram que os valores que desenvolvemos nos últimos anos são valores que são bons para nossas próprias nações, para nossos próprios interesses e, de maneira geral, para a prosperidade global. E, portanto, sem ser ingênuo, sem ser um globalista ingênuo, podemos considerar que recuar e fechar fronteiras nunca será a solução certa para o progresso.

Valor: *Neste contexto de não ao fechamento das fronteiras, de um mundo mais multilateral e de redistribuição de riqueza, o que é preciso para que o acordo comercial União Europeia e Mercosul se concretize?*

Saint-Martin: É preciso aproveitar este período de fragmentação para diversificar os acordos comerciais da União Europeia. Isso é verdade para o Mercosul, assim como para outros países. Penso na Índia, penso na Indonésia, penso na Austrália, nas Filipinas, etc. Portanto, é verdade que é necessário, e a União Europeia tem razão em fazê-lo, acelerar os acordos comerciais. No entanto, nem todos os acordos podem ser celebrados em quaisquer condições. A posição da França em relação ao acordo do Mercosul, tal como foi concluído em Montevidéu, não é aceitável. Não é aceitável porque consideramos que as medidas de salvaguarda que permitem garantir aos nossos setores agrícolas e, em particular, ao nosso setor bovino não permitem, a ausência de medidas de salvaguarda, para ser exato, de proteger nossos setores. Não somos contra a importação. Somos contra a importação sem qualquer regulamentação e, portanto, o que pedimos é poder ter um acordo justo, um acordo que permita que todas as partes se beneficiem e um acordo que não sacrifique nossas cadeias produtivas bovinas e, portanto, é preciso continuar trabalhando para encontrar o equilíbrio certo.

Um acordo comercial não é a ausência de regulamentação. Um acordo comercial é a facilitação do comércio, é a redução das barreiras tarifárias, mas é também garantir que cada parte possa preservar os seus setores, especialmente quando se trata de setores tradicionais e históricos, com um impacto nacional muito forte, como é o caso da França.

Valor: *As discussões que o presidente Lula e o presidente Macron tiveram na França há algumas semanas produziram algum avanço no impasse sobre um acordo?*

Saint-Martin: As declarações dos dois presidentes durante a visita de Estado de Lula a Paris permitiram esclarecer efetivamente as posições. Não se pode reprovar Lula por um ativismo particularmente voluntarista em relação ao Mercosul e é até algo positivo poder acelerar essa diversificação. E acredito que Lula compreendeu a posição do presidente francês que se resume na reserva que expressei. Temos que continuar trabalhando e terei essa discussão com o governo brasileiro. Continuar trabalhando não significa desistir, não significa que nunca haverá um acordo. Significa que hoje não é o momento para a França. Portanto, precisamos encontrar as medidas adequadas que permitam garantir às nossas indústrias francesas às outras indústrias europeias de que, em caso de desequilíbrio excessivo do comércio, as medidas de freio possam ser aplicadas para proteger cada parte. Isso existe na parte do Mercosul para o setor automotivo, e deve existir para a parte europeia, na agricultura.

Mineração Indonésia dita o rumo do mercado mundial de níquel B2

Ensino
Escolas com currículo bilíngue entraram no radar de investidores, diz André Chalfun B4



Montadora
Renault faz baixa contábil de € 9,5 bilhões relativa à fatia na Nissan B3

Tecnologia
Ascenty investe R$ 1,47 bi em dois 'data centers', conta o CEO, Christopher Torto B6

Travelex Bank
SEU BANCO PARA TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Empresas

Imóveis Serviços de "watchdog" são usados para prevenir ou consertar atrasos e desvios em projetos

Pressão no caixa eleva vigilância em obras

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A maior variedade de entes que financiam obras e o caixa mais apertado das empresas, sem corte de juros no curto prazo, têm elevado a vigilância de credores sobre as incorporadoras, para evitar ou remediar atrasos e desvios. Serviços de monitoramento ("watchdog") têm acompanhado essa demanda.

Gestora do grupo Cyrela, a Cy.Capital usa serviços de monitoramento financeiro e das obras nas quais investe desde sua fundação, em 2021, conta o sócio Danny Gampel. Ele prevê um aumento da concorrência neste tipo de serviço.

No monitoramento financeiro, uma empresa acompanha a destinação dos recursos e a entrada de pagamentos. No de obras, acompanha a evolução da construção, o uso de materiais e a disponibilidade de força de trabalho.

Quem contrata esses serviços são as próprias incorporadoras, que precisam colaborar com as informações. "Se você errar no investimento, não é o monitoramento que vai te salvar, mas se estiver certo, a falta de monitoramento pode te fazer errar", diz Gampel.

O momento exige atenção. Um advogado especializado em reestruturação conta que o número de consultas feitas por empresas cresceu no último ano, e que só viveu algo assim logo antes do impeachment de Dilma Rousseff (ocorrido em 2016), quando o setor imobiliário entrava na crise de distratos.

A consultoria RFG também tem um alerta. Enquanto a média nacional de empresas em recuperação judicial é de 1,98 em cada mil, seu monitor registrou que a área de construção, energia e saneamento tem 4,12 empresas no processo, e mais de 80% delas atuam diretamente em incorporação e construção.

Rodrigo Gallegos, sócio da RGF, afirma que o setor sofre com o descasamento de investimento e a situação econômica, por conta do ciclo longo. Ao lançar um projeto quando o mercado está aquecido, com juros baixos, corre-se o risco de que ele fique pronto quando o cenário for outro — como agora. "Ela cria estoque e depois não consegue vender, começa a ter prejuízo e precisa ter caixa", afirma.

Soma-se a isso a queda abrupta da disponibilidade de recursos "baratos" para financiar as obras, da poupança, o que faz com que algumas empresas, principalmente as menores, busquem o mercado de capitais. Segundo Gampel, esse mercado "não está tão caro quanto há cinco anos", mas aleta a margem do incorporador.

A poupança era um "colchão" que mitigava a volatilidade das vendas e do custo do setor, afirma Cypriano Camargo, sócio-fundador da empresa de monitoramento financeiro CCC. Esse colchão foi importante na crise de distratos, porque evitou mais um elemento de pressão sobre o caixa das empresas. Hoje, a situação é diferente e os incorporadores, principalmente de médio padrão, buscam alternativas, o que pode chamar a atenção dos credores.

Uma delas é tirar recursos da SPE (Sociedade de Propósito Específico) com a justificativa de antecipar um resultado, o que é permitido pela regra do instrumento, reforça, mas nem sempre recomendável. "Você está fazendo um exercício de futurologia", afirma.



"Não há 'provisão para CRIs duvidosos', então o cuidado tem de ser maior" *Cypriano Camargo*

Outra opção é, na falta de caixa para pagar fornecedores, fazer permuta por apartamentos. "Quando o calo aperta, não só no imobiliário, você parte para o escambo", diz. O problema, aí, é que as unidades permutadas precisam ser "baixadas" do estoque, para não dar a ideia de que a empresa terá mais caixa futuro, com a venda dessas unidades.

Camargo afirma que o problema das incorporadoras é macroeconômico. O custo da mão de obra e dos materiais tem subido: o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) acumula alta em 12 meses de 7,19% até junho, ante 3,77% um ano atrás. Há ainda escassez de mão de obra, o que tem tornado comum os atrasos nas entregas, diz Flávio Lino, diretor-fundador da Certiphic, que faz gerenciamento e monitoramento de obras. "É uma ferida grande no mercado. Está mais forte do que nunca."

Outro indutor de atrasos tem sido a falta de experiência de construtoras que assumem obras complexas, segundo Lino. "Tem muita gente júnior no mercado sendo responsável por projetos".

Sua empresa acompanha projetos de incorporadoras que também tiveram problemas financeiros e o credor precisou aportar mais recursos para que a obra terminasse — chegam até a pedir que a Certiphic assuma o projeto. "Outra alternativa é intensificar meu trabalho em termos de planejamento e [controle] de liberação de dinheiro", afirma.

As gestoras que compram os títulos de dívida das incorporadoras têm o papel importante de ajudar a dar opções de crédito ao setor, mas sua estrutura é enxuta. Camargo faz uma comparação: enquanto bancos têm PDD (provisão para devedores duvidosos), os fundos não têm "provisão para CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) duvidosos, então o cuidado tem de ser maior". Inadimplências se refletem rapidamente nos resultados e no valor das cotas.

INFORME PUBLICITÁRIO

A nova era da saúde mental no ambiente corporativo: sua empresa está preparada?

A saúde mental tem se consolidado como uma das principais pautas dentro das organizações brasileiras. Hoje, os impactos de transtornos como ansiedade, depressão e estresse não se restringem mais ao âmbito pessoal, interferindo diretamente na produtividade, nas relações profissionais e na estabilidade das equipes.

De acordo com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), somente em 2024, quase **meio milhão de afastamentos de trabalho** foram realizados no Brasil em decorrência de saúde mental. Agora, mais do que nunca, há a necessidade das empresas olharem com atenção para os fatores hiperestressores no ambiente corporativo.

Esse cenário se torna ainda mais relevante com a proximidade da vigência da nova NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1), exigindo que todas as empresas incluam o mapeamento e o gerenciamento dos riscos psicossociais em seus PGRs (Programas de Gerenciamento de Riscos). O não cumprimento da norma pode gerar penalidades e multas a partir de maio de 2026, variando conforme a gravidade da infração e o porte da empresa.

Embora o cumprimento da norma esteja atrelado às novas obrigações legais, muitas companhias ainda não compreenderam sua real dimensão. Ao atender organizações de diferentes portes e segmentos, a Alper Consultoria em Seguros identificou que boa parte das empresas enxerga a NR-1 como um simples formulário a ser preenchido. No entanto, o que a norma exige é a **estruturação de diretrizes que promovam segurança psicológica**, acompanhamento de indicadores e a construção de ambientes de trabalho mais preparados para lidar com fatores estressores.

"O trabalho da Alper tem sido fundamental para ajudar empresas a interpretarem essa mudança. Antes mesmo do início do mapeamento, as ações são iniciadas com rodas de conversa e palestras de sensibilização, conduzidas por profissionais com formação em psicologia, especialização em saúde mental e experiência em áreas de Gente e Gestão. Essa etapa é essencial para preparar a organização, reduzir resistências internas e abrir espaço para o



André de Barros Martins, VP Sênior de Benefícios da Alper Seguros.

desenvolvimento de ações consistentes", detalhou André de Barros Martins, VP Sênior de Benefícios da Alper Seguros.

Paula Gallo, diretora de Gestão de Saúde e Riscos da Alper Seguros, explicou que cada plano é pensado a partir da realidade da empresa, levando em consideração a cultura interna, os recursos disponíveis e o perfil dos times. Em muitas operações, inclusive aquelas localizadas em áreas remotas, a equipe da Alper se desloca até o local para conduzir o processo in loco, garantindo que a escuta e a avaliação sejam feitas de forma humanizada e customizada.

Casos como esse evidenciam que o cuidado com a saúde mental não se resume ao atendimento pontual ou ao cumprimento de uma exigência legal, trata-se de um processo estratégico, com impacto direto na operação, nos custos e na cultura da empresa.

O programa de adequação à NR-1 desenvolvido pela Alper é conduzido com base em uma visão sistêmica das empresas, compreendendo a interdependência entre saúde emocional, clima organizacional, desempenho e sustentabilidade do negócio.

Durante a execução do PGR, a Alper conta com IA para apoiar o engajamento dos colaboradores, sendo essa uma ferramenta fundamental para a eficiência do tratamento e para a execução do plano — dando visibilidade ao RH através de dados estruturados sobre a evolução do programa.

"Queremos ser o parceiro estratégico das empresas, do diagnóstico até a implementação e acompanhamento de todo o plano de ação. O que propomos é uma construção em conjunto e uma parceria de longo prazo, respeitando tanto a singularidade humana quanto o contexto organizacional", explicou Paula Gallo sobre a consultoria em NR-1 da Alper Seguros.



Paula Gallo, Diretora de Gestão de Saúde e Risco da Alper Seguros

Com a chegada da nova regulamentação, a pergunta que se impõe não é mais se as empresas precisarão agir, mas em **como elas vão se preparar** para isso. E, nesse processo, **contar com um parceiro que compreende os desafios da gestão de pessoas** e os riscos do ambiente corporativo faz toda a diferença.

Se é seguro, é alper
TODOS OS SEGUROS EM UM SÓ LUGAR!
BENEFÍCIOS | RISCOS CORPORATIVOS | TRANSPORTES | AGRONEGÓCIO | RESSEGUROS | MASSIFICADOS | SEGUROS PESSOAIS | AUTO E FROTA

Eufrázio

Petróleo Adnoc e Aramco reorientam foco para dividendos em meio à queda dos preços do barril

Petroleiras freiam aquisições de US$ 60 bi

Malcolm Moore, Chloe Cornish e Ahmed Al Omran
Financial Times, de Londres, Dubai e Jeddah

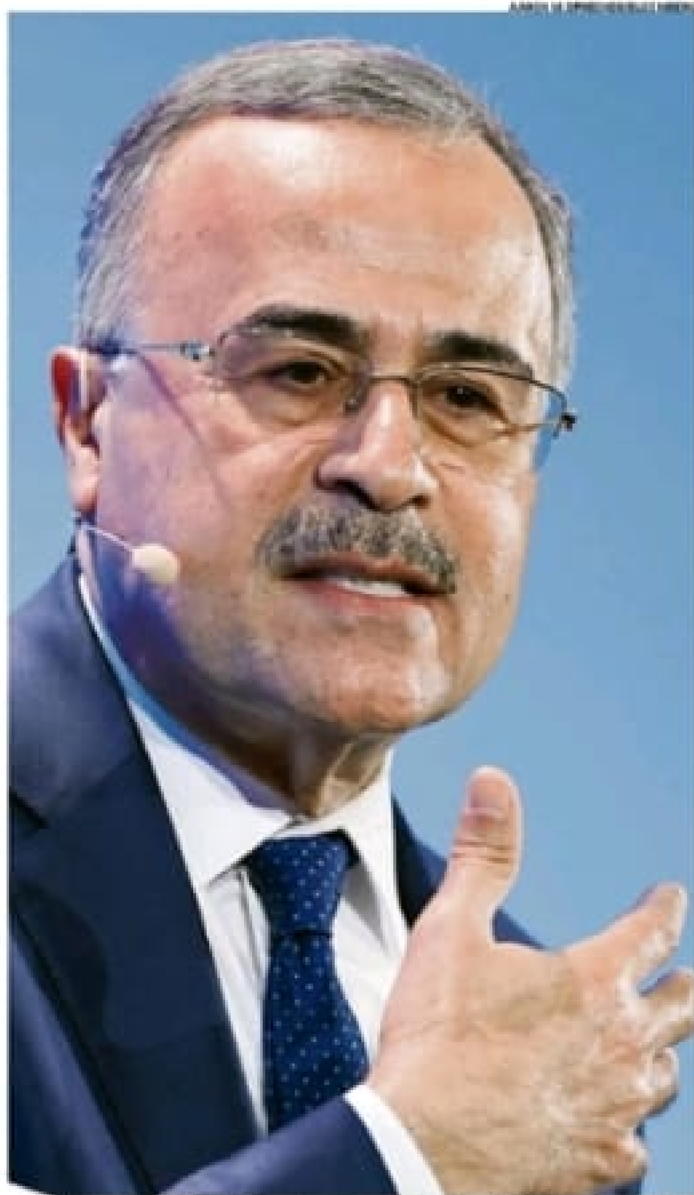
Duas das maiores petrolíferas do Oriente Médio pretendem desacelerar sua onda de aquisições, diante da longa queda em suas receitas com petróleo, que limita suas negociações pelo mundo.

Nos últimos três anos, a Saudi Aramco, maior produtora de petróleo do mundo, e a Abu Dhabi National Oil Company (Adnoc) foram as compradoras mais ativas do setor, com o anúncio de mais de US$ 60 bilhões em aquisições por meio das quais se expandirão nas áreas de gás, produtos químicos e lubrificantes.

Agora, segundo assessores e fontes a par dos planos, as empresas, que são gigantes energéticas do Golfo Pérsico, decidiram desacelerar seus planos de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) para reavaliar a situação, pois começam a sentir o impacto da queda nos preços do petróleo.

Os preços referenciais do petróleo caíram de mais de US$ 80 por barril, em janeiro, para US$ 67, nesta semana, apesar do recente salto observado durante a guerra entre Israel e Irã. Analistas preveem que o excesso de oferta no mercado exercerá ainda mais pressão negativa sobre as cotações do óleo.

A Arábia Saudita já anunciou a intenção de "fazer um balanço" de seus gastos diante da queda dos preços do petróleo, agora abaixo do valor mínimo necessário para equilibrar as receitas e as despesas em alguns países do Golfo Pérsico.


Amin Nasser, CEO da Saudi Aramco: "Empresa busca eficiência nos gastos"

Segundo um executivo sênior de banco especializado no setor de energia, a Saudi Aramco e a Adnoc foram instruídas por seus governos proprietários a "concentrar-se mais nos dividendos e menos no crescimento".

Alguns negócios ainda deverão ser feitos, disseram fontes próximas às empresas, em especial no setor de gás, mas não no mesmo ritmo. Elas também confirmaram que nenhuma das empresas disputa a compra da Castrol, o negócio de lubrificantes colocado à venda pela BP.

"Em qualquer ambiente incerto, há uma necessidade de ser mais seletivo", disse um executivo. O lucro líquido da Saudi Aramco varia US$ 900 milhões para cada mudança de US$ 1 no preço do petróleo.

Qualquer desaceleração na onda de compras reverberaria no cenário internacional de fusões e aquisições do setor de energia, dada a escala das atividades das empresas do Golfo Pérsico.

A Saudi Aramco anunciou pelo menos US$ 8 bilhões em negócios nos últimos três anos, incluindo uma participação na empresa petroquímica chinesa Rongsheng, a compra da empresa de gás natural liquefeito (GNL) MidOcean, um negócio com a marca de lubrificantes americana Valvoline e um investimento na Horse Powertrain, uma firma que projeta e constrói motores de combustão interna.

Em junho, a empresa anunciou que estudava como fornecer mais GNL para a Índia e a possibilidade de comprar parte do projeto de GNL da Woodside Energy, na Louisiana.

O executivo-chefe da Saudi Aramco, Amin Nasser, respondeu a uma recente pergunta sobre como os preços mais baixos do petróleo afetaram as contas da empresa dizendo que sempre busca "melhorar a eficiência" nos gastos. Também observou, entretanto, que a força financeira da Saudi Aramco permite à empresa "investir de forma anticíclica".

A Adnoc tem sido ainda mais ativa e atualmente trabalha em transações no valor de mais de US$ 52 bilhões, segundo a Dealogic. Isso inclui uma oferta de US$ 18,7 bilhões pela produtora australiana de petróleo e gás Santos, um negócio de US$ 15,5 bilhões pela empresa química alemã Covestro e um acordo para criar uma empresa química de US$ 60 bilhões chamada Borouge Group International, na qual terá uma participação de 47%.

> Lucro líquido da Saudi Aramco varia US$ 900 milhões para cada mudança de US$ 1 no barril

Para facilitar as operações, a empresa de Abu Dhabi criou um "banco de investimento interno" e em 2024 lançou a XRG, uma plataforma para aquisições internacionais. Em junho, a XRG declarou a ambição de ser um dos três principais conglomerados químicos do mundo e uma das cinco principais empresas na área de gás, destacando que começaria a trabalhar para alcançar isso "imediatamente". Também assumiu como prioridade investir nos Estados Unidos durante o segundo mandato de Donald Trump.

Uma fonte a par dos planos da Adnoc observou que, como parte das metas ambiciosas, seria necessário tempo para digerir os negócios anunciados e integrar essas operações. A fonte também destacou a dificuldade de realizar negócios dada a atual incerteza quanto aos preços do petróleo.

Um renomado advogado do setor de energia comparou a recente onda de aquisições com a conduzida por empresas estatais chinesas entre 2009 e 2013. Assim como ocorreu com os chineses na época, agora a Saudi Aramco e a Adnoc querem reduzir o ritmo e fazer um levantamento do que já compraram.

"Eles não querem ser vistos como um dinheiro cego", disse a fonte.

Adnoc e Saudi Aramco não quiseram comentar as informações.

Setor de bebidas pode ir ao STF contra Sicobe

Cenário

Cristian Favaro
De São Paulo

O setor de bebidas tem acompanhado os desdobramentos de uma possível retomada do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), desligado em 2016 pela Receita Federal. Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a retomada do sistema, ao passo que o tema hoje é avaliado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento pode ocorrer neste segundo semestre.

Nas últimas semanas, pelo menos três entidades pediram para fazer parte do processo como "amicus curiae" (se refere a um terceiro interessado que busca ser parte de um processo). São eles o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SindiCerv, representante da Heineken e Ambev); a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir); e a CervBrasil (que tem entre seus associados o grupo Petrópolis, dono da Itaipava).

Desenvolvido pela Casa da Moeda em 2009, o sistema era usado para controlar, em tempo real, o processo produtivo de bebidas, mas foi desativado pela Receita sob o argumento de que outras alternativas mais eficientes estariam em desenvolvimento.

Na visão do TCU, a Receita não podia ter descontinuado o Sicobe por meio de ato administrativo. Por essa interpretação, pediu que fosse retomada uma forma física de medir a produção.

A Receita recorreu da decisão por meio de um mandado de segurança no STF, com pedido de liminar para suspender a decisão do TCU. O ministro Cristiano Zanin, do STF, concedeu liminar, mas ainda não julgou o mérito do caso.

Segundo estimativa da Receita, a reativação do sistema poderia representar uma renúncia de arrecadação estimada em R$ 1,8 bilhão por ano, sem cobertura na Lei Orçamentária Anual.

Ao **Valor**, o presidente do Sindicerv, Márcio Maciel, disse que todo o setor se preocupa com a retomada do sistema, mas que ele seria ainda mais prejudicial aos pequenos produtores. "Temos associadas que produzem 10 mil litros ao ano. Uma máquina dessa (para acompanhar fisicamente a produção) seria mais cara que as fábricas delas", disse.

A entrada do sistema abraçaria todas as bebidas, não apenas as alcoólicas. Em meados de abril, cerca de 40 associações assinaram uma carta aberta apontando que o papel do Sicobe, na visão delas, teria ficado no passado. Segundo Maciel, países que adotaram um controle físico da produção não viram uma redução do mercado ilícito de bebidas. Entre eles estão Moçambique e Equador. Grandes mercados na Europa usam outras ferramentas para acompanhar a produção — como a autodeclaração.

O Brasil, disse Maciel, tem um sistema considerado modelo na indústria global. A produção é aferida pela receita com o uso do Bloco K da Escrituração Fiscal Digital (EFD). Nele, a Receita cruza os dados de insumos que as indústrias compram com a saída de notas fiscais eletrônicas e os estoques.

> **2016**
> foi quando a Receita desligou o sistema



"Quando você olha para o mercado ilegal de bebida alcoólica, a cerveja não fica no topo. É um produto barato e de difícil falsificação", disse, apontando um estudo da Euromonitor em 24 países, da América Latina, Europa e África, em que a cerveja representa menos de 2% do mercado irregular.

O imbróglio tem ocupado espaço em diversas esferas no Brasil. Em meados de maio, o sistema chegou a ser alvo de debates de uma Comissão de Tributação, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O foco foi o impacto da falsificação e da sonegação fiscal na arrecadação do ICMS no setor de bebidas.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), apresentados durante a audiência pública, as perdas no Estado do Rio em razão da falsificação e da sonegação de impostos no setor somaram R$ 2 bilhões entre 2021 e 2024, considerando os recursos com a arrecadação de ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP).

Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) defenderam o fim do Sicobe na audiência, ao argumentar que o sistema gerava um alto custo para girar.

O Judiciário entrará em recesso a partir desta quarta-feira (2), até o dia 31 de julho. A visão do setor é que a Corte tem outros processos complexos na pauta, como os julgamentos ligados à tentativa de golpe, assim como uma ação contra a derrubada do IOF pelo Congresso.

Por se tratar de decisão do colegiado do TCU pedindo a retomada do Sicobe, a visão é que o ministro Zanin dificilmente iria tomar uma decisão monocrática sobre a retomada do sistema. Apesar disso, a estimativa é de que o julgamento deva ocorrer até dezembro.

Curtas

Prejuízo da Gol

A companhia área Gol registrou prejuízo líquido de R$ 1,42 bilhão em maio, com receitas de R$ 1,54 bilhão, segundo prévia operacional divulgada nesta terça-feira (1) ao tribunal dos EUA, como parte do seu processo de recuperação judicial ("chapter 11"). A companhia destaca que o prejuízo exclui o resultado negativo de R$ 271 milhões de variação cambial e o resultado negativo de R$ 588 milhões referente à marcação à mercado do SN28.

Reajuste da Energisa

A Energisa informou nesta terça-feira (1) que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a revisão tarifária para a distribuidora de energia da companhia no Tocantins com efeito de alta média de 12,68% para o consumidor. Conforme detalhado pela companhia em comunicado divulgado ao mercado, para os clientes de alta e média tensão, o aumento será de 13,25%, enquanto que, para os de baixa tensão, será de 12,55%. As tarifas revisadas entram em vigor em 4 de julho.

Hoje, excepcionalmente, não será publicada a coluna de **Flávia Camanho**

Valor 100 | Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



A PÁGINA B3 DO VALOR ECONÔMICO, COM INFORMAÇÕES DIRETO DA BOLSA PARA VOCÊ.

O Ibovespa B3 mudou a bolsa.
Agora, é a vez da renda fixa, com o IDEB B3 e o IDEI B3.

IDEB B3 e o IDEI B3 são os novos índices atrelados a debêntures de baixo risco (AAA). Novas referências que funcionam como importantes termômetros do mercado para investidores nacionais e estrangeiros, com a expertise de mais de 50 anos dos mesmos criadores do Ibovespa B3.

Saiba mais em borainvestir.b3.com.br

[B]³
Muito mais que a bolsa do Brasil

Empresas

Veículos Montadora diz que parte das informações divulgadas sobre trabalhadores em situação análoga à escravidão na obra "não é verdade"

BYD vai concluir sua fábrica na Bahia com construtora nacional

Marli Olmos
De Camaçari (BA)

Diante dos problemas enfrentados com empreiteiras chinesas, que resultaram em ação do Ministério Público do Trabalho da Bahia, a BYD decidiu contratar uma construtora brasileira para terminar as obras da fábrica em Camaçari (BA). O nome da nova empresa ainda não foi divulgado. Será revelado em breve, segundo a direção da BYD. A empresa também promete começar a produção de veículos nas próximas semanas.

Os planos de construção são ousados. Apenas o primeiro galpão, praticamente já concluído, ocupa área de 154 mil metros quadrados. Tamanho pouco menor do que toda a área ocupada pela antiga fábrica da Ford que havia no local.

A vice-presidente global da BYD, Stella Li, diz que muita coisa do que foi divulgado sobre trabalhadores (das empreiteiras) em situação análoga à de escravidão "não é verdade". A executiva afirma que interessa aos concorrentes que as obras da fábrica, iniciadas há 15 meses, atrasem.

"Eles querem nos parar, querem nos matar; e por isso nos atacam", disse Li, ao **Valor**, após a cerimônia que marcou, na terça-feira (1), a abertura da fábrica, a primeira de uma marca chinesa no Brasil. "Somos transparentes e cuidamos dos nossos empregados; mas quanto mais nos atacam, mais fortes ficamos", destacou a executiva.

Li disse, ainda, que conta que o governo atenda ao pleito da BYD para reduzir o Imposto de Importação de carros semidesmontados. A cerimônia de abertura da nova instalação ocorreu no mesmo dia em que as alíquotas do Imposto de Importação subiram de 18% para 25% para carros totalmente elétricos e de 20% para 28% no caso dos híbridos "plug-in". Para carros semidesmontados, vale a mesma regra.

Mas a BYD pediu a redução do tributo para 10% durante os 12 meses a que tem direito de trazer veículos semidesmontados para acabamento na Bahia. Após esse período, a montadora chinesa tem que seguir um cronograma de nacionalização. O primeiro fornecedor local foi anunciado durante a cerimônia: a Continental, fabricante de pneus.

Ao ser questionada sobre a redução do imposto ser uma condição para a empresa iniciar a produção, Li disse: "sem isso não faz sentido construir a fábrica". Para ela, o pedido deve ser aprovado "porque isso traz empregos". "Se [o governo] não conceder [redução de imposto para carros semidesmontados], vai simplesmente matar esse projeto", disse. "É como um bebê que começa a andar; é preciso dar um tempo a ele para crescer; ninguém vai querer matar o bebê."

> "Somos transparentes e cuidamos dos empregados"
> *Stella Li*

Li diz que não se importa com as recentes elevações de tarifas para produtos importados nos Estados Unidos. "Essa não é uma dor de cabeça para a BYD, porque não vendemos nesse local; vendemos em outros lugares. Então, estamos menos assustados", afirmou.

A executiva garantiu que a fábrica de Camaçari não será uma simples linha de montagem. A julgar pelo tamanho da primeira etapa concluída e os planos anunciados, o empreendimento tende a ser robusto.

No primeiro galpão estão as máquinas de uma linha de montagem moderna, instalada numa área com boa iluminação natural e sistema de ventilação para amenizar o calor. Mas, além desse, o projeto prevê pelo menos mais meia dúzia de outros galpões que abrigarão as áreas de estamparia, solda, pintura e controle de qualidade, além de uma área para fornecedores que, diz a direção da empresa, virão da China.

"Essa fábrica é importante para nós porque vai atender não apenas o Brasil, mas toda a América do Sul", afirmou Li. Segundo ela, do Brasil, a empresa poderá fornecer veículos a mercados mais distantes, como o continente africano.

A instalação em Camaçari é a primeira da BYD fora da Ásia. A próxima será na Hungria, a ser inaugurada no segundo semestre e com a qual a empresa pretende atender o mercado europeu. Inaugurada em julho de 2024, a fábrica da Tailândia foi a primeira do grupo fora da China. Além dessas, a empresa tem mais duas fábricas, uma no Camboja e outra no Uzbequistão.



Li, vice-presidente: "Eles (concorrentes) querem nos parar, querem nos matar"

Para marcar a cerimônia de abertura da nova fábrica, a BYD levou ao palco dois dos modelos que inicialmente serão produzidos na unidade: o Dolphin mini, apresentado como o primeiro elétrico brasileiro, e o híbrido "plug-in" Song Pro, que, futuramente, será produzido na versão flex, que permite o abastecimento com etanol.

Durante o evento, a empresa também se apresentou como uma solução para a descarbonização do transporte e mostrou ainda um carregador de baterias ultrarrápido, capaz de garantir ao automóvel autonomia de 20 quilômetros com uma carga de apenas dez segundos.

"Mais rápido do que colocar combustível no tanque", disse a vice-presidente, ao garantir que, em breve, essa tecnologia estará disponível também no Brasil e acabará, afirmou, com o receio que existe no consumidor de comprar um carro 100% elétrico.

Ao mesmo tempo em que vincula o início de produção à redução do Imposto de Importação, a BYD faz planos ainda mais ousados para o futuro. A empresa anunciou a produção anual de 50 mil veículos ainda neste ano, 150 mil no próximo, 300 mil nos próximos anos e, agora, pensa em chegar a 600 mil quando estiver pronta para fazer um investimento adicional para ampliação industrial. O atual programa prevê a aplicação de R$ 5,5 bilhões. "Estamos caminhando; e hoje foi um grande marco", disse Li.

A repórter viajou a convite da BYD

Petrobras cria nova instância de controle

Governança

Kariny Leal
Do Rio

Com o objetivo de fortalecer o sistema de integridade, a Petrobras anunciou nesta terça-feira (1º) a criação de uma corregedoria-geral interna da companhia. A estrutura, aprovada pelo conselho de administração em 27 de junho, começou a funcionar ontem.

A área estará ligada à diretoria de governança e conformidade da petroleira e une duas gerências executivas, a de integridade corporativa e de responsabilização disciplinar. O atual gerente executivo de responsabilização disciplinar, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles, assume como corregedor-geral com a criação da nova estrutura. As atividades da corregedoria absorvem funções que antes eram de responsabilidade da ouvidoria, da área de recursos humanos e da segurança corporativa.

A estrutura também será responsável por atender todo o Sistema Petrobras, o que, segundo a companhia, trará ganho de eficiência e isonomia no processo correicional.

Em nota, o diretor de governança e conformidade da Petrobras, Ricardo Wagner, disse que a criação da área trará maior assertividade e menores prazos para processos investigativos e disciplinares de fraude, corrupção e violências no trabalho.

Wagner foi eleito diretor em 11 de abril de 2025 pelo conselho de administração da companhia para um mandato de dois anos, depois do fim do termo de Mário Spinelli. O ocupante do cargo é responsável por garantir que a empresa atue dentro das normas e leis vigentes. Wagner é auditor federal de finanças e controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e é conselheiro no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Segundo a Petrobras, a criação da corregedoria-geral busca amadurecer a diretoria de conformidade e governança, criada em 2014, após o período da Lava-Jato.

A pasta passou por uma reestruturação em outubro de 2023, quando a estatal era presidida por Jean Paul Prates, com a criação de gerências para cuidar de temas específicos, como discriminação, e para responsabilização disciplinar. À época, o então diretor de governança, Spinelli, disse que a reorganização visava a aprimorar processos, e não era uma resposta a casos específicos. A mudança veio depois que a companhia recebeu denúncias de assédio em unidades e passou por questionamentos em instâncias internas sobre a eleição do conselho naquele ano.

Renault contabiliza perda de € 9,5 bi com fatia na Nissan

Kana Inagaki
Financial Times, de Londres

A Renault registrou uma perda de € 9,5 bilhões em sua participação na Nissan após mudar a forma como contabiliza a fatia na parceira japonesa em dificuldades. A montadora francesa está reestruturando sua aliança de 26 anos com a Nissan e reduzirá aos poucos a participação na parceira japonesa, que chegou a ser de 43%, para 10%.

O processo tem sido dificultado pela queda das ações da Nissan, que perderam quase 40% de valor nos últimos 12 meses. A Renault atualmente tem 36% da japonesa, incluindo uma fatia de 18,7% mantida em um fundo fiduciário na França que pretende vender.

Nesta terça-feira (1), a Renault informou que um novo método contábil alinharia o valor de sua participação com o preço das ações da Nissan, acarretando na perda não monetária em seu balanço do semestre encerrado em 30 de junho, a ser publicado ainda neste mês.

"Embora essa mudança contábil implique um ajuste significativo nas demonstrações financeiras do Grupo Renault, ela não altera os compromissos estratégicos e operacionais entre o grupo Renault e a Nissan", destacou.

A montadora francesa informou que as mudanças — motivadas pela aplicação das regras dos Padrões Internacionais de Resultados Financeiros (IFRS) — não impactariam seu caixa nem o cálculo de seus dividendos.

A divulgação da perda extraordinária chega após a súbita saída do executivo-chefe (CEO) da empresa, Luca de Meo, para comandar a fabricante de artigos de luxo Kering, o que derrubou as ações da Renault após o anúncio, em junho.

Antes da mudança da contabilização desta terça-feira, as ações da Renault vinham superando as das rivais, graças à exposição limitada tanto à guerra comercial dos EUA quanto à concorrência cada vez maior no mercado chinês.

De Meo deixou a montadora quando estava prestes a delinear a segunda fase de uma estratégia de crescimento para a Renault, depois de ter assumido o comando quando a empresa estava deficitária e tê-la revigorado, deixando-a com uma margem de lucro recorde.

Por sua vez, a Nissan vem dando sequência a uma abrangente reestruturação, que envolve o fechamento de 7 de 17 fábricas e o corte de 20 mil empregos pelo mundo sob o novo CEO da montadora, Ivan Espinosa.

Como parte da reestruturação, a Nissan planeja cortar 250 empregos em sua fábrica no Reino Unido, em Sunderland, por meio de um programa de demissão voluntária. A empresa também tentou reforçar sua posição de caixa de curto prazo atrasando pagamentos a fornecedores.

A montadora japonesa chegou a abrir negociações de fusão com a Honda, mas a Renault quis que a rival oferecesse um valor mais alto pela Nissan.

A Renault estava aberta a uma fusão entre as montadoras japonesas, mas o fim das negociações complicou seus planos de redução da participação na Nissan.

Ensino Escolas bilíngues são alvo de interesse de investidores e outras empresas de educação

Mercado de idiomas tem nova onda de expansão

Beth Koike e Vinicius Lucena
De São Paulo

André Chalfun, da International School: "Países que adotaram o aprendizado do idioma integrado à grade curricular do colégio têm uma maior proficiência"

O mercado de idiomas passa por uma nova onda de expansão, desta vez puxada pelas escolas bilíngues. Esses colégios movimentam cerca de R$ 1 bilhão por ano. Há empresas de sistemas de ensino, redes de franquias de idiomas, escolas tradicionais e grupos internacionais de educação investindo nessa modalidade de aprendizado, diante de uma demanda crescente das famílias no país. Já há 1,5 milhão de alunos, o equivalente a 15% da base total de matriculados na rede privada, estudando em escolas que ofertam algum conteúdo bilíngue, de acordo com estimativas do setor.

Há uma movimentação entre os participantes desse mercado. Redes de escolas e de franquias de idiomas que, antes, se limitavam a ministrar aulas em suas unidades, agora estão criando material didático para vender aos colégios. As empresas de sistemas de ensino, por sua vez, estão abrindo escolas de educação básica bilíngue aproveitando que já possuem material didático estruturado. Essas empresas continuam investindo em seus negócios de origem.

Essa demanda ocorre porque muitos colégios enfrentam dificuldades em implementar um aprendizado efetivo do inglês, o que já vem gerando reclamações e cancelamentos de matrículas.

O setor também vem chamando atenção porque grupos internacionais de educação, em especial os ingleses, estão desembarcando no Brasil, pagando cifras milionárias em aquisições de escolas internacionais e de colégios premium que, em geral, têm currículos nos dois idiomas, português e inglês. A britânica Nord Anglia Education comprou as unidades da Avenues School, de São Paulo e Nova York, por US$ 500 milhões, segundo fontes informaram.

Entre as escolas bilíngues alvos de interesse de investidores estão, por exemplo, Maple Bear, Concept (ambas do Grupo SEB) e Red House, controlada pelo fundo Gama e família Lam.

Esse movimento é uma terceira onda no mercado de idiomas no Brasil. Em 2013, houve um primeiro "boom", envolvendo franquias dessas escolas com transações como as do grupo britânico Pearson , que pagou R$ 2 bilhões pela Wizard, ou da gestora Actis, que adquiriu fatia da rede CNA. Alguns anos depois, essas redes se expandiram, abrindo unidades dentro de colégios privados.

Hoje, o maior crescimento vem dos colégios bilíngues. "Pesquisas globais mostram que a metodologia mais eficaz de aprendizado do idioma é quando ele está integrado à grade curricular do colégio e não em aulas separadas. Todos os países que adotaram esse formato têm melhor proficiência", disse André Chalfun, presidente da International School, negócio de ensino bilíngue da Arco Educação.

Esse braço de negócio da companhia cresce 20% ao ano, com a maior taxa de expansão entre os serviços educacionais ofertados.

As duas líderes em sistemas de ensino abriram redes de franquias de colégios bilíngues. A Vasta, empresa controlada pela Cogna, tem os colégios Start Anglo, e a Arco, da família Ari de Sá, criou as escolas com a bandeira Ways.

Redes de inglês tradicionais como Cultura Inglesa e CNA desenvolveram materiais didáticos para colégios e, assim, concorrem com os tradicionais sistemas de ensino. O material da Cultura Inglesa já é usado por cerca de 25 mil alunos de colégios bilíngues e a meta da rede é triplicar esse número em quatro anos *(veja mais abaixo)*.

> "Os estudantes de colégios já representam 10% da nossa base de matrículas na CNA"
> *Decio Pecin*

Na CNA, que tem cerca de 700 unidades franqueadas no país, cerca de 18 mil alunos (10% da base total da rede) vêm dos colégios. Parte deles usa o material da CNA ou estuda em unidades da rede instaladas dentro da escola. Esse número que já supera os estudantes do digital (8%). O segmento é uma das principais apostas da empresa para ganhar espaço no mercado. "O mercado que mais cresce para nós, dentro de colégios bilíngues, é o Nordeste", disse Decio Pecin, presidente da rede CNA.

Segundo Pecin, até 2019, cerca de 3% dos colégios no Brasil tinham algum tipo de oferta bilíngue. "Hoje, a gente não tem um dado de mercado confiável, mas as estimativas apontam que cerca de 10% das escolas particulares têm alguma oferta bilíngue", afirma.

A rede de franquias Kumon, conhecida pelas aulas de reforço de matemática, mas que também oferta cursos de inglês, português e japonês, estuda a possibilidade de as unidades ofertarem serviços em colégios, com os primeiros testes do novo modelo iniciando já neste ano, segundo José Julio Segala, vice-presidente do Kumon América do Sul.

Com a pandemia, muitas redes abriram franquias on-line e passaram a ofertar serviços aos colégios. Mas essa ampliação de escopo também traz conflitos com os franqueados de unidades presenciais. Pela regra do franchising, é preciso ter uma distância mínima entre as unidades e, com as aulas on-line, é mais complicado fazer esse redimensionamento.

Entre as franquias, uma fatia da matrícula ou mensalidade do aluno de cursos on-line vai para a unidade mais próxima da residência do estudante. Um formato inspirado no que fez a Natura com suas vendedoras quando a empresa criou seu site. A vendedora ganha um percentual das vendas digitais conforme o CEP do comprador.

Segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF), o faturamento do segmento de educação foi de R$ 15,5 bilhões no ano passado, o que representa uma recuperação quando comparado ao período de 2019 a 2021, em que o setor sofreu queda. Levantamento da entidade mostra ainda que 51% dos franqueados relataram ter margens entre 21% e 30% em 2024, índice superior ao registrado em 2023, que era de 33%.

No ano passado, 83% dos alunos das franquias de educação estudavam na modalidade presencial, com híbrido em 6% e digital síncrono com 12%.

A quantidade média de alunos nas unidades também cresceu recentemente. O levantamento da ABF aponta que 52% das franquias de ensino têm até 200 alunos e 43%, entre 200 e 500, sendo que a faixa de 300 a 500 teve um salto entre 2023 e 2024, passando de 12% para 26%.

Após as mudanças promovidas na pandemia, o preço também teve alterações. Houve um avanço do tíquete médio para R$ 341,94 em 2024, ante R$ 319,00 em 2023.

Cultura Inglesa abre franquias e cria material para colégios

De São Paulo

Fundada há 90 anos, a Cultura Inglesa tem visto a concorrência aumentar em várias frentes, em especial após a pandemia da covid. Desde então, houve no mercado um crescimento significativo de aulas on-line, colégios bilíngues, aplicativos de aprendizado de idiomas e da inteligência artificial.

Nesse cenário, a rede de escolas, com sede em São Paulo, passou por uma reestruturação que envolveu, em 2021, a aquisição da operação do Rio de Janeiro, que pertencia ao fundo Gera, do empresário Jorge Paulo Lemann. Após a integração, a Cultura iniciou um processo de expansão e criação de novos negócios para driblar a competição.

Entre elas, a abertura de franquias, desenvolvimento de um sistema de ensino para colégios, oferta de aulas on-line, criação de cursos de menor duração para atender o público mais velho e de menor renda. Para tocar esse projeto também houve mudanças na gestão. Desde o ano passado, a presidência é liderada por Wilson Diniz que, nos dez anteriores, foi executivo da Cruzeiro do Sul Educacional.

A Cultura Inglesa, que é uma instituição sem fins lucrativos, tem uma rede com gestão independente por praças. A operação de São Paulo abarca outros nove Estados que, juntos, têm 85 mil dos 140 mil alunos matriculados no país. Há outras unidades independentes, como por exemplo, as de Minas Gerais, Brasília, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Tocantins.

Existe essa descentralização porque, nos anos 1930, foram concedidas outorgas para cada Estado brasileiro a fim de disseminar a língua inglesa. Ao longo dos anos, foram ocorrendo incorporações entre as Culturas Inglesas ou por parte de grupos privados, como do fundo de Lemann, que em 2016 comprou a operação do Rio de Janeiro e, cinco anos depois, vendeu para a Cultura Inglesa paulista.

> "Está chegando para nós aluno de escola bilíngue que não fala bem inglês"
> *Wilson Diniz*

A operação de São Paulo é a maior, com 60 unidades próprias e 41 franquias, que têm 55 mil alunos. A expansão daqui para frente se dará por meio de franquias, com previsão de abertura de 300 unidades neste modelo em três ou quatro anos nas dez praças administradas pela Cultura Inglesa SP. A meta é ter 130 mil alunos nessas unidades em quatro anos.

Questionado se há demanda para escolas de rua e franquias diante do crescimento de aulas on-line e dos colégios bilíngues, o presidente da Cultura Inglesa argumenta que o número de franquias de escolas de idiomas tem se mantido estável e o faturamento cresceu cerca de 10% na média, entre 2022 e 2024.

"Vivemos um momento diferente de 20 anos atrás, mas existe espaço para marcas reconhecidas, não perdemos alunos e nosso tíquete médio se mantém em R$ 500", disse Diniz. "Os colégios bilíngues de fato têm potencial para roubar uma parcela dos nossos alunos, mas são poucos os que realmente estão ensinando o idioma. Estamos recebendo muitos pais reclamando que os filhos não estão efetivamente aprendendo o inglês", complementou o executivo.

Diante da expansão dos colégios bilíngues, a Cultura criou um sistema de ensino para as escolas incorporarem em sua grade curricular. Hoje, já há 25,5 mil alunos de escolas privadas de educação básica estudando com esse material. Segundo Diniz, a meta é triplicar esse número em quatro anos.

Outra frente é a Faculdade Cultura Inglesa que, antes, era mais voltada para formar professores da própria rede. Agora, a estratégia é atender também os docentes dos colégios que usam o seu sistema de ensino. Um dos grandes entraves para expansão dessas escolas é a carência de professores fluentes.

Apesar da expansão de unidades presenciais, a rede também está investindo em cursos remotos, modalidade criada durante a pandemia. Hoje, são 10 mil matriculados, sendo boa parte do público acima de 20 anos.

A maioria dos alunos da Cultura Inglesa ainda é de adolescentes, mas a escola mudou a estrutura dos seus cursos, conhecidos pela longa duração. Agora, há cursos rápidos de dois anos, com mensalidade menor, para atender o público adulto e aqueles que não conseguem pagar o valor tradicional. *(BK)*

Movimento falimentar

Falências Requeridas

[illegible]

Falências Decretadas

[illegible]

Processos de Falência Extintos

[illegible]

Recuperação Judicial Deferida

[illegible]

Recuperações Judiciais Concedidas

[illegible]

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Turismo Menor volume de viajantes da Europa ou do Canadá levou os americanos a fazerem promoções

Com setor em queda, EUA buscam turistas no Brasil

Cristian Favaro
De São Paulo

O enfraquecimento da demanda por viagens internacionais para os Estados Unidos, reflexo da nova política migratória e dos conflitos geopolíticos do presidente Donald Trump, tem incentivado o país a buscar mais viajantes do Brasil.

Segundo empresas do setor, a baixa procura de turistas de mercados como Canadá e México para os EUA, assim como o enfraquecimento no turismo doméstico por lá, levou a um excesso de oferta, que tem colaborado para promoções de até 30% aos brasileiros.

Em 2024, foram cerca de 1,9 milhão de turistas brasileiros viajando para os Estados Unidos, crescimento de 17,6% contra 2023, embora ainda 9,2% abaixo de 2019, antes dos impactos da pandemia. Os números foram levantados pelo **Valor** juntos às bases do National Travel and Tourism Office (NTTO), fonte do governo dos EUA para dados e análises sobre viagens internacionais.

A meta da indústria é superar o pré-pandemia neste ano, com aéreas já reportando crescimento nos assentos entre os dois países.

Segundo Fabio Mader, vice-presidente de produtos e gerenciamento de receitas da CVC Corp, o mercado de turismo dos Estados Unidos tem sido prejudicado por um esvaziamento de viajantes internacionais, ao passo que o cenário econômico interno tem feito o americano viajar menos dentro do seu país.

O Canadá, maior mercado emissor de turistas aos EUA, viu uma queda no volume de 12,4% no acumulado do ano até março, para 4,3 milhões de visitantes. Reino Unido, terceiro maior mercado, teve queda de 2,6% em igual base, para 799 mil. Já na Alemanha a queda foi ainda maior: de 16,5%, para 330,6 mil. As questões migratórias e geopolíticas levaram a um enfraquecimento nas viagens desses mercados aos EUA.


Mader, da CVC, levou 77% mais brasileiros para NY em junho contra 2024

Na contramão, o Brasil, quarto maior emissor no período, viu uma alta de 4,9%, para 478,5 mil.

Os Estados Unidos devem registrar faturamento com o turismo internacional de US$ 169 bilhões em 2025, queda de 22,5% em relação ao pico de 2019, segundo cálculos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês).

"O Brasil é um mercado importante para os EUA. A gente começou o ano crescendo pouco e fomos melhorando. Junho veio o crescimento mais expressivo", disse Mader. Segundo o executivo, a CVC transportou em junho 24% mais brasileiros para os EUA do que em igual período do ano passado. "Apenas para Nova York, transportamos 77% mais viajantes em junho do que em 2024", disse.

A maior procura, disse, chega com ofertas: os pacotes comercializados pela CVC neste ano estão entre 25% e 30% mais baratos do que no ano passado.

Apesar do receio de viajantes, a CVC disse não ter percebido um crescimento no número de clientes com problemas ao entrar no país — casos de viajantes legais barrados têm crescido nas redes.

Daniela Araujo, diretora de produtos em destino da Decolar, disse que no primeiro semestre de 2025 o brasileiro voltou a intensificar as viagens aos Estados Unidos. "A procura por pacotes para o país cresceu cerca de 22% em relação ao mesmo período de 2024 e apresentou um avanço expressivo em torno de 174% na comparação com o pré-pandemia", disse.

Um dos fatores a colaborar com o cenário é a queda do dólar nos últimos meses. Segundo a Decolar, no primeiro semestre de 2025, os Estados Unidos se mantiveram entre os destinos internacionais mais procurados pelos seus clientes, ocupando a terceira posição no ranking geral de países, atrás de Argentina e Chile.

Entre as cidades americanas, os destaques no período foram Orlando, Nova York, Miami, Las Vegas e Fort Lauderdale, que seguem como as favoritas dos brasileiros que viajam para os Estados Unidos.

No lado de preço, a executiva disse que a média de pacotes para Orlando no primeiro semestre, com embarques de Rio de Janeiro e São Paulo, estão cerca de 10% mais baratos do que igual período do ano passado.

A Gol foi uma das aéreas a enxergar a janela de crescimento. Em julho de 2025, espera ofertar 10% mais voos para os EUA em comparação ao mesmo período do ano passado. Ante igual mês de 2019, a alta na oferta de voos é de 33%. Em junho, a empresa lançou uma nota rota: Belém-Miami, com dois voos semanais. Uma curiosidade é que hoje a Gol é a aérea a operar o maior voo direto a ser feito com um Boeing 737 MAX no mundo: a rota Brasília-Orlando.

Já a Latam Brasil, que tem cerca de 20% do "market share" entre os países, transportou 330 mil passageiros de janeiro a abril deste ano aos Estados Unidos, uma leve queda de 0,16% na comparação com igual período do ano passado. Ao **Valor**, a aérea apontou um bom resultado de operação, com uma ocupação média na casa de 88% nos voos nos primeiros quatro meses de 2025.

> "A procura por pacotes do Brasil para os EUA cresceu 22% contra 2024"
> *Daniela Araujo*

Em junho, a Latam operou 39 voos semanais nessa ligação, um aumento de 11% na oferta, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O crescimento, acrescentou, chega diante do aumento nas frequências semanais de maio para junho nas rotas Guarulhos-Boston (3 para 4 voos); Guarulhos-Miami (de 12 para 14 voos); e Guarulhos-Orlando (de 7 para 8 voos).

A Azul transportou nos primeiros quatro meses deste ano cerca de 134 mil clientes do Brasil até os Estados Unidos, aumento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto o número de decolagens cresceu 45%, disse a aérea, apontando também dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Atualmente, a empresa voa regularmente para Orlando e Fort Lauderdale, em um total de 128 voos por mês, em média. "A companhia montou uma operação com voos extras e sazonais durante a alta temporada de julho, chegando a 143 voos por mês e 34,5 mil assentos, a partir de seis cidades", disse, em nota.

No lado das americanas, a American Airlines está aumentando sua capacidade no Brasil em 5,3% neste ano na comparação com 2024. Atualmente, a American opera 35 voos semanais a partir do Brasil. Já no verão, a frequência vai ser elevada para 61.

Parabéns Petrobras
por mais um marco

O UBS BB tem orgulho de ser o banco líder na emissão de debêntures incentivadas da Petrobras no valor de BRL 3 bilhões.

Essa importante transação reforça o compromisso da Petrobras com o desenvolvimento sustentável, contribuindo para o financiamento de projetos de infraestrutura de forma eficiente e responsável.

Seguimos ao lado de nossos clientes, viabilizando soluções financeiras que impulsionam o crescimento do país.

ubsbb.com



UBS BB
Investment Bank

© UBS BB 2025. Uma associação entre o UBS e o Banco do Brasil. Todos os direitos reservados.

Eufrázio

Empresas

Estratégia O setor aguarda a Medida Provisória — ainda na Casa Civil — que zera o Imposto de Importação de semicondutor de alta capacidade

Ascenty investe R$ 1,47 bi em novos centros de dados

Daniela Braun
De São Paulo

A empresa de infraestrutura para "data centers" Ascenty investirá R$ 1,47 bilhão (US$ 270 milhões) em dois novos centros de dados no parque de infraestrutura da empresa em Osasco, na Grande São Paulo.

Os novos centros de dados SP07 e SP08, começam a operar em 2027 e 2028, respectivamente, e completam a capacidade do campus da Ascenty em Osasco. O espaço possui área total de 47 mil metros quadrados, com capacidade de fornecimento de 40 Megawatts (MW) de energia.

Segundo o executivo-chefe (CEO) da Ascenty, Christopher Torto, os próximos projetos da empresa no país serão instalados em outras regiões. "Acabou o espaço de São Paulo", afirma o executivo em entrevista ao **Valor**. "Teremos novidades, daqui a pouco, em outras áreas no Brasil".

Atualmente, no Brasil, a Ascenty possui centros de dados em Campinas, Hortolândia, Jundiaí, Sumaré, Vinhedo e Paulínia, no interior de São Paulo, bem como no Rio de Janeiro e em Fortaleza.

A companhia também estuda ampliar sua operação no Nordeste, com centros de dados movidos a energia solar e eólica. "No Ceará temos cabos submarinos que permitem baixa latência [tempo que os dados levam para passar de um ponto de uma rede a outro] e estamos olhando para uma segunda operação em Fortaleza baseada na demanda dos clientes".

A exigência computacional de IA vem elevando os investimentos na construção de "data centers", afirma Torto. "A IA requer uma estrutura completamente diferente tanto na energia como na refrigeração", diz o executivo.

"O retorno sobre o investimento começa a ser gerado entre sete e oito anos"
Christopher Torto

Em centros de dados de IA, compara Torto, o consumo de energia por rack — estrutura que acomoda servidores empilhados em centros de dados — sobe de 5 a 8 quilowatts-hora (kWh) para uma faixa de 40 kWh a 200 kWh.

O investimento de R$ 1,47 bilhão nos "data centers" SP07 e SP08 partirá tanto do capital próprio da Ascenty, como de seus investidores e de novas emissões de debêntures, informa a companhia.

A construção do quinto data center em Osasco foi iniciada em junho com um investimento de R$ 294,3 milhões (US$ 54 milhões). O projeto foi financiado parte em capital próprio e com uma parcela de oito emissões de debêntures que somaram R$ 4,7 bilhões (US$ 680 milhões). O sexto data center em Osasco, previsto para 2027 receberá um aporte maior, de R$ 654,1 milhões (US$ 120 milhões).

Segundo a empresa, as emissões de debêntures buscam refinanciar dívidas da e sustentar novos projetos. "O retorno sobre o investimento começa a ser gerado entre sete e oito anos, mas o tempo de depreciação do ativo se dá ao longo de 20 a 25 anos", informa o CEO.


Christopher Torto, CEO da Ascenty, estuda abrir 'data centers' em outras regiões: "Acabou o espaço de São Paulo"

Em 2024, a Ascenty registrou prejuízo líquido de R$ 855,6 milhões. No ano anterior havia tido lucro de R$ 162,2 milhões. A receita líquida de R$ 1,55 bilhão em 2024, cresceu 5,4% ante o resultado de 2023 (R$ 1,47 bilhão). A dívida líquida era de R$ 5,4 bilhões em 2024. No fim do ano passado, o caixa somava R$ 1,2 bilhão, segundo o balanço da companhia.

Além do Brasil, a empresa inaugurou seu terceiro "data center" em Santiago, no Chile, em junho, e está construindo outro no México e mais dois na Colômbia.

A companhia possui 36 centros de dados, sendo 24 em operação para 600 empresas no Brasil, Chile e México, e outros 12 projetos em construção.

Outros grandes provedores de infraestrutura para "data centers" anunciaram investimentos bilionários no Brasil, no último ano. Entre eles, a Scala Data Centers, empresa do grupo DigitalBridge, anunciou, em setembro, um aporte de R$ 3 bilhões, em dois anos, na construção de "data centers" na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Outro exemplo vem da Odata, que pertence à americana Aligned Data Centers, que inaugurou seu quarto centro de dados em Osasco, como parte de um investimento total de R$ 2,6 bilhões em um campus com capacidade de 48 MW.

Assim como os concorrentes, a Ascenty também aguarda a publicação de uma Medida Provisória (MP) proposta pelo Ministério da Fazenda para zerar o Imposto de Importação de chips de alta capacidade, que não são fabricados no Brasil. Segundo a Brasscom, entidade que reúne empresas de tecnologia, a alíquota do imposto varia de 15% a 20%.

"Grandes empresas estão olhando para onde levarão seus parques de IA no mundo todo. O Brasil, hoje, não é competitivo com o nível de impostos federais e estaduais que temos", afirma Torto. A MP está na Casa Civil.

A corrida da IA encarece a mão de obra nos EUA

Cenário

Melissa Heikkilä, Clara Murray e Cristina Criddle
Financial Times, de Londres e San Francisco

A intensa disputa pelos melhores pesquisadores e engenheiros de inteligência artificial de concorrentes provocou uma rápida escalada nos salários, com grupos de tecnologia como Meta e OpenAI correndo para obter vantagem competitiva nesse setor em evolução acelerada.

A OpenAI informou seus funcionários há poucos dias, que está buscando "formas criativas de reconhecer e recompensar os melhores talentos", após ela ter perdido profissionais importantes para concorrentes, apesar de dados do setor indicarem que a criadora do ChatGPT oferece salários entre os mais altos do mercado.

A mais recente iniciativa se deu depois que seu CEO, Sam Altman, disse que a Meta prometeu bônus de contratação de US$ 100 milhões a alguns de seus engenheiros mais renomados.

Em todo o setor de tecnologia, cientistas de IA de alto nível do Vale do Silício estão sendo atraídos com remunerações muito superiores às oferecidas a engenheiros de computação sem experiência em IA, segundo especialistas em recrutamento do setor e dados recentes sobre movimentações no mercado de trabalho.

Embora alguns dos principais engenheiros de IA recebam mais de US$ 10 milhões por ano, os pacotes salariais típicos variam de US$ 3 milhões a US$ 7 milhões –representando um aumento de cerca de 50% em relação a 2022.

"Tudo ficou freneticamente mais intenso nos últimos anos, a ponto de parecer que certas empresas estão dispostas a fazer qualquer coisa para atrair esse tipo de talento para seus quadros", diz Kyle Langworthy, sócio especializado em recrutamento de profissionais de IA da Riviera Partners.

Em especial, o executivo-chefe da Meta, Mark Zuckerberg, intensificou seus esforços para atrair grandes nomes do setor depois que o lançamento de seu modelo de linguagem ampla, o Llama 4, decepcionou os críticos ao ter um desempenho abaixo do esperado em testes independentes de raciocínio e programação.

No mês passado, a Meta investiu US$ 15 bilhões na Scale AI, uma startup de rotulagem de dados, e contratou seu cofundador Alexandr Wang para formar uma equipe dedicada ao desenvolvimento de "superinteligência".

No fim de semana, Mark Chen, diretor de pesquisa da OpenAI, enviou um memorando interno dizendo que se sentia "como se alguém tivesse invadido nossa casa e roubado algo", em referência às recentes saídas de funcionários. Segundo fontes, a OpenAI deu uma semana de folga aos funcionários para que eles pudessem descansar e recarregar as energias. Chen diz que a Meta estaria tentando "se aproveitar" dessa pausa programada para pressionar funcionários a tomar decisões sobre propostas de trabalho.



"É possível contratar de 3 a 4 profissionais de nível semelhante na Europa"
Thomas Wolf

Chen diz ainda que ele e Altman estão trabalhando "sem parar para conversar com quem recebeu essas propostas". Acrescentou: "Estamos sendo mais proativos do que nunca, estamos recalibrando a remuneração e buscando formas criativas de reconhecer e recompensar os melhores talentos". O memorando foi divulgado inicialmente pela revista "Wired".

Segundo a empresa de recrutamento Harrison Clarke, tem havido um aumento constante nos salários em todo o setor de IA.

Cientistas de pesquisa de nível médio a sênior podem hoje esperar receber entre US$ 500 mil e US$ 2 milhões nas "big techs", ante US$ 400 mil a US$ 900 mil em 2022. Em comparação, engenheiros de software de alto nível sem experiência em IA normalmente ganham um salário-base entre US$ 180 mil e US$ 220 mil.

A Meta paga alguns dos maiores salários para engenheiros de IA, variando de US$ 186 mil a US$ 3,2 milhões, segundo dados do site Levels, de monitoramento de pacotes salariais. A OpenAI oferece valores entre aproximadamente US$ 212 mil e US$ 2,5 milhões – mas sua média salarial é mais alta, o que sugere que um engenheiro típico na startup avaliada em US$ 300 bilhões ganha mais do que na Meta.

No entanto, segundo recrutados especializados em IA, muitos pesquisadores priorizam a reputação dos líderes das equipes e a qualidade do trabalho acima das cifras milionárias oferecidas.

Os pesquisadores são "incentivados pelo tipo de trabalho que realizam. E sempre há o risco de, se você acabar em uma Meta, não conseguir realizar o mesmo nível de trabalho que conseguiria em uma DeepMind, uma OpenAI ou uma Anthropic", diz Firas Sozan, executivo-chefe da Harrison Clarke.

Outros setores, como os de seguros, entretenimento e serviços financeiros, também estão aumentando as contratações de engenheiros e pesquisadores de IA. No entanto, Langworthy, da Riviera, diz que "pode ser extremamente desafiador contratar sua equipe IA, engenharia e produto quando se trata de uma empresa menos conhecida".

O custo astronômico de contratação de talentos está levando algumas empresas de tecnologia, como a startup de IA de código aberto Hugging Face, a direcionar suas buscas de recrutamento para a Europa.

"Com o que se paga por um engenheiro de software na área da Baía de San Francisco, é possível contratar de três a quatro profissionais de nível semelhante na Europa", afirma Thomas Wolf, cofundador e diretor científico da Hugging Face.

Jonas Andrulis, fundador e executivo-chefe da startup alemã de IA Aleph Alpha, que multiplicou sua equipe por seis em um ano, diz que os candidatos estão cada vez mais interessados em questões como liberdade de pesquisa, possibilidade de publicar e o impacto social de seu trabalho.

"Temas como sustentabilidade, alinhamento ético e solução de problemas do mundo real também surgem com frequência", diz ele, acrescentando que o crescimento da Aleph Alpha "é prova de algo que o dinheiro, por si só, não pode comprar: a crença em uma missão". *(Tradução da Mario Zamarian)*

A disputa entre Uber, Waymo e Tesla

Robotáxis

Dow Jones, de Nova York

As ambições da Tesla no setor de robotáxis representam uma ameaça tanto para a Waymo, empresa da Alphabet, quanto para a Uber Technologies, e o próximo ano deverá ser decisivo para determinar a liderança da Waymo nesse espaço, segundo Dan Ives, analista da Wedbush.

"Acredito que os próximos 12 meses serão cruciais porque, daqui a um ano, esperamos que os robotáxis da Tesla estejam em 20 a 25 cidades", disse Ives. "A Waymo hoje está em cinco cidades. Então, embora tenham uma grande vantagem inicial, seus carros são caros e difíceis de implantar."

No final de junho, a Tesla lançou seu serviço de robotáxis em Austin (Texas), para um número limitado de clientes. O CEO, Elon Musk, disse que a empresa começará com um número reduzido, com até 20 Tesla Model Y circulando em vias públicas, antes de expandir o serviço conforme o desempenho da tecnologia.

A Waymo é considerada a líder no setor de robotáxis devido à sua vantagem de vários anos. Manter essa liderança, no entanto, pode depender de parcerias como a que possui atualmente com a Uber.

A Tesla, por sua vez, tem que lidar com o fato de que Musk tem uma imagem dividida entre os consumidores. A sua disputa com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, representa um risco significativo, especialmente no que diz respeito ao ambiente regulatório, afirmou Ives. Ele prevê que a Tesla dominará a maior parte do mercado de robotáxis e veículos autônomos. A Waymo terá uma fatia de um mercado estimado em US$ 800 bilhões.

20
robotáxis da Tesla circulando em Austin

Curta

Warner e Bain Capital

A Warner Music Group e a Bain Capital estão lançando uma joint venture para comprar até US$ 1,2 bilhão em catálogos musicais, informou a Dow Jones. A Warner Music ficará responsável pelo marketing e a distribuição. O "Financial Times", por sua vez, informou que a Warner Music está em negociações para adquirir o catálogo da banda Red Hot Chili Peppers por mais de US$ 300 milhões. As negociações ainda estavam em andamento e um acordo pode não se concretizar, segundo fontes próximas ao assunto.

EUA rejeitam pedido da Huawei para reduzir acusações

Processo judicial

Reuters, de Nova York

Os Estados Unidos rejeitaram ontem (1º) o pedido da chinesa Huawei Technologies para encerrar a maior parte de uma acusação federal que alega que a empresa tentou roubar segredos tecnológicos de concorrentes norte-americanos e enganou bancos sobre suas atividades no Irã.

Em uma decisão de 52 páginas, a juíza distrital Ann Donnelly, do Brooklyn, considerou que havia alegações suficientes na acusação, de 16 pontos, indicando: a Huawei cometeu crimes de extorsão para expandir sua marca, roubou segredos comerciais de seis empresas e cometeu fraude bancária.

As acusações relacionadas ao Irã decorrem do suposto controle da Huawei sobre a Skycom, uma empresa de Hong Kong que faria negócios naquele país. Donnelly disse que os promotores alegaram de forma satisfatória que a Skycom "operava como subsidiária iraniana da Huawei e acabou se beneficiando, de forma indireta", de mais de US$ 100 milhões em transferências por meio do sistema financeiro dos Estados Unidos.

A Huawei se declarou inocente e tentou rejeitar 13 das 16 acusações, alegando ser "um alvo de acusação em busca de um crime".

O julgamento está marcado para 4 de maio de 2026 e poderá durar vários meses. A Huawei não respondeu de imediato a um pedido de comentário. Um porta-voz do procurador interino dos EUA, Joseph Nocella, no Brooklyn, recusou-se a comentar.

O processo começou no primeiro mandato de Donald Trump, em 2018. A diretora financeira da Huawei, Meng Wanzhou, filha do fundador da empresa, ficou presa no Canadá por quase três anos antes de ser autorizada a retornar à China. As acusações contra ela foram retiradas em 2022.

Também em 2022, o governo Joe Biden encerrou a "Iniciativa China", após críticas de que ela resultava em discriminação racial e causava medo que prejudicava a pesquisa científica.

Com sede em Shenzhen, a Huawei atua em mais de 170 países e tem cerca de 208.000 funcionários.

O governo dos EUA restringe o acesso da Huawei à tecnologia americana desde 2019, alegando preocupações com a segurança nacional. A Huawei nega representar qualquer ameaça.

Estratégia Empresa de armazéns e gestora Jubarte estruturaram FII, que já levantou R$ 152 milhões para investir em estruturas para clientes do agro

Fundo 'de silos' da Kepler Weber negocia primeiros projetos

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O fundo imobiliário (FII) que a Kepler Weber estruturou com a gestora Jubarte para construir e alugar silos e armazéns para clientes do agronegócio concluiu sua primeira etapa de captação de recursos e já está em conversas com duas tradings de grãos para negociar seus primeiros investimentos.

Na rodada, em que contou com apoio de distribuição da HMC Capital, o fundo levantou R$ 152 milhões. Agora, a meta é levantar mais R$ 350 milhões na segunda rodada de investimentos, que deverá ocorrer no segundo semestre.

A estratégia do fundo é utilizar esses recursos para comprar áreas, construir armazéns e silos e alugá-los para clientes do agro por um prazo longo, no modelo "built-to-suit" (conforme as condições do cliente). Os contratos de aluguel devem ter prazo de 15 anos.

O plano da Jubarte é que o fundo tenha como foco apenas a fase de desenvolvimento dos projetos. Com isso, ele repassaria os contratos de aluguel para outros fundos ou a investidores que usufruam dessa renda.

Para que os investimentos comecem, o FII terá primeiro que assinar contratos com clientes para que eles se comprometam com o aluguel dos espaços. De acordo com Eduardo Lopes, sócio-fundador e diretor de investimentos da Jubarte, duas tradings já assinaram memorandos de entendimento e agora estão negociando os termos dos contratos.

Também há conversas em andamento com grandes produtores rurais "de primeiríssima linha" e indústrias de etanol de milho, disse. Lopes não informou o nome das contrapartes.

A escolha dos locais de instalação das duas primeiras estruturas de armazenagem ainda está em fase de negociações. Segundo Lopes, há localidades em estudo nos Estados de Rondônia, Pará, Mato Grosso, Bahia e Piauí.

R$ 350 milhões é a meta da próxima rodada

"Quanto mais nova a fronteira, maior o déficit [de armazenagem]. Trabalhamos com tradings que sabem onde existe necessidade e potencial [de crescimento da produção e do déficit de armazenagem]", afirma Denis Jungerman, sócio-fundador e diretor de capital estratégico da Jubarte.

A escolha dos terrenos obedecerá à estratégia de cada trading. A tendência é de que elas deem prioridade para áreas onde não há competição com outras tradings já estabelecidas e que tenham relações comerciais consolidadas na região. Também existe oportunidade em áreas em que há tal abundância de grãos que a concorrência não chega a ser um problema.

Os investidores já firmaram compromisso de aportar os R$ 152 milhões, mas a entrada do dinheiro ocorrerá de maneira escalonada, conforme houver demanda por recursos para as obras. A expectativa, segundo Jungerman, é que, com esses recursos, seja possível erguer ao menos os dois primeiros armazéns, mas com possibilidade de construção de um terceiro. A fornecedora dos equipamentos será a Kepler Weber.

O fundo vai apostar em estruturas de armazenagem com capacidade mínima de 42 mil toneladas (silos) e máxima de 120 mil toneladas (armazéns). Segundo Jungerman, quanto maior a estrutura, melhor sua eficiência, e, assim, mais barato fica o aluguel para o locatário.

Com os R$ 500 milhões que o fundo pretende levantar em todo o ciclo e com o porte dos investimentos que ele projeta fazer, a gestora estima que o fundo conseguirá construir uma capacidade estática para armazenar 500 mil toneladas de grãos. A Jubarte estima que a entrega dos primeiros armazéns ocorrerá a partir da safra de inverno do ano que vem e que essas estruturas corresponderão a menos de 1% do déficit atual no país. "Somos uma gota no oceano", admite Lopes.

Só nesta safra, diz ele, o Brasil deverá ter uma defasagem no armazenamento de grãos (soja e milho) de 130 milhões de toneladas. O volume corresponde a mais do que duas safras inteiras da Argentina — e tende a aumentar, ressalta Lopes.

Diferentemente do que ocorre na maioria dos investimentos em armazenagem no país, os aportes do fundo da Jubarte começarão com equity, e não com financiamentos. "Hoje, as fontes subsidiadas [para armazenagem] são super importantes, mas são insuficientes", observa Jungerman. Segundo ele, em algum momento, o fundo vai recorrer a instrumentos de dívida para apoiar os investimentos, mas haverá uma composição "para prover o melhor retorno aos investidores", diz.


Eduardo Lopes (à esq.) e Denis Jungerman, da Jubarte: nova rodada de captação deverá ocorrer no segundo semestre

Alta de 'retenciones" na Argentina afeta renda de produtor

Tributação

Fernanda Pressinott
De Salto e Buenos Aires

As "retenciones" mais elevadas nas exportações de grãos retornaram ontem (1/07) na Argentina. O governo de Javier Milei oficializou sexta-feira passada a volta das alíquotas mais altas, com a publicação de decreto no diário oficial do país.

Desde ontem, a taxa de exportação sobre a soja do país voltou a 33%. Desde janeiro vigorava alíquota de 26%. Já milho e sorgo voltaram a ser taxados em 12% — era de 9,5% anteriormente. O girassol passou de 5,5% para 7%. Apenas trigo e cevada continuaram com alíquota de 9,5% válida até março de 2026.

A decisão tem forte impacto econômico. Para milho e sorgo, a diferença de 2,5 pontos percentuais na alíquota, aplicada ao valor FOB dos grãos, pode representar redução de US$ 4 a US$ 5 por tonelada na margem do produtor.

No caso da soja, cuja alíquota subiu 7 pontos, a perda é mais expressiva: com o grão cotado a US$ 400 a tonelada, o impacto pode chegar a US$ 25 a US$ 30 por tonelada para o produtor, segundo cálculos de Gustavo Lopez, presidente da consultoria argentina Agritrend.

Em entrevista ao **Valor**, Lopez afirmou que essa pressão adicional afeta principalmente os produtores que arrendam terras, reduzindo margens e pondo em risco a rentabilidade da próxima safra de grãos. "A expectativa é de que o desestímulo se traduza em queda na área plantada em 2025/26, especialmente em um cenário já marcado por incertezas climáticas e cambiais."

Com custo de produção elevado, devido ao câmbio, alta do preço dos insumos e queda das commodities, o produtor de soja argentino tem um retorno atualmente entre US$ 272 e US$ 278 por tonelada. Com a alta do imposto de exportação, esse ganho pode cair para US$ 250 tonelada, nos cálculos do consultor argentino.

Gustavo Lopez, assim como representantes de produtores locais, afirma que, caso os incentivos fiscais tivessem sido mantidos pelo governo argentino, a perda de arrecadação para o Estado seria limitada: US$ 88 milhões com o milho, US$ 3 milhões no sorgo e US$ 550 milhões na soja e seus derivados.

33% é a taxa de exportação de soja

"A decisão do governo, portanto, privilegia a arrecadação imediata, mas gera um custo elevado para os produtores e pode comprometer a competitividade da agricultura argentina no médio prazo", lamenta.

A jornalista viajou a convite da Kepler Weber

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

taesa
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SANEPAR
PARANÁ
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR
COMPANHIA ABERTA
REGISTRO CVM 01862-7 CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
ATA DA 6ª/2025 REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.
1 - DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: Realizada no dia 12 de junho de 2025, às 10h00, na Sede Social da Companhia, na Rua Engenheiros Rebouças 1376, em Curitiba - Paraná, por sistema de reunião híbrido (presencial e videoconferência). 2 - MESA DIRETORA: Demetrius Nichele Macei – Presidente e Fernando Massardo - Secretário. 3 - DELIBERAÇÕES TOMADAS: 4.5.1 e-Protocolo 23.828.045-1 - Eleger o Sr. José Lucio Cioni, para o cargo de membro do Comitê Técnico de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: O Conselho de Administração, por unanimidade, elegeu o Sr. José Lucio Cioni, para exercer a função de membro do Comitê Técnico de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, e cumprir o mandato em curso, com término em 29/04/2026. O processo foi instruído com o Ofício OF CEE/C 209/2025 e a manifestação da Secretaria Executiva da CCEE, por meio da informação CCEE nº 39/2025 de 07/05/2025. 4.5.4 e-protocolo 23.215.116-1 - Deliberar sobre a proposta de revisão da Política de Continuidade de Negócios da Sanepar. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Diante da apresentação e dos esclarecimentos prestados pelos relatores, o Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a proposta de revisão da Política de Continuidade de Negócios da Sanepar, nos termos apresentados. - 4 - ASSINATURAS: Joisa Campanher Dutra Saraiva, Diane Agustini, Demetrius Nichele Macei, Eduardo Francisco Sciarra, Rodrigo Sanchez Rios, Vilson Ribeiro de Andrade(?) Lipski, Militor José Falzari, Reginaldo Ferreira Alexandre, João Biral Junior e secretariando a reunião, Fernando Massardo. A íntegra da ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20253113768 em 27/06/2025, protocolo 25311 3768 de 27/06/2025 e está disponível para consulta no endereço eletrônico ri.sanepar.com.br
abrasca
SAPR
B3 LISTED N2

leiloeria smart
LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Curso FUNDOS SEM TABU
Valor investe
Aprenda a investir com confiança
Do básico ao avançado, domine o mundo dos fundos de investimento e descubra as melhores oportunidades para construir uma carteira diversificada. Nosso curso **Fundos sem Tabu** vai ajudá-lo a fazer seu dinheiro render mais.
Saiba mais:
valorinveste.com.br/curso/fundos

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Plano Safra 2025/26 Custo total de equalização será de R$ 13,4 bi

Com aperto no Orçamento, governo reduz subvenção ao crédito rural


Ministro Fávaro e o presidente Lula no lançamento do Plano Safra 2025/26 da agricultura empresarial em Brasília

Rafael Walendorff, Gabriela Guido e Guilherme Pimenta
De Brasília

O aperto no Orçamento Federal obrigou o governo a reduzir os gastos com equalização da taxas de juros nos Planos Safras da Agricultura Empresarial e Familiar 2025/26. O custo total no novo ciclo, incluindo as linhas para pequenos, médios e grandes produtores, será de R$ 13,4 bilhões ao longo de vários anos. Na temporada 2024/25, a despesa para a União com a subvenção, que paga aos bancos a diferença entre o custo de captação do dinheiro mais os spreads e as alíquotas cobradas na ponta, ficou em R$ 16,3 bilhões.

Só em 2025, a despesa com a equalização será de R$ 1,3 bilhão, dinheiro que já está em caixa.

O ministro da Agricultura Carlos Fávaro anunciou ontem R$ 516,2 bilhões em recursos para o Plano Safra Empresarial, em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, e ministros. O montante é 1,5% maior que os R$ 508,6 bilhões da temporada encerrada na segunda-feira, incremento menor que a inflação no período.

Os juros vão subir até 2 pontos percentuais. As taxas para o custeio dos médios produtores serão de 10% e as dos demais, de 14%. Nos investimentos, as alíquotas vão variar entre 8,5% e 13,5%.

Após o lançamento do Plano Safra ontem, o secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz informou que no caso da agricultura empresarial, o custo da equalização será de R$ 3,9 bilhões. O número é 33% menor que a despesa estipulada inicialmente para pagar a subvenção dos juros de médios e grandes produtores na temporada 2024/25, de R$ 5,9 bilhões.

A fatia de recursos equalizados — com subvenção direta do Tesouro Nacional — vai sair de R$ 92,8 bilhões para R$ 113,78 bilhões no novo ciclo para esse público.

Já na agricultura familiar, o custo com a equalização em 2025/26 será de R$ 9,5 bilhões, disse, na segunda-feira, o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda Gilson Bittencourt. O montante é 8,5% menor que os R$ 10,4 bilhões estimados para custear a equalização dos juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no ciclo 2024/25. Na nova temporada, serão R$ 43,4 bilhões de recursos com equalização, abaixo dos R$ 45,4 bilhões da safra passada.

Em discurso durante o lançamento do Plano Safra, Fávaro disse que o "governo absorveu a alta da Selic com a equalização". Ele repetiu que o presidente autorizou gasto suplementar de R$ 1,05 bilhão em 2025 com a subvenção dos juros. O recurso, porém, já havia sido incorporado ao orçamento geral em maio. A medida foi necessária diante do forte aumento da Selic.

Com o aperto fiscal, as equipes que elaboram o Plano Safra definiram uma série de medidas para tentar diminuir o gasto público com a equalização dos juros nas linhas de crédito. Uma delas, avaliada como inevitável, foi o aumento das taxas de juros.

Outras iniciativas retiraram pressão de cima do orçamento da União, como a redução de prazos de custeios e investimentos e o aumento do direcionamento de recursos dos depósitos à vista, de 30% para 31,5%, que garantiram oferta de mais dinheiro a juros controlados, mas sem custo para o governo.

Além disso, haverá uma inovação na aplicação dos recursos equalizados. Parte dos valores que recebe a subvenção só poderá ser acessada em 2026, quando o governo espera que a Selic — que influencia no custo — esteja menor.

Durante o anúncio, Fávaro reforçou que a prioridade é apoiar a contratação de custeio, já que há uma avaliação de menor apetite por investimentos diante do cenário macroeconômico e dos juros mais altos.

Ele voltou a criticar a alta da Selic e disse que o governo fez arranjos orçamentários para assegurar um "valor recorde pelo terceiro ano consecutivo". "Estamos atendendo ao pedido das entidades para priorizar o custeio".

O ministro destacou que os juros subiram entre 1,5 e 2 pontos percentuais, com o piso representando cerca de um terço da escalada da Selic desde julho de 2024, de 4,5 pontos percentuais.

No setor financeiro, há preocupação com a elevação dos juros. Bancos já identificaram aumento da inadimplência entre produtores rurais nas carteiras, que passaram do patamar de 1% para perto de 2% e 3%.

Também na cerimônia, Fávaro defendeu a inclusão de outras técnicas sustentáveis de produção no rol das boas práticas aptas a acessar o desconto de 0,5 ponto percentual nos juros de custeio para médios e grandes produtores. A iniciativa, anunciada na temporada passada, ainda patina. Segundo ele, produtores que usam bioinsumos e que aplicam técnicas de conservação do solo precisam ter acesso ao rebate nos juros.

Após o anúncio, afirmou ainda que as linhas dolarizadas no novo Plano Safra são um sinal de "modernização do crédito rural" e de "criatividade" para tirar o peso do Tesouro Nacional com a equalização de juros.

No Plano Safra 2025/26, R$ 14,4 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BDNDES) serão emprestados em linhas dolarizadas para custeio e investimentos.

O ministro ressaltou que os recursos são destinados a exportadores, como produtores de soja, milho e algodão, que têm hedge natural. "Tira o peso do Tesouro e tira o risco cambial. Quem produz para o mercado local não deve tomar esses recursos, pois assumem o risco", disse a jornalistas.

Plano Safra Empresarial
Destaques do programa de crédito (em R$ bilhões)

Finalidade	Safra 2024/25	Safra 2025/26
Custeio e Comercialização	401,3	414,7
Investimento	107,3	101,5
Total Plano Safra	508,6	516,2

Beneficiário	Safra 2024/25	Safra 2025/26
Pronamp	65,2	69,1
Demais produtores e cooperativas	441,4	447
Total Plano Safra	508,6	516,2

Taxas de juros - em %

Pronamp	10
RenovAgro e PCA	10
PCA até 12.000 toneladas	8,5
Custeio Empresarial	14
Moderfrota	13,5
Inovagro	12,5
RenovAgro Ambiental e Recuperação/Conversão de Pastagens	8,5
Proirriga e Investimento Empresarial	12,5
Prodecoop e Procap-Agro	13,5
Moderfrota Pronamp	12,5

Fonte: Ministério da Agricultura

Mais à página A10

valor.com.br
Mais informações sobre o Plano Safra Empresarial em valor.com.br/agro

Setor critica juros e possíveis cortes de recursos

Nayara Figueiredo, Gabriella Weiss, Cibelle Bouças e Raphael Salomão
De São Paulo

O alto patamar de juros e a ausência do seguro rural no Plano Safra 2025/26 da agricultura empresarial, divulgado ontem, foram alvos de críticas pelo setor agropecuário. O histórico de contingenciamentos de recursos pelo governo federal também levantou dúvidas sobre quanto dos R$ 516,2 bilhões chegarão às mãos dos produtores rurais.

No cenário de Selic a 15% ao ano, os juros do Plano Safra subiram, em média, 2 pontos percentuais. Apesar de já esperada, a alta nas taxas não agradou.

"Nos preocupa muito porque o médio produtor está tendo um distanciamento muito grande das taxas da agricultura familiar", afirmou Bruno Lucchi, diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), sobre o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), cujas taxas chegaram a 10%.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também citou os juros. "O que mais assusta é uma taxa de 13,5% para o Moderfrota [compra de máquinas]. É algo que não vai caber no bolso. Estava a menos de 8% há dois anos e perto de 12% no ano passado. O produtor vai deixar de comprar máquinas", disse o deputado Sergio Souza (MDB), em coletiva de imprensa para comentar o Plano Safra.

Em contrapartida, a sócia-gerente da Agroicone, Leila Harfuch, ressaltou que os juros são elevados, mas ainda estão abaixo do valor de mercado, que é de no mínimo 15%, patamar da Selic.

O deputado federal Pedro Lupion (PP), presidente da FPA, criticou a redução nos recursos destinados a investimento de safra e o aumento nos custos para os produtores com menor equalização dos juros pelo Tesouro Nacional.

Ele também se queixou da ausência de dados sobre o seguro rural no anúncio do Plano Safra. "Quem não tem seguro rural termina discutindo renegociações de dívidas depois. Isso é péssimo para nossa agricultura", disse o economista da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz.

O especialista destacou ainda que dificilmente o total anunciado pelo governo será acessado pelo setor produtivo, dado o histórico de cortes aos quais os orçamentos são suscetíveis.

O programa mais recente de subvenção ao seguro rural sofreu corte e congelamento de cerca de R$ 435 milhões, reduzindo o total de R$ 1,06 bilhão a um patamar que pode limitar a área segurada para cerca de 4 milhões de hectares. Somente em grãos, o Brasil cultiva cerca de 81,8 milhões de hectares.

Para o ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Ivan Wedekin, é preciso separar o que o governo anuncia e o que, de fato, efetiva-se de crédito rural. O sistema do Banco Central aponta que as contratações somaram R$ 360,68 bilhões de julho de 2024 a junho de 2025, queda de 14,33% em relação ao ciclo anterior. "O plano (2024/25) era abrangente, maior, mas não aconteceu na realidade dos agricultores. Ficou abaixo da programação", disse.

Entre os pontos positivos do Plano Safra, o setor destacou o aumento do teto para financiamentos de médios produtores, mudanças no programa para construção de armazéns e o fomento a práticas sustentáveis. Para a sócia da Agroicone, o programa está cada vez mais "verde", tendência que veio para ficar e se reflete, também, no Plano Safra da Agricultura Familiar que destacou a agroecologia.

Mês 'curto' afetou produção da agroindústria

Conjuntura

Paulo Santos
De Campina Grande (PB)

Após três meses consecutivos de crescimento, a produção da agroindústria brasileira teve uma forte retração em abril. Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), elaborado pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), queda em relação a abril do ano passado foi de 3,5%.

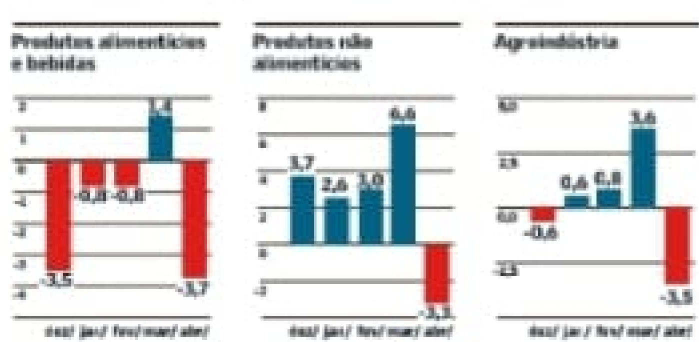
O mês mais "curto" do que o normal foi responsável direto pelo declínio. "Enquanto em 2025, o mês de abril contou com 20 dias úteis, o de 2024 teve 22 dias úteis. Naturalmente, essa diferença de 10% no número de dias úteis influencia nas variações sem controle do efeito-calendário, tal como a variação interanual", observou o FGV Agro. Outra razão para a queda, observaram os pesquisadores, foi a larga base de comparação — em abril de 2024, a produção agroindustrial havia crescido 12,1%.

Mesmo com a sequência de feriadões em abril, a agroindústria cresceu 1% em comparação com o mês imediatamente anterior. E, a despeito da retração em comparação com abril de 2024, a produção agroindustrial, encerrou o primeiro quadrimestre do ano com crescimento acumulado de 0,3%.

Até março, o crescimento acumulado no ano era de 1,7%. Os pesquisadores do FGV Agro ressaltaram a desaceleração significativa da agroindústria entre março e abril deste ano. "A agroindústria está se desacelerando, tal qual os demais segmentos da economia brasileira, ou houve apenas uma contração decorrente de um mês de abril mais curto, isto é, com menor número de dias úteis?", questionaram os pesquisadores.

Na comparação com o mesmo intervalo do ano passado, a produção do segmento de produtos alimentícios e bebidas fechou o mês de abril com retração de 3,7%. A indústria de produtos alimentícios, que recuou 4,9%, foi a única responsável pela queda, já que, na de bebidas, a produção cresceu 2,5%. "Vale destacar que esse setor conseguiu crescer mesmo com uma base larga comparação e com um mês de abril relativamente mais curto do que o do ano passado", registraram os pesquisadores.

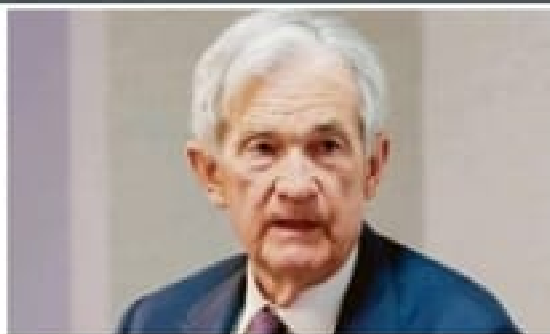
PIMAgro
Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)



Fonte: FGV Agro

Estratégia
Fundo 'de silos' da Kepler Weber em parceria com Jubarte negocia primeiros projetos
B7

Política monetária
Powell, do Fed, diz não ver ainda efeitos das tarifas e que espera inflação mais alta à frente C3



Investimentos
Promessa de gestoras de 'salvar o mundo' com ESG foi erro, diz Aberdeen C6

Carteira Valor
Viés conservador predomina e seleção traz setor financeiro e exportadoras C6

Governança
Companhias listadas rejeitam mudanças no Novo Mercado da B3 C4

Valor C
Quarta-feira, 2 de julho de 2025

Finanças

Bancos Mudanças não atingem, por enquanto, contribuições pagas pelas instituições

FGC deve adotar critérios de qualidade e volume em novas regras

Álvaro Campos e Talita Moreira
De São Paulo



Em meios às discussões do caso Master, ressurgiram os debates sobre mudanças no modelo do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Como o **Valor** mostrou em abril, os grandes bancos chegaram a propor um aperto nas regras para instituições menores, com elevação de uma contribuição adicional para as mais alavancadas. No entanto, nas últimas semanas as conversas avançaram e o segmento chegou a um entendimento de que alterações na contribuição devem ficar para um segundo momento.

Há um consenso atualmente para que o FGC adote novos critérios, baseados em dois princípios: qualidade dos ativos e materialidade. O primeiro, de forma simplificada, define que, se os ativos de boa qualidade de uma instituição forem maiores que sua exposição ao FGC, a situação é considerada adequada. Para estabelecer o que seriam ativos de boa qualidade, uma opção seria o Banco Central (BC), com a ajuda dos bancos, elaborar uma lista exaustiva, delimitando o que se encaixa e o que não. Mas há quem defenda que o BC poderia utilizar um índice de liquidez que já possui ou até mesmo criar um novo indicador desse tipo.

O segundo princípio, da materialidade, divide as instituições conforme seu potencial impacto, em caso de problemas, para o FGC. Aquelas com um efeito de até 2% do patrimônio do fundo seriam classificadas como de "baixa materialidade"; até 5%, "média materialidade"; e acima disso, "alta materialidade".

Segundo o **Valor** apurou, esses percentuais foram propostos pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que reúne instituições de médio porte. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que engloba os maiores grupos, defende tetos um pouco mais rígidos, de até 1% para a indicação de "baixa materialidade" e de 3% para "média materialidade", mas há um caminho para se atingir um acordo.

"O que se fará, de forma técnica e debatida, é analisar o tamanho do fundo vis-à-vis a dinâmica de crescimento"
Daniel Lima

"No meio da discussão de Master, querer alterar as contribuições seria muito difícil, não se chegaria a lugar nenhum. Então, o setor está trabalhando em pontos mais consensuais. Os grandes bancos flexibilizaram muita coisa da sua proposta inicial", diz um líder setorial. "Acho que essas mudanças tendem a ser aprovadas pelo BC ainda neste ano, mas com um prazo dilatado de implementação, de ajuste para eventuais desenquadramentos", afirma um executivo.

No fim de 2023, o BC já tinha apertado as regras do FGC. Ali ficou definido que a instituição financeira que ultrapassar 75% da captação garantida pelo fundo paga uma contribuição adicional, de 0,01% sobre o valor dos depósitos garantidos. No início deste ano, os grandes bancos queriam que esse teto de captação caísse para 50% e que a alíquota da contribuição adicional subisse para 0,10%. E esse foi um dos pontos deixado de lado agora.

De qualquer forma, o diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos, disse em evento público recente que é "natural" avançar em mudanças em relação ao fundo garantidor, nível de cobertura e elementos de risco. "O meu amigo Renato [Gomes, diretor de organização do sistema financeiro e de resolução do BC], recentemente, em uma agenda pública, colocou que estamos avançando em mudanças, como é natural; mudanças em relação ao fundo garantidor; nível de cobertura; elementos de risco. Isso faz parte do processo", disse.

No mesmo evento, o presidente do FGC, Daniel Lima, afirmou que no segundo semestre os bancos começarão a discutir a metodologia de cálculo do tamanho do fundo, o que é feito a cada quatro anos, ouvindo os associados, a academia e o órgão regulador. A calibragem é importante, tendo em vista a transformação no mercado nos últimos anos.

De acordo com Lima, o volume de depósitos elegíveis à cobertura do FGC está em cerca de R$ 5 trilhões, mais que o dobro dos R$ 2,2 trilhões vistos em 2019. A fatia fora das maiores instituições (S1) passou de R$ 400 bilhões para cerca de R$ 1,3 trilhão. "Isso dá um pouco da dimensão dessa mudança que nosso sistema tem vivido. [...] O share desses depósitos tem aumentado para os não S1, e agora o que vai se fazer, de uma forma muito técnica e muito debatida, é reanalisar o tamanho do fundo vis-à-vis essa dinâmica de crescimento, e eventualmente ajustar as contribuições".

Diante desse crescimento, o fundo está hoje com liquidez próxima de 2,3%, considerando o eventual comprometimento dentro do volume de depósitos — o parâmetro que precisa ser seguido vai de 2,3% a 2,7%. Ao mesmo tempo, o fundo de resolução, nome dado a uma reserva contábil do FGC, está em 0,35% dos depósitos elegíveis, quando a meta é de 1%.

Se o FGC tivesse de honrar os passivos do Master, em volume de quase R$ 50 bilhões, isso queimaria metade da liquidez do fundo. Em casos excepcionais como esse, o FGC poderia elevar alíquotas de contribuição e pedir que os bancos pagassem à vista o equivalente a cinco anos de aportes, para recompor seu caixa.

As instituições financeiras contribuem com 0,01% por mês do saldo de depósitos elegíveis. A alíquota pode parecer baixa, mas se for dobrada e as contribuição de cinco anos antecipadas, fontes do setor apontam que isso teria um efeito de alguns bilhões de reais para os grandes bancos, o que não é pouco, especialmente diante de um cenário macroeconômico que indica maiores desafios à frente.

Uma brecha que o FGC deve fechar é que alguns grupos que possuem mais de uma licença de banco ou financeira alavancavam-nas até o limite de 75% — acima do qual se pagaria uma alíquota adicional — e, depois, quando isso subia para o nível da holding, conseguiam alavancar de novo. Ou seja, burlavam a regra aproveitando que o FGC não tinha uma visão completa do conglomerado prudencial. Agora o fundo adotará o mesmo critério de conglomerado do BC e impedirá a prática.

"Há necessidade de abrir espaço na governança do FGC para as pequenas e médias instituições do mercado"
Gustavo Loyola

Outro ponto que pode ser alvo de mudanças no modelo do FGC, talvez não imediatamente, é o sistema de distribuição de passivos — ou seja, plataformas de investimentos que distribuem CDBs de bancos médios, por exemplo. Alguns players defendem que haja um "disclosure" da remuneração dos agentes, a exemplo do que a CVM está fazendo com valores mobiliários, além de uma curadoria mais completa dos produtos, acompanhamento de crédito e alertas aos investidores em caso de deterioração.

Há discussões para que seja estabelecido um teto, impedindo que bancos de pequeno e médio porte concentrem mais de 30% da distribuição de passivos em uma única plataforma. "Alguns participantes defendem que esse teto seja de 50%, mas acho que vai ficar em 30% mesmo. Óbvio que deve haver um período de transição, talvez de cinco anos, para que todos se adequem", afirma um executivo a par das discussões. Outra fonte acredita que o BC tende a não adotar imediatamente essa sugestão e que, se o fizer, não estabeleceria um limite de concentração por instituição, mas poderia definir um percentual máximo a ser distribuído por canais de terceiros (ou seja, não na própria base).

Gustavo Loyola, que comandava o BC quando o FGC foi criado, diz que mudanças são necessárias, com vista a adequar as regras à realidade atual do mercado financeiro. "Sem dúvida, o crescimento da captação com garantia do FGC por meio das plataformas digitais foi uma grande transformação. Mas há outros motivos, como a necessidade de abrir espaço na governança do FGC para as pequenas e médias instituições, a necessidade de dar ao FGC acesso mais aberto às informações coletadas pela supervisão do BC, já que o FGC não tem esse mandato, entre outros."

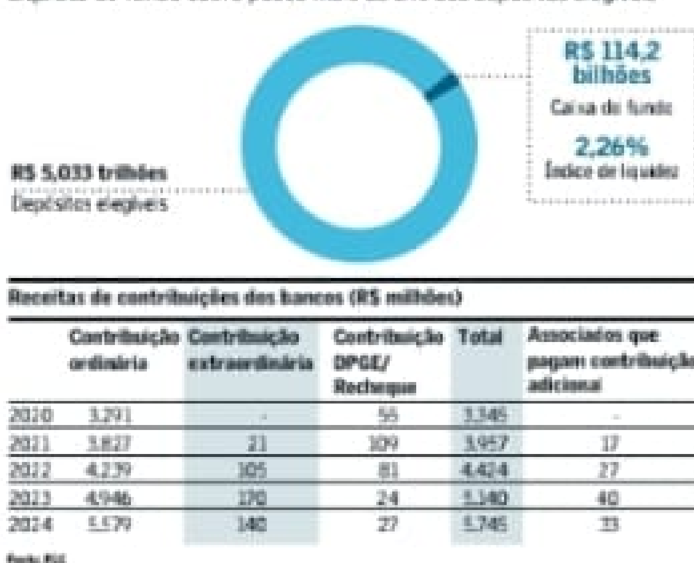
Segundo ele, o objetivo maior das mudanças deve ser evitar o "moral hazard", ou seja, que instituições menores assumam mais risco só por conta da proteção do FGC, mas com o cuidado de o fundo não se tornar um obstáculo à captação, no varejo, dessas instituições. "Sou contrário à estatização. O FGC deve continuar sendo privado, mas, em situações de risco sistêmico, o BC pode ser autorizado a adiantar recursos ao fundo, para reembolso futuro", diz.

A governança do FGC também deve passar por alterações. Segundo o **Valor** apurou, já foi aprovado um aumento no número de membros do conselho consultivo, de seis para oito. Esse órgão auxilia o conselho de administração em ideias, sugestões e propostas para a formulação de políticas, diretrizes e estratégias de atuação do FGC; operações e negócios nos quais o FGC participe e que necessitem de avaliação em termos de repercussão sobre o mercado financeiro; e outras matérias que possam repercutir sobre a solidez e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Há a expectativa de que um dos novos assentos seja ocupado pelo Nubank e o outro, pelo Daycoval. Uma assembleia para eleger os integrantes do colegiado deveria ter sido realizada em abril, mas acabou atrasando. A expectativa é que ela ocorra em breve. "O mercado financeiro cresceu muito nos últimos anos e, quanto mais diversidade no conselho, melhor", aponta um representante de um banco de médio porte.

Procurado, o FGC não comentou.

FGC
Liquidez do fundo cobre pouco mais de 2% dos depósitos elegíveis



Receitas de contribuições dos bancos (R$ milhões)

	Contribuição ordinária	Contribuição extraordinária	Contribuição DPGE/ Recheque	Total	Associados que pagam contribuição adicional
2020	3.291	-	55	3.346	-
2021	3.827	21	109	3.957	17
2022	4.239	105	81	4.424	27
2023	4.946	170	24	5.140	40
2024	5.579	140	27	5.746	33

Fonte: FGC

Destaques

BC e Banco Master

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, terá reunião com o presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro, e com o CEO, Augusto Ferreira Lima, hoje às 9h, em Brasília. O **Valor** mostrou que o acordo entre o Banco de Brasília (BRB) para compra de parte do Master, que está em análise pelo Banco Central, pode sofrer ajustes antes da avaliação final do regulador. O **Valor** apurou que teriam surgido possíveis deficiências em trechos do balanço do Master. Na semana passada, Galípolo disse que o BC seguia demandando mais informações para fazer a avaliação da operação. ***(Gabriel Shinohara)***

Caixa e BB no Drex

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil conseguiram fazer a simulação de uma venda de imóvel "tokenizado" no piloto do Drex, o real digital. No caso, foi simulada uma situação em que um cliente hipotético da Caixa adquire um imóvel de um vendedor cujo financiamento estava no BB. A partir daí, foi feita a transferência da alienação do imóvel para a Caixa, quitado o financiamento, repassados os valores ao vendedor e o saldo remanescente foi financiado para o comprador em sua carteira na Caixa. Em todos os passos, a transmissão da escritura foi feita de forma digital na rede em que o Drex está sendo construído. ***(Ricardo Bomfim)***

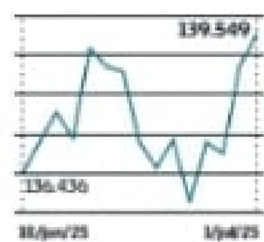
Portabilidade de cartão

Há um ano entrou em vigor a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que permite a portabilidade de dívidas do cartão de crédito (parcelamento e rotativo). A medida foi instituída para facilitar a migração de débitos entre instituições financeiras, sem custos ao cliente, em busca de melhores condições, como juros mais baixos ou prazos maiores. Apesar do potencial, a adesão ainda é irrisória. O Banco Central não divulga dados específicos sobre a portabilidade de dívidas do cartão, que estão incluídas na categoria "demais modalidades". Mas entre julho do ano passado e abril de 2025, essa categoria teve apenas 70 pedidos, dos quais somente 25 foram efetivados. ***(Laís Godinho)***

Eufrázio

Finanças

Ibovespa
Em pontos



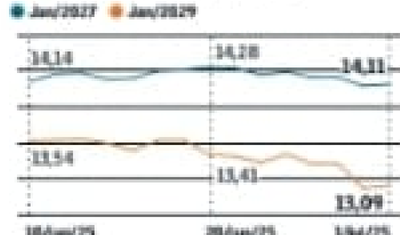
Alta de **0,50%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

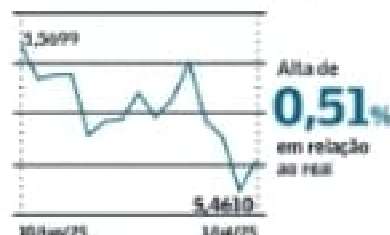
Bolsas internacionais
Variações no dia 1/jul/25 - em %

Dow Jones	0,91
S&P 500	-0,11
Euronext 100	-0,24
DAX	-0,99
CAC-40	-0,04
Nikkei-225	-1,24
SSE Composite	0,39

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

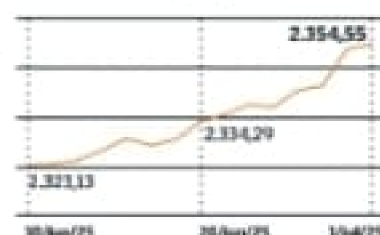


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,51%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Em Nova York, Nasdaq recuou 0,82% com a queda nos preços das ações de tecnologia

Ibovespa avança e destoa de ativos locais

Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Artur Scaff, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Na contramão do enfraquecimento do real frente ao dólar e da alta dos juros futuros durante boa parte da sessão, o Ibovespa destoou ontem e recuperou os 139 mil pontos. O índice engatou a segunda alta seguida, ao avançar 0,50%, aos 139.549 pontos, em um dia marcado pela liquidez reduzida no mercado acionário local.

Já o dólar à vista registrou valorização de 0,51%, negociado a R$ 5,4610, enquanto os juros futuros se dividiram entre quedas e avanços moderados ao fim do pregão, após subir ao longo de boa parte do dia. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 caiu de 14,93%, do ajuste anterior, para 14,915%; a do DI de janeiro de 2027 subiu de 14,09% para 14,105%; a do DI de janeiro de 2029 teve leve alta de 13,07% a 13,08%; e a do DI de janeiro de 2031 recuou 13,185% para 13,16%.

Sem grandes gatilhos, participantes do mercado destacam que ajustes de carteira no início do segundo semestre podem ter ajudado a elevar os ganhos do Ibovespa na sessão de ontem. Profissionais também citaram que o movimento de rotação para ações de valor em detrimento de papéis de crescimento, como os de tecnologia, nos Estados Unidos, pode ter favorecido o índice brasileiro. Não à toa, ações como Vale e Petrobras terminaram o dia com ganhos.

Os papéis PN da estatal subiram 0,35%, ao passo que os ordinários da Vale tiveram alta de 1,35%.

Embora as ações brasileiras tenham ficado para trás em junho em comparação ao mercado acionário americano, que renovou suas máximas históricas, o Brasil deve permanecer no centro das atenções, aponta a equipe de estratégia de ações da XP.

Em relatório, os profissionais da XP, liderados por Fernando Ferreira, disseram que o mercado brasileiro continuará em destaque, impulsionado pela proximidade do fim do ciclo de aperto monetário, além de um "valuation" atrativo e fundamentos microeconômicos sólidos.

A equipe da corretora também cita os ganhos que podem ser obtidos com a chegada do "trade eleitoral", com a eleição de 2026 no horizonte, sem contar o maior tamanho, liquidez e profundidade do mercado local em relação a outros países da região. Segundo a casa, os setores mais beneficiados nesse cenário tendem a ser o de varejo e o de instituições financeiras.

Ontem, a alta de ações de bancos ajudaram a elevar os ganhos do Ibovespa, que não espelhou o movimento misto adotado pelos principais índices americanos na sessão. Falas do presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, em Sintra, somadas a dados de atividade mais fortes do que o esperado nos EUA levaram investidores a rever parte das apostas sobre o início do ciclo de afrouxamento monetário dos Estados Unidos, o que se traduziu em um avanço do rendimento dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) curtos.

A alta nas taxas levou as principais bolsas de Nova York a fechar sem direção única, mas deu suporte para que o dólar para revertesse parte das perdas registradas ao longo da manhã de ontem.

O índice Dow Jones da bolsa de Nova York fechou em alta de 0,91%. Já o S&P 500 terminou com perda de 0,11%; e o Nasdaq mostrou desvalorização de 0,82%, potencializada pelo movimento de rotação de investidores de ações de grandes companhias de tecnologia para outros setores, como papéis de valor, no primeiro pregão do segundo semestre.

No início da noite, o rendimento da T-note de 2 anos subia para 3,781%, de 3,723% no fechamento anterior, enquanto os juros do título de 10 anos avançavam para 4,245%, ante 4,228% na última sessão. No mesmo horário, o índice DXY caía 0,11%, aos 96,67 pontos.

0,50%
foi a alta do Ibovespa registrada na sessão de ontem

Em Sintra, Powell reiterou a cautela e a dependência de dados para condução da política monetária. "Decidimos esperar enquanto a economia dos Estados Unidos está em boa posição. A coisa mais prudente a se fazer é esperar e ver quais serão os efeitos [das tarifas na inflação]", disse. O presidente também afirmou que não se comprometerá em indicar uma reunião para o início dos cortes.

As falas de Powell vão na contramão de outros dirigentes, como Michelle Bowman e Christopher Waller, que têm se mostrado mais abertos a reduções de juros, caso a inflação siga dentro do esperado.

Os economistas do Deutsche Bank notam que, apesar do grau incomum de divisão entre as autoridades do Fed, o tom das comunicações da autarquia sugere que a primeira chance de corte de juros deve ser em setembro, exceto por um enfraquecimento inesperado nos dados do mercado de trabalho de curto prazo.

Números de abertura de vagas acima do esperado no relatório Jolts, nos EUA, pressionaram a moeda brasileira ontem. O movimento foi potencializado por ajustes de posições provocadas por uma realização de lucros. Apenas nos últimos 30 dias, o dólar exibe queda de 4,49% frente ao real.

O economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, porém, vê chance de apreciação até R$ 5,33 em meados de agosto. "Nossos modelos de curto prazo apontam que o ritmo de valorização do real deve diminuir, mas a apreciação segue sendo a tendência pelos próximos dois ou três meses."

Já no cenário local, o destaque do dia foi a decisão do governo de judicializar a derrubada do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Dúvidas em torno da área fiscal ainda podem afetar o prêmio de risco na curva.

Isso não deve, no entanto, alterar a desaceleração paulatina da atividade, de acordo com a carta mensal da Kinea Investimentos. Para os profissionais, a perda de força da economia será acompanhado por uma inflação sob controle e uma dinâmica cambial mais favorável, o que abrirá espaço para a Selic cair entre o fim deste ano e o começo de 2026.

O mundo está em transformação; o mercado dos Estados Unidos, não

Análise

Ruchir Sharma
Financial Times

De repente, virou moda falar do fim da era do "excepcionalismo americano", diante das políticas de Donald Trump, da queda do dólar e do fato de que, até agora neste ano, o mercado de ações dos Estados Unidos tem ficado atrás de seus concorrentes internacionais pela maior margem desde 1987.

A surpresa, no entanto, é que, apesar dos choques vindos de Washington e do Oriente Médio, as ações americanas continuam subindo. E o mesmo acontece com os preços dos títulos do governo americano, apesar do déficit explosivo do país. O desempenho dos mercados está menos excepcional não porque os Estados Unidos estejam em queda, e sim porque o resto do mundo está em ascensão.

Muitos classificam essa resiliência como um otimismo irracional e afirmam que em breve as ações americanas sucumbirão ao "ciclo de pessimismo" de 2025. Mas, pela minha experiência, quando há uma distância tão grande entre o que os analistas dizem e o que os mercados indicam, geralmente é o mercado que está mais correto. Portanto, vale a pena tentar entender o que os mercados podem estar percebendo.

As ações dos Estados Unidos parecem estar flutuando a preços historicamente altos, com dados que continuam mostrando que as políticas de Trump ainda não impactaram a inflação ou o crescimento econômico de forma significativa. O grande temor era que suas tarifas, em constante mudança, aumentassem a inflação e reduzissem o crescimento. Em vez disso, a inflação tem se mantido abaixo do esperado, e o crescimento, acima das previsões do mercado. A arrecadação com tarifas começa a aparecer nos cofres do Tesouro, mas não muito nos preços ao consumidor, por razões um tanto misteriosas: estarão os fornecedores estrangeiros absorvendo os custos, ou talvez, as empresas americanas esgotando os estoques existentes?

Apesar dos choques vindos de Washington e do Oriente Médio, as ações de empresas americanas continuam subindo

De uma forma ou de outra, as empresas americanas ainda não sofreram um baque significativo nos lucros. A maioria dos analistas ainda prevê uma desaceleração do crescimento dos lucros (para menos de 8%), uma alta da inflação (para cerca de 3%) e uma queda no crescimento do PIB (para cerca de 1,5%) no segundo semestre deste ano. Mas o mercado também tem ignorado essas projeções.

As empresas dos Estados Unidos estão recomprando suas próprias ações a um ritmo quase recorde de US$ 4 bilhões por dia. Os pequenos investidores americanos estão investindo pesadamente, comprando com uma agressividade incomum neste ano. Cerca de metade da riqueza das famílias americanas está agora investida em ações — quebrando o recorde estabelecido durante a bolha pontocom de 2000. Embora os pequenos investidores frequentemente sejam considerados "dinheiro burro", sua confiança tem sido recompensada até aqui. À velha máxima "nunca aposte contra o consumidor americano", talvez seja preciso acrescentar uma nova: "nunca aposte contra o pequeno investidor americano".

Enquanto isso, os investidores estrangeiros não estão saindo de forma significativa de ações ou títulos americanos, apesar da ameaça de novos impostos sobre as remessas e os investimentos estrangeiros, as deportações e outros fatores. Isso está começando a parecer um casamento que sobrevive na inércia e no medo do que pode vir com as mudanças.

Assim como nas fases anteriores de mercados em baixa, incluindo a dos anos 2000, a queda do dólar nos últimos meses tem sido vista como um ajuste ordenado após um longo período de valorização excessiva — e não como um sinal de que os Estados Unidos estão tendo problemas para financiar seus grandes déficits.

Se tivesse ficado claro no ano passado que, em vez de cair como esperado, os déficits dos Estados Unidos continuariam a subir em direção a um novo pico — possivelmente perto de 7% do PIB —, a maioria dos analistas teria previsto um colapso do mercado de títulos. Em vez disso, a resposta foi discreta, com os rendimentos dos bônus caindo ligeiramente neste ano.

Quando há grande distância entre o que analistas dizem e o que o mercado indica, em geral é o mercado que está mais correto

Para a maioria dos observadores, a presidência de Trump trouxe uma turbulência antes inimaginável, ameaçando até mesmo alterar a própria ideia dos Estados Unidos e seu papel no mundo. Mas os mercados de ações estão se comportando como se nada tivesse mudado. As mesmas tendências internas que dominaram o cenário no ano passado continuam em ação.

A mania da inteligência artificial (IA) atingiu novos patamares, com uma cesta de ações desse segmento liderada pelos Estados Unidos atingindo máximas históricas. A narrativa surgida no começo do ano, de que os Estados Unidos estariam perdendo a dianteira para rivais chinesas como a DeepSeek, perdeu força e os analistas voltaram a destacar as ações americanas. Os americanos parecem estar adotando a IA mais rapidamente do que adotaram tecnologias digitais do passado, incluindo a própria internet. As empresas americanas estão implementando essas ferramentas com mais agilidade do que suas concorrentes estrangeiras — até mesmo as chinesas. Das dez maiores plataformas de IA do mundo em número de usuários, oito são americanas, lideradas pelo ChatGPT.

As cinco maiores empresas de tecnologia dos Estados Unidos continuam dominando e ainda respondem por cerca de 30% do valor do mercado de ações americano. Enquanto isso, ações de empresas de pequena e média capitalização de mercado continuam atrás — como já ocorre há anos —, mesmo sob um presidente que prometeu apoiar justamente esse segmento.

Para os otimistas do mercado, a IA promete um milagre de produtividade capaz de impulsionar o crescimento econômico dos Estados Unidos e salvá-los de déficits e dívidas crescentes. Eles preferem mirar esse futuro promissor em vez das previsões de dificuldades econômicas esperadas no fim do ano.

No entanto, há três caminhos pelos quais esse entusiasmo pode desmoronar: o discurso em torno da IA pode mudar novamente, já que as empresas estão investindo centenas de bilhões de dólares em infraestrutura de IA sem saber ao certo quem lucrará com isso, ou quando. Economistas podem, de forma atípica, acertar mais do que o mercado ao prever os riscos reais de crescimento mais fraco e inflação mais alta causados pelas tarifas. Ou os investidores podem acabar percebendo que a força aparente dos consumidores e das empresas dos Estados Unidos é uma miragem — o outro lado do déficit público gigantesco e crescente do país.

Até que um desses cenários se concretize, os mercados americanos provavelmente continuarão ignorando o ciclo de pessimismo — e alimentando a crença de Trump de que ele está vencendo.

Ruchir Sharma é presidente da Rockefeller International. Seu livro mais recente é "What Went Wrong With Capitalism"



Campos Neto chega ao Nubank com missão de apoiar expansão global

Campos Neto começa no Nubank seis meses após deixar o BC

Álvaro Campos
De São Paulo

Roberto Campos Neto, que deixou a presidência do Banco Central (BC) em 31 de dezembro de 2024, começou ontem a trabalhar no Nubank, passado o período obrigatório de quarentena. Ele vai ocupar o cargo de vice-presidente e chefe global de políticas públicas, além de ter um assento no conselho de administração.

Desde que deixou o BC, havia especulações de que Campos Neto poderia ter algum tipo de papel em uma fintech. À frente do BC, Campos Neto deu impulso à agenda de inovação iniciada pelo antecessor, Ilan Goldfajn. Sempre demonstrou interesse pela tecnologia e participou de discussões globais sobre temas como moedas digitais de bancos centrais.

Reportando-se diretamente a David Vélez, fundador e CEO do Nubank, o banco diz que o executivo apoiará o programa de expansão internacional e o relacionamento com reguladores financeiros globais, além de representar a instituição em fóruns e conselhos internacionais e elevar a análise econômica e de risco para as operações do Nubank no Brasil e na América Latina.

O anúncio da contratação de Campos Neto pelo Nubank, em maio, gerou polêmica no mercado, pois não é comum um ex-presidente do BC ir direto trabalhar para a iniciativa privada, atuando em um banco que poucos meses antes supervisionava e possuindo amplo conhecimento da atuação dos rivais.

Goldfajn e Alexandre Tombini foram para organismos multilaterais. Henrique Meirelles passou pela Autoridade Pública Olímpica antes de enveredar pela política. Arminio Fraga e Gustavo Franco criaram as próprias gestoras.

A movimentação de Campos Neto também gerou um desconforto no setor financeiro. Segundo relatos, logo após deixar o BC, ele fez campanha para que Ana Carla Abrão fosse eleita como CEO da associação do open finance. O problema é que ela foi indicada pela Zetta, que é presidida pelo Nubank, e quando foi anunciado que Campos Neto iria para o banco, alguns participantes que trocaram de voto em função da sua campanha se sentiram traídos. A questão mostra os questionamentos que Campos Neto terá de enfrentar ao se transferir tão rapidamente do cargo de supervisor para de supervisionado. Procurado, Campos Neto não quis comentar.

Eufrázio

Política monetária Em Sintra, presidente do banco central americano afirmou que segue focado no trabalho, apesar de pressão política

Fed já teria reduzido os juros se não fossem as tarifas, diz Powell


Presidente do Fed, Jerome Powell, foi aplaudido em painel ao refutar pressão de ataques de Donald Trump

Artur Scaff e Luana Reis
De São Paulo

Os principais dirigentes de bancos centrais do mundo se reuniram ontem e defenderam uma postura mais cautelosa na condução da política monetária. Embora cada economia tenha suas particularidades e estejam com a política de juros em dinâmicas bastante diferentes, a percepção de que o ambiente atual exige maior prudência foi defendida ontem pelos presidentes do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell; do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde; do Banco do Japão (BoJ), Kazuo Ueda; do Banco da Inglaterra (BoE), Andrew Bailey; e do Banco da Coreia (BoK), Rhee Chang Yong.

As declarações que mais repercutiram nos preços dos ativos vieram de Powell. Assim como na semana passada, quando foi sabatinado no Capitólio, o dirigente afirmou que, se não fosse pelos efeitos econômicos gerados pelas tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o Fed provavelmente já teria retomado o ciclo de redução nos juros. "Se você ignorar as tarifas por um segundo, a inflação está se comportando exatamente como esperávamos e tínhamos esperanças de acontecer."

"Nós ainda não vimos muitos efeitos das tarifas, mas não esperávamos que elas se manifestassem neste momento", disse o presidente do Fed. "Estamos esperando inflação um pouco maior no verão [no Hemisfério Norte], mas ela pode aumentar ou diminuir mais rápido que o previsto. Ela pode vir mais tarde ou mais cedo do que esperávamos", destacou.

Ao ser questionado durante o painel se o Fed já teria cortado os juros caso não fossem as tarifas, Powell afirmou que a premissa da pergunta estava correta. "Nós não reagimos. Nós decidimos esperar enquanto a economia dos EUA está em boa posição. A coisa mais prudente a se fazer é esperar e ver quais serão os efeitos", enfatizou o dirigente. Ele também foi questionado sobre a possibilidade de uma redução nos juros já em julho, como alguns membros do Fed têm defendido, e disse que quaisquer reduções nos juros dependerão dos dados. "Eu não tiraria nenhuma reunião de consideração, mas também não colocaria nenhuma."

Powell esteve ao lado de outros quatro banqueiros centrais no fórum anual do BCE realizado em Sintra, Portugal. Embora as economias vivam momentos distintos no momento, a sensação de uma incerteza ainda bastante elevada no ambiente econômico esteve presente nos discursos de todos os dirigentes. Enquanto o Fed tem mantido os juros parados e mostrado alguma divisão entre os dirigentes sobre a retomada da flexibilização monetária, o BCE tem mostrado divergência interna sobre continuar a cortar os juros ou fazer uma pausa. No BoE, a redução na taxa básica de juros tem sido feita lentamente e com muitas divisões no comitê, enquanto o BoJ luta para apertar ainda mais os juros.

O presidente do Fed foi questionado ainda sobre fatores políticos, ao ser perguntado se os ataques feitos por Trump dificultam seu trabalho. O dirigente disse estar "focado" em fazer o seu trabalho, o que lhe garantiu aplausos da plateia durante o painel. "O que importa é usar nossas ferramentas para atingir as metas que o Congresso nos deu: pleno emprego, estabilidade de preços e estabilidade financeira. É nisso que nos concentramos, 100%."

> "Neste ponto, estamos bem equipados para navegarmos as águas tormentosas que antecipamos"
> *Christine Lagarde*

Enquanto o Fed tem postergado os cortes nos juros, o BoJ tem atuado de forma contrária, ao segurar novos aumentos nos juros, na medida em que Kazuo Ueda avaliou que a inflação subjacente no país ainda não está de forma sustentada na meta de 2%. O dirigente, inclusive, afirmou que os juros estão, no momento, abaixo do nível neutro — aquele que não estimula nem contrai a economia —, mas advertiu sobre o uso da taxa neutra em um cenário que ele classificou como sendo de "céu nublado".

"A inflação está acima de 2%. A inflação subjacente está abaixo de 2%. Quero que ambas convirjam para 2% até o momento em que eu deixar o cargo", disse Ueda durante o painel. No momento, a taxa de depósito está em 0,5% ao ano no Japão e membros do comitê do BoJ têm reiterado não ter pressa para normalizar a política monetária.

Enquanto no BoJ há alguma união no curto prazo entre os dirigentes, no BCE há divergências sobre a condução dos juros no curtíssimo prazo, com alguns membros do conselho advogando por uma pausa no ciclo, enquanto outros têm defendido a continuidade da redução nas taxas de juros. No painel, Christine Lagarde voltou a adotar um tom vigilante em suas falas, saudou o fato de o BCE ter atingido a meta de inflação de 2%, mas ressaltou que o trabalho da autarquia não está completo.

"Neste ponto, nós estamos bem equipados para navegarmos as águas tormentosas que antecipamos", afirmou a dirigente. Lagarde inclusive reiterou que o BCE está determinado a "continuar dependende dos dados para decidir a cada reunião". Além disso, a dirigente deu destaque ao apontamento que está presente na comunicação do BCE há algumas reuniões de que não há um comprometimento com nenhum direcionamento específico para as taxas de juros.

No caso do BoE, que tem apresentado divisões internas de forma bastante intensa nas decisões, o presidente Andrew Bailey indicou que "a direção das taxas de juros continua a ser de queda", no momento em que a economia tem dado sinais de enfraquecimento, especialmente no mercado de trabalho. "É preciso ver a transmissão dessa fraqueza [na atividade e no mercado de trabalho] para os preços", enfatizou o dirigente.

Bailey adotou um tom mais "hawkish" (duro) que os outros banqueiros centrais em seu discurso, ao dizer que a política monetária está restritiva no Reino Unido e que continuará dessa forma. Ele, porém, destacou que o nível de restrição diminuirá "a ponto considerado neutro" e que é necessário realizar esses movimentos levando em consideração o contexto inflacionário e de atividade econômica do país.

EDIÇÕES DE JUNHO/JULHO

DESCUBRA A BELEZA QUE TE RODEIA!





Acompanhe as principais tendências da moda, entenda o mundo da decoração como a chave para criar um lar que reflete sua personalidade e identifique o estilo que você mais se encaixa.

NAS BANCAS | NO SITE | NO APP Globo+

Eufrázio

Governança Bolsa recebeu votos de 152 empresas no quinto processo de revisão das regras do segmento de listagem

Companhias rejeitam todas as alterações no Novo Mercado

Nelson Rocco
De São Paulo

A B3 publicou ontem em seu site o resultado da votação das 25 propostas de alteração do regulamento do Novo Mercado, encerrada na segunda-feira (30). Segundo a bolsa, 152 companhias votaram. Do total, 74 se manifestaram contra todas as propostas, o que, pelas regras do segmento de listagem, rejeita as alterações, já que representam mais de um terço do total.

Segundo o site da B3, do total de votantes, oito companhias foram favoráveis a todas as alterações do regulamento do segmento que concentra as empresas com as regras mais rígidas de governança corporativa. Outras 70 companhias foram favoráveis a algumas propostas.

"É um dia triste para o mercado e para a governança corporativa, mas o momento pede reflexão sobre a mensagem enviada pelas companhias e seus conselheiros", disse Fábio Coelho, presidente da Amec, entidade que reúne acionistas minoritários, como gestores de fundos. "Sabíamos que seria uma votação difícil e que o placar seria apertado, mas os investidores não imaginavam ouvir essa mensagem tão forte de rejeição aos aperfeiçoamentos propostos."

Segundo Coelho, muitos pontos sugeridos pela B3 não geravam impactos financeiros e já eram consolidados em outros mercados. "Imaginávamos que a maioria dos itens seriam amplamente aceitos, mas não foi o caso."

"Acho que a gente perde uma oportunidade de modernizar este segmento da bolsa, que é pioneiro em práticas de governança, mas, de maneira geral, o nosso próprio mercado de capitais", afirmou Luiz Martha, diretor de conhecimento e impacto do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

"O segmento nasceu há 25 anos como um selo de confiança e qualidade das companhias que nele estavam listadas e, ao não continuar evoluindo, a gente corre o risco de comprometer a atratividade do próprio segmento", complementa o diretor do IBGC.

A quinta revisão do regulamento do Novo Mercado, criado em 2000, foi proposta em maio de 2024. Entre maio e novembro, foram realizadas duas rodadas de audiências públicas com as empresas do segmento, entidades e integrantes do mercado.

Após as sugestões, a B3 abriu em março uma audiência restrita, com a votação das propostas prevista para o final de abril. Atendendo demanda das empresas, a B3 prorrogou o prazo de votação para 30 de junho.

Segundo a B3, ao longo de todo o processo, a bolsa participou de mais de 60 reuniões com cerca de 120 empresas e recebeu 76 contribuições por escrito, enviadas por companhias, investidores, associações e especialistas do mercado.

Durante o processo de audiência restrita, a B3 se comprometeu a iniciar uma nova discussão com participantes do mercado e regulador acerca de temas processuais para deliberação de modificações no regulamento do Novo Mercado. Essa possibilidade acabou se tornando mais relevante para as companhias do que as 25 propostas de revisão, de acordo com comunicados com os votos das empresas, acompanhados pelo **Valor**.

STF valida apreensão sem decisão judicial em caso de inadimplência

Tiago Angelo
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou dispositivos que autorizam a busca e apreensão de bens, sem decisão judicial, em caso de inadimplência. A medida é prevista no novo Marco Legal das Garantias. O julgamento virtual terminou na segunda-feira (30).

A Corte permitiu a apreensão de veículos dados como garantia em alienação fiduciária — quando o bem é colocado como garantia de seu financiamento —, a execução de créditos garantidos por hipoteca e a execução de garantia imobiliária em concurso de credores.

O STF analisou três ações questionando o Marco Legal das Garantias. Venceu o voto do relator, ministro Dias Toffoli, que foi seguido por oito ministros.

Para Toffoli, a constitucionalidade de procedimentos extrajudiciais não exclui o controle posterior por via judicial. Ele também considerou que a execução, tal como prevista no Marco Legal das Garantias, depende de cláusula expressa em contrato.

"O devedor poderá acionar o Poder Judiciário para alegar eventual descumprimento das formalidades do procedimento extrajudicial ou caso haja desproporcionalidade no cumprimento das medidas desse procedimento", ponderou.

Toffoli disse que a apreensão extrajudicial não permite o ingresso forçado em domicílios, nem o uso de força, devendo ocorrer por meio administrativo.

Já a ministra Cármen Lúcia divergiu. Para ela, procedimentos extrajudiciais de busca e apreensão violam direitos constitucionais.

"As normas impugnadas, ao permitirem a busca, apreensão e alienação de bens de propriedade ou sob posse direta do devedor, por procedimento que tramita em serventia extrajudicial, sem submeter-se ao controle do Poder Judiciário, contrariaram a Constituição da República e, por isso, devem ser declaradas inconstitucionais", disse a ministra.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 01/07/25

[illegible]

Crédito

Taxas - em % no período

[illegible]

Juros externos

[illegible]

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

[illegible]

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 26/06/25

[illegible]

Custo do dinheiro

Em % no período

[illegible]

Mercado futuro

Em 01/07/25

[illegible]

Indicadores do mercado

Em 01/07/25

[illegible]

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

[illegible]

Captações de recursos no exterior

[illegible]

ADR - Índices

Em 01/07/25

[illegible]

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

[illegible]

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 01/07/25

[illegible]

Melhores e Piores do Ibovespa

Desempenho das ações em 01/07/25

[illegible]

Reservas internacionais

Liquidez internacional *, em US$ milhões

[illegible]

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

[illegible]

Câmbio

Em 01/07/25

[illegible]

Bolsas de valores internacionais

[illegible]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA USP
AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2025 - IOUSP
PROCESSO Nº: 25.8.000[illegible]/2024-23

O Instituto Oceanográfico da USP torna público aos interessados que, após suspensão do Pregão devido à necessidade de retificação do Edital, reabrimos para divulgação a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 07/2025 - IOUSP, do tipo menor preço, cujo objeto é PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA E FORNECIMENTO DE SPOTS DE ILUMINAÇÃO PARA O MUSEU OCEANOGRÁFICO, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos. A nova data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 02/07/2025 a partir das 08h00, estando a nova sessão de disputa agendada para o dia 14/07/2025 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - Compras.Gov" através do sítio https://www.gov.br/compras/pt-br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 02/07/2025, além da página do Compras.Gov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: [illegible] e [illegible]

Universidade de São Paulo
Instituto de Ciências Biomédicas da USP
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2025 - ICB/USP

PROCESSO SEI Nº 154.00003834/2025-16. O Instituto de Ciências Biomédicas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº: 08/2025 - ICB/USP, do tipo menor preço, cujo objeto é contratar NOTEBOOKS, MICROCOMPUTADORES, MOUSES E TECLADOS, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 03/07/2025 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 17/07/2025, às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 03/07/2025, além da página do Governo, citado anteriormente, nos seguintes endereços: [illegible], [illegible] e www.doe.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEAB
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - DERAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLOS: 22.844.726-9 e EDITAL: 9/2021

Programa: Trator, Implementos e Equipamentos Solidários - PTS
Objeto: As Empresas CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA. e COCAMAR MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. estão credenciadas para, em caráter privado, comercializar Tratores, Pulverizadores e Colhedoras Agrícolas, aos Produtores com propriedade agropecuária no Estado do Paraná.

A Comissão de Credenciamento, Resolução nº 43/2025.
Curitiba, 30 de junho de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 598/2025 SRP
PROTOCOLO Nº 22.538.716-8
OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual prestação de serviços contínuos nos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Estado do Paraná, para administração de benefício social, sendo na confecção e entrega de cartões físicos, no crédito de benefício aos beneficiários, na gestão dos créditos e atendimento aos beneficiários e gestores estaduais, no cadastramento e gestão da rede credenciada e demais especificações estabelecidas neste instrumento.
INTERESSADO: SEDEF
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 27 de junho de 2025.
SESSÃO PÚBLICA - DISPUTA: 18 de julho de 2025, às 10h.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp). Informações Complementares: Compras Paraná (www.administracao.pr.gov.br/Compras) e Portal da Transparência do Estado do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
Errata do Termo de Referência
Pregão Eletrônico 024/2025-EESC
Processo SEI: 154.00012789/2025-64
Objeto: Aquisição de CONDICIONADORES DE AR para a EESC/USP

Realizada a alteração dos itens 08, 23, 25 e 26, com a exclusão da palavra "inflável" do termo de referência, Anexo I, do Edital 09024/2025. Devido ao fato, o prazo para apresentação de proposta foi republicado, ficando a abertura da Sessão de Disputa para o Dia: 14/07/2025 às 09h00.
Continuam inalterados os demais itens do edital e seus anexos.
São Carlos, 01 de julho de 2025. Célia Regina Ventura Dibo, Agente de Contratação.

CLARO S.A.

CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47 - NIRE 35.300.145.801 - Companhia Fechada
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Junho de 2025

1. Data, Horário e Local: Realizada em 27 de junho de 2025, às 10:00 horas, na sede da Claro S.A. ("Companhia"), situada na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Nos termos do artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, a convocação da reunião foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: José Antônio Guaraldi Félix; e Secretário: Alberto de Orleans e Bragança. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a emissão e as características da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei nº 14.195"), e demais leis e regulamentações aplicáveis, no valor total de R$ 1.912.000.000,00 (um bilhão e novecentos e doze milhões de reais) ("Emissão", "Oferta Privada" e "Notas Comerciais"), por meio da celebração do "Termo de Emissão da 3ª (Terceira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Colocação Privada, da Claro S.A.", entre a Companhia, na qualidade de emitente das Notas Comerciais, e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"); (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, (a) a prática dos atos necessários à assinatura do Termo de Emissão e seus eventuais aditamentos, (b) a negociação das características e condições do Termo de Emissão e seus eventuais aditamentos e demais contratos relacionados à Oferta Privada, e (c) a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão; (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a contratar o assessor legal, o Agente Fiduciário, o escriturador e os demais prestadores de serviços necessários à Emissão; e (iv) ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar a Emissão de Notas Comerciais, para colocação privada, nos termos da Lei nº 14.195 e demais leis e regulamentações aplicáveis, com as seguintes características e condições, as quais constarão do Termo de Emissão: (a) Número da Emissão: As Notas Comerciais representam a 3ª (terceira) emissão de Notas Comerciais da Companhia; (b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 1.912.000.000,00 (um bilhão e novecentos e doze milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"); (c) Quantidade: Serão emitidas 1.912.000 (um milhão, novecentas e doze mil) Notas Comerciais; (d) Série: A Emissão será realizada em série única; (e) Valor Nominal Unitário: As Notas Comerciais terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) Colocação: As Notas Comerciais serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Notas Comerciais em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada, fora do ambiente da B3; (g) Forma e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato das Notas Comerciais emitido pelo Escriturador; (h) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização: As Notas Comerciais serão subscritas pelos Titulares das Notas Comerciais mediante assinatura do respectivo boletim de subscrição, nos termos do Anexo I do Termo de Emissão. As Notas Comerciais serão subscritas de forma privada e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, pelo Valor Nominal Unitário e em uma única data, qual seja, a data da primeira subscrição e integralização das Notas Comerciais ("Data da 1ª Integralização"). Caso qualquer Nota Comercial venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data da 1ª Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data da 1ª Integralização até a data de sua efetiva integralização; (i) Distribuição Primária: As Notas Comerciais não serão registradas para distribuição, negociação, custódia eletrônica ou liquidação em central depositária de títulos e valores mobiliários. As operações de compra e venda das Notas Comerciais e todos os eventos relacionados às Notas Comerciais serão processados diretamente pela Companhia e pelo Escriturador, não havendo negociação em mercado de balcão; (j) Negociação: Será vedada a negociação das Notas Comerciais em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada, fora do ambiente da B3; (k) Data da Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será a data a ser definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); (l) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data da 1ª Integralização ("Data de Início da Rentabilidade"); (m) Data de Vencimento: Observado o disposto no Termo de Emissão, o prazo das Notas Comerciais será de 1841 (mil, oitocentos e quarenta e um) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2030 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total decorrente da Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definida abaixo) das Notas Comerciais e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão; (n) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definida abaixo), da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida abaixo) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, será pago em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento; (o) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente; (p) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 0,65% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data da 1ª Integralização (inclusive) ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definida abaixo), da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida abaixo) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão; (q) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, da Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definida abaixo) ou da Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida abaixo), nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração das Notas Comerciais será paga em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento; (r) Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Notas Comerciais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão, serão efetuados pela Companhia por meio do Escriturador ou na sede da Companhia; (s) Repactuação Programada: As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada; (t) Resgate Antecipado Facultativo: Não haverá previsão de resgate antecipado facultativo para as Notas Comerciais; (u) Resgate Antecipado Obrigatório: Não haverá previsão de resgate antecipado obrigatório para as Notas Comerciais; (v) Oferta de Resgate Antecipado Total: A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, convocação para deliberar sobre a oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais (sendo vedada oferta de resgate antecipado parcial das Notas Comerciais), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais, endereçada aos Titulares das Notas Comerciais, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares das Notas Comerciais para deliberar sobre o prêmio de resgate antecipado e, consequentemente, aceitar o resgate antecipado total das Notas Comerciais, de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado Total"); (w) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, convocação para deliberar sobre a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais, sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, endereçada aos Titulares das Notas Comerciais, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares das Notas Comerciais para deliberar sobre o prêmio de amortização extraordinária facultativa e, consequentemente, aceitar a amortização extraordinária facultativa, de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa"); (x) Aquisição Facultativa: Não haverá a possibilidade de aquisição facultativa das Notas Comerciais no mercado secundário; (y) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para usos corporativos gerais da Companhia. Para fins do disposto neste item, entende-se como "Recursos Líquidos" o Valor Total da Emissão, excluídos os custos incorridos para a realização da Emissão; (z) Vencimento Antecipado: Na ocorrência de determinados eventos adversos, conforme será especificado e detalhado no Termo de Emissão, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto do Termo de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data da 1ª Integralização, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme definido no Termo de Emissão), na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e/ou de qualquer dos eventos previstos no Termo de Emissão (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"); (aa) Demais características e aprovação do Termo de Emissão: As demais características e condições da Emissão serão aquelas especificadas no Termo de Emissão. (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão ora aprovada, incluindo, mas sem limitação, (a) a prática dos atos necessários à assinatura do Termo de Emissão e seus eventuais aditamentos, (b) a negociação das características e condições do Termo de Emissão e seus eventuais aditamentos e demais contratos relacionados à Oferta Privada, e (c) a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão; (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar aditamento ao Termo de Emissão, após a integralização das Notas Comerciais, para prever o registro das Notas Comerciais junto à B3, podendo, para tanto, alterar todos os termos e condições do Termo de Emissão que se fizerem necessários; (iv) Autorizar a Diretoria da Companhia a contratar o assessor legal, o Agente Fiduciário, o escriturador e os demais prestadores de serviços necessários à Emissão, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos; e (v) Ratificar, em relação à Emissão e ao acima aprovado, todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria da Companhia até a presente data. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração e pelo Secretário, passando a constar do livro próprio. **Assinaturas:** (a) Mesa: José Antônio Guaraldi Félix, Presidente; Alberto de Orleans e Bragança, Secretário. (b) **Membros do Conselho de Administração:** Daniel Hajj Aboumrad, Carlos José García Moreno Elizondo, Alejandro Cantú Jiménez, Oscar Von Hauske Solís, Alberto de Orleans e Bragança, José Formoso Martínez e José Antônio Guaraldi Félix. São Paulo, 27 de junho de 2025. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Alberto de Orleans e Bragança - Secretário.

ECONÔMICO
Valor 25 ANOS | 100 ANOS DE GLOBO

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

Carteira Valor Viés conservador predomina nas indicações de analistas, que sugerem ainda prestadoras de serviços essenciais

Seleção de ações traz setor financeiro e exportadoras

Nathalia Larghi
De São Paulo

O Ibovespa fechou o primeiro semestre no azul, com forte participação de investidores estrangeiros. Com os "gringos" priorizando especialmente companhias de grande capitalização, as chamadas "blue chips", essas empresas também ficaram no radar dos analistas da Carteira Valor. Na primeira seleção do segundo semestre, a lista de ações favoritas continuou sendo formada por ações mais conservadoras, com grandes empresas do setor financeiro, exportadoras e prestadoras de serviços, as "utilities".

Os papéis do Itaú continuaram na liderança, mas desta vez o topo ficou dividido com as ações da Telefônica, que apareceram como uma novidade. Cada papel foi indicado por quatro corretoras. Os analistas da Ágora destacam que a Telefônica, também conhecida como Vivo, é a maior operadora de telefonia móvel do país, com 98 milhões de clientes, representando cerca de 39% do mercado. Segundo o time, após os resultados decepcionarem no quarto trimestre do ano passado, o balanço do primeiro trimestre deste ano foi "um alívio bem-vindo", com "receita, ebitda e lucro líquido mostrando tendências robustas".

Ainda do setor financeiro, permaneceram na lista BTG Pactual e Banco do Brasil, cada um com três indicações. O Bradesco também aparece na lista, apontado por duas casas. Como as ações do segmento bancário são consideradas sólidas e eficientes, que vão bem mesmo em cenários mais adversos, elas aparecem como uma opção menos arriscada de se expor à renda variável.

As utilities também são consideradas ações mais seguras. Isso porque elas prestam serviços considerados essenciais. Assim, têm uma receita mais perene, o que ajuda a diminuir a volatilidade de seus papéis. Além da Telefônica, os analistas apontaram as ações da companhia de energia Copel, que também surge como novidade para o mês com três indicações, e as da empresa de saneamento Sabesp, que volta a aparecer na lista apontada por duas corretoras.

Para os analistas da Ágora, a Copel é uma das principais recomendações no setor elétrico devido aos seus sólidos fundamentos, que "ainda não parecem totalmente precificados". O time relembra que em maio, a empresa publicou seus resultados do primeiro trimestre e anunciou sua nova política de estrutura de capital. Segundo os analistas, essa política permite que a companhia pague bons dividendos, o que tende a atrair mais investidores e impactar positivamente seus papéis.

Por fim, encerram a seleção exportadoras como a Prio, que segue na lista, e a Embraer, que não estava entre as indicadas de junho. Ambas foram apontadas por três casas. Essas empresas têm parte de sua receita vinda de vendas internacionais e, portanto, também costumam trazer uma função de proteção para a carteira dos investidores, já que mitigam riscos.

A Carteira Valor reúne as dez ações mais recomendadas pelas corretoras participantes. São sugeridos cinco papéis por instituição, de um total de 16, para a formação do ranking dos ativos mais indicados para o mês.

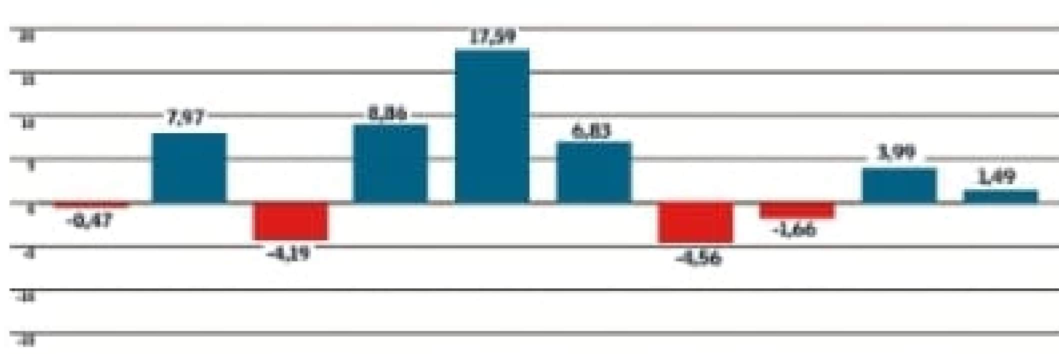
Se houver empate, prevalecem as ações com maior volume financeiro médio em bolsa nos últimos 90 dias úteis encerrados no fim de cada mês. O rendimento é calculado mensalmente com base na variação média simples dos papéis. As indicações não consideram pesos diferentes entre os ativos.

As corretoras que compõem a Carteira Valor são: Ágora, Andbank, Ativa, Banco Daycoval, BB Investimentos, Benndorf Research, CM Capital, Genial, Monte Bravo, Nova Futura, Planner, Safra, Santander, Terra Investimentos e XP Investimentos. O Pagbank deixou de contribuir no mês de junho por uma reestruturação da área.

A Carteira Valor subiu 0,27% em junho, ante uma alta de 1,33% do Ibovespa. No ano, a seleção tem alta de 6,17%, e o Ibovespa, 15,44%. Em 12 meses, a seleção acumula alta de 6,28% e o principal índice da bolsa sobe 12,06%.

Telefônica entrou na seleção com quatro indicações, dividindo o topo da lista com Itaú

Carteira Valor
Rentabilidade em junho para as ações indicadas em julho



	Itaú Unibanco PN (ITUB4)	Telefônica Brasil ON (VIVT3)	Banco do Brasil ON (BBAS3)	PetroRio ON (PRIO3)	Embraer ON (EMBR3)	BTGP Banco UNIT (BPAC11)	BB Seguridade ON (BBSE3)	Copel PNB (CPLE6)	Bradesco PN (BBDC4)	Sabesp ON (SBSP3)
Indicações	4	4	3	3	3	3	3	3	2	2

Desempenho em junho de 2025
Em %

	Variação %	Volume*
Itaú Unibanco PN (ITUB4)	-0,47	836,3
Sabesp ON (SBSP3)	1,49	364,2
Eletrobras ON (ELET3)	-4,15	340,0
BTGP Banco UNIT (BPAC11)	6,83	301,9
SLC Agrícola ON (SLCE3)	-5,40	50,2
Petrobras PN (PETR4)	4,30	1.401,2
Banco do Brasil ON (BBAS3)	-4,19	711,5
JBS ON (JBSS3)	-2,72	529,9
PetroRio ON (PRIO3)	8,86	441,0
Equatorial ON (EQTL3)	-1,88	280,7

Rentabilidade

Carteira Valor		Ibovespa	
0,27	Média no mês	1,33	No mês
6,17	Acumulada no ano**	15,44	No ano**
6,28	Acumulada em 12 meses**	12,06	Em 12 meses**

Instituições financeiras
Desempenho em junho de 2025 - em %

	Média mês	Acum. no ano***
Ágora Investimentos	2,36	24,85
Andbank	-0,13	26,84
Ativa Investimentos	2,69	27,66
Banco Daycoval	-0,07	3,21
BB Investimentos	0,15	13,09
Benndorf Research	9,60	10,61
CM Capital Corretora	5,43	21,42
Genial Investimentos	1,25	18,62
Monte Bravo	0,25	15,39
Nova Futura Investimentos	-3,15	6,92
Pagbank	2,57	18,01
Planner Corretora	-1,27	20,23
Safra Corretora	2,95	14,33
Santander Corretora	6,05	31,20
Terra Investimentos	-1,97	24,11
XP Investimentos	1,77	1,92

Fontes: Bancos, Corretoras e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Volume médio em R$ milhões no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 30/jun/25 ** Até junho *** Rentabilidade das carteiras sugeridas mês a mês. Proventos anunciados são acrescentados à rentabilidade histórica da(s) carteira(s) que possuem o ativo no exercício a que se refere o benefício. A Carteira Valor é formada pela média simples da avaliação dos 10 papéis mais indicados pelas instituições financeiras, entre as cinco ações apontadas por cada instituição. Em caso de empate, prevalecem as ações com volume médio maior, no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 30/jun/25. A Carteira Valor não é e não pode ser interpretada como indicação ou recomendação de investimento do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nessas informações. Quaisquer referências a rentabilidades passadas não significam de qualquer forma a garantia ou previsibilidade de rentabilidades futuras. As indicações de cada corretora não consideram diferentes pesos para cada papel. Para maiores informações, consulte as corretoras.

Valor investe.com
Confira as recomendações de cada corretora para a Carteira Valor
valor.globo.com/valor-data/carteira-valor/

Promessa de gestoras de 'salvar o mundo' com ESG foi erro, diz Aberdeen

Kenza Bryan e Emma Dunkley
Financial Times, de Londres



As gestoras de ativos cometeram um "erro enorme" ao afirmar que o setor de investimentos poderia "salvar o mundo" e ao exagerar seu papel em questões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) para fins de marketing. Essa é a avaliação de Douglas Flint, presidente do Aberdeen Group, do Reino Unido.

Flint, que está para deixar o cargo e foi presidente do HSBC, afirmou em uma conferência na City de Londres nesta semana que essas "alegações ridiculamente extravagantes" deixaram as gestoras de ativos expostas a riscos legais.

As afirmações mais grandiosas foram motivadas por uma mentalidade de "nosso foco, na verdade, não é sobre investir, somos apenas bons sujeitos e estamos salvando o mundo", segundo Flint.

"Nosso setor, então, cometeu uma espécie de erro enorme, isso virou uma questão de marketing: vamos dizer a todos que estamos salvando o mundo, estamos salvando o planeta." Flint acrescentou que os advogados americanos "fizeram a festa" com essas declarações excessivamente genéricas.

As maiores gestoras de ativos do mundo têm sofrido ataques a respeito de suas estratégias ESG desde a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA. Procuradores-gerais de vários Estados republicanos entraram na Justiça contra elas, com acusações de conluio e de excluir empresas de combustíveis fósseis de forma desleal.

Em junho, a BlackRock pediu o indeferimento de ação judicial movida pelo Texas e outros Estados comandados por republicanos, que alegava que gestoras conspiraram para suprimir a produção de carvão ao retirar capital.

Ao lado da Vanguard, a BlackRock é uma das empresas de peso da área de investimentos que abandonaram a iniciativa voluntária Net Zero Asset Managers, da qual a Aberdeen também era signatária. O grupo, lançado em 2020, se descrevia como comprometido com "a meta de emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 ou antes". Ele suspendeu suas atividades em janeiro deste ano, uma semana antes da posse de Trump.

Flint também aplaudiu o que descreveu como a "eliminação" de siglas que faziam referência a ESG e a diversidade e inclusão, "que estão em todos os mecanismos de busca para um advogado especializado em litígios nos EUA".

Como contraponto, na semana passada o executivo-chefe do Standard Chartered, Bill Winters, destacou a prática de "greenhushing" — algo como "silêncio verde" em inglês, que se refere a não divulgar metas e ações ESG. Em evento da London Climate Action Week, Winters disse se sentir envergonhado por "não ser nem de longe tão ativo nesse ambiente como era em épocas anteriores", quando isso era mais "aceitável politicamente".

"Nas carteiras, tentamos escolher empresas que estão dando os passos mais eficazes no sentido da transição"
Douglas Flint

Fundos de pensão e investidores institucionais com perspectiva de longo prazo continuam a incentivar gestoras a se concentrar em seu dever fiduciário e nos riscos financeiros decorrentes de fenômenos climáticos extremos.

Ativistas também têm pressionado a Aberdeen a cortar investimentos em petróleo e gás, inclusive com um videogame em que a ridicularizam. Enviado aos funcionários, o videogame foi banido dos servidores da empresa.

Em seu site, a Aberdeen afirma que continua "comprometida em ajudar a combater as mudanças climáticas" para seus clientes, acionistas e "gerações futuras".

De acordo com Flint, hoje as gestoras enquadram questões ambientais de "modo muito mais racional", como uma escolha entre estratégias de investimento de curto ou longo prazo. "Nas carteiras que manejamos, tentamos escolher empresas que estão dando os passos mais eficazes no sentido da transição", disse. "Mas são nossos clientes que determinam as áreas e o ritmo em que avançamos."

Cathy Shepherd, chefe mundial do Citigroup na área de transição do setor de corporate banking para energia limpa, também disse ao público da London City Week que os investimentos ESG sofreram por serem vistos como "uma ideia ligada a moralidade e não aos negócios".

"Acredito que precisamos realmente mudar isso... é um assunto que precisa dizer respeito a desempenho empresarial."

Adaptação à 175: indústria mais madura e preparada

Palavra do gestor



Pedro Rudge

A adaptação da indústria de fundos à Resolução CVM 175 foi concluída em 30 de junho, consolidando o que muitos no mercado já chamam de "Revolução 175". O apelido não é exagerado: ele reflete com precisão a profundidade e o alcance das transformações promovidas pela norma. Mais do que uma atualização regulatória, trata-se de uma reestruturação abrangente que moderniza, amplia a transparência e fortalece a governança dos fundos de investimento, solidificando as bases para um crescimento sustentável e competitivo do setor.

Nada disso teria sido possível sem o esforço conjunto de diversos agentes de mercado. Afinal, estamos falando de uma indústria com mais de 30 mil fundos e mais de R$ 9 trilhões em patrimônio líquido. Ao longo desses dois anos de transição, a CVM sempre se mostrou aberta a dialogar com gestores, administradores, distribuidores e entidades como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), permitindo a construção de uma norma que reflete a maturidade da indústria e responde às necessidades dos investidores.

E é com esse alicerce construído a muitas mãos que a Resolução 175 traz inovações que abrem um novo horizonte para a indústria de fundos. Ao ampliar o acesso do investidor de varejo a estratégias mais sofisticadas — como fundos com 100% de exposição internacional e FIDCs —, a norma promove um avanço concreto na democratização desses produtos. Hoje, o percentual de fundos com possibilidade de investir no exterior já supera 60%.

Essas flexibilizações vieram acompanhadas de novas responsabilidades. A Resolução 175 reposiciona o gestor como um prestador de serviço essencial, em pé de igualdade com o administrador. Essa equiparação demanda uma mudança de postura, exigindo mais diálogo e alinhamento entre esses participantes. A norma também deixou a cargo do gestor a contratação dos distribuidores, requerendo, assim, que ele verifique se esses agentes têm condições mínimas de atuar — uma medida que reforça a diligência na cadeia de prestadores de serviços de fundos.

Outro ponto de destaque é o reforço à proteção do investidor. A introdução da responsabilidade limitada do cotista, trazida pela Lei da Liberdade Econômica, foi adotada por mais de 70% dos fundos adaptados. Ela garante que, mesmo em cenários extremos, como perdas que superem o patrimônio do fundo, o investidor não será chamado a aportar recursos adicionais. Trata-se de um marco relevante em termos de segurança jurídica e previsibilidade.

A norma também trouxe instrumentos importantes para a gestão de riscos, como o mecanismo de "side pocket", já usado em mercados internacionais. Em situações de estresse de liquidez, ele permite a segregação dos ativos problemáticos em uma carteira apartada, evitando o fechamento completo do fundo para resgates e protegendo os cotistas.

A transparência também avançou. A partir de agora, as taxas de administração, gestão e distribuição de todos os fundos devem ser divulgadas de forma clara e segregada, seja no regulamento ou em um sumário disponível no site do gestor. Essa visibilidade permitirá ao investidor tomar decisões mais conscientes e informadas. Para contribuir ainda mais com esse avanço, a Anbima está desenvolvendo uma plataforma que reunirá as informações sobre as taxas dos fundos, facilitando a comparação pelos investidores.

Por fim, a criação de classes e subclasses nos fundos — ainda em fase inicial de adoção — representa uma inovação promissora. Ultrapassada a fase de adaptação dos regulamentos e com os principais requisitos da norma já implementados, a expectativa é que os gestores passem agora para uma etapa de otimização das estruturas e adoção das flexibilidades disponíveis, para gerar mais eficiência operacional e atratividade para suas estratégias de investimento. Isso, no fim do dia, deve se traduzir em menores custos e melhores produtos para o investidor.

A jornada até aqui foi desafiadora, e todos os obstáculos superados reforçam a potência da indústria de fundos para se reinventar e evoluir. A Resolução 175 é fruto desse esforço, e o fim da adaptação inaugura definitivamente uma nova fase para o setor, em que a sofisticação dos produtos caminha lado a lado com a responsabilidade e o foco no investidor.

Pedro Rudge é diretor da Anbima e sócio fundador da Leblon Equities
E-mail diretoria@anbima.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Fio da Meada
Reforma e freio de arrumação no Imposto de Renda
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Aperfeiçoar a cota para PcD, flexibilizar não
valor.globo.com/legislacao

TJPB
Associação é condenada por descontos
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Quarta-feira, 2 de julho de 2025

Legislação & Tributos SP

Previdenciário 2ª Turma decidiu que a questão é constitucional e deve ser julgada pela Corte

STF analisará cobrança de contribuição ao INSS sobre vale-refeição e vale-transporte

Luiza Calegari
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá provocar uma reviravolta sobre a incidência de contribuição previdenciária nas parcelas descontadas do salário do empregado para pagar o vale-refeição e o vale-transporte. Uma decisão da 2ª Turma surpreendeu o mercado ao declarar que vai analisar a cobrança. Como no ano de 2020 a Corte havia decidido que essa questão é infraconstitucional, a última palavra seria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), favorável à tributação.

Nesses benefícios, parte do custo cabe ao trabalhador e outra parcela é bancada pelo empregador. A parte que é descontada do salário do trabalhador integra o salário de contribuição, que é a base de cálculo da contribuição previdenciária paga pela empresa, sob alíquota de 20%. Sobre a parcela que a própria empresa custeia do benefício, por outro lado, não incide contribuição previdenciária, segundo o próprio STF (RE 487410).

No ano de 2022, chegou ao Supremo o processo de uma empresa de engenharia questionando decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) favorável à tributação. Na época, acompanhando o relator, Luiz Fux, os ministros entenderam que a questão é infraconstitucional (ARE 1370843).

No ano passado, o STJ firmou entendimento no sentido de que as parcelas de vale-transporte, vale-refeição e alimentação, e plano de assistência à saúde estão sujeitas à contribuição previdenciária (Tema 1.174).

A decisão do STF, no entanto, de não analisar a questão, foi revertida, por unanimidade, na 2ª Turma da Corte, pouco antes do recesso do Judiciário. O ministro André Mendonça, novo relator do processo, tinha entendido que não era o caso de analisar a ação, por se tratar de questão infraconstitucional.

Dias Toffoli, porém, concordou com o contribuinte que a discussão gira em torno do conceito constitucional de "rendimentos do trabalho", incluído no artigo 195, inciso I, alínea "a" da Constituição pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Ele dispõe que incide contribuição destinada ao custeio da previdência "sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho".

Mendonça mudou o próprio voto e os demais ministros da 2ª Turma o acompanharam (ARE 1260750).

Toffoli ainda não se manifestou sobre o mérito, que é o pedido do contribuinte para afastar a incidência da contribuição previdenciária. Mas ele entendeu que a Corte deve analisar o alcance da expressão "rendimentos do trabalho" — apesar de já ter julgado a abrangência da folha de salários no ano de 2017 (RE 565160).

"O Supremo deveria superar o entendimento do STJ"
Carolina Rigon



Lucas Heck: benefícios não servem para remunerar o serviço prestado, mas apenas garantir que ele seja prestado

"Cabe investigar se é relevante, considerando-se os direitos sociais fundamentais ao transporte e à alimentação do trabalhador, a distinção entre prestações dadas pelo empregador para o trabalho e aquelas dadas pelo trabalho e, nessa seara, se compõem os rendimentos do trabalhador os valores atinentes a tais despesas necessárias para o trabalho", afirma o ministro em seu voto. Ainda não há data marcada para o julgamento.

O argumento da empresa é que a parcela do vale-refeição e do vale-transporte custeada pelo empregado não consiste em pagamento por serviço prestado. Seu caráter é indenizatório, conforme explicam os advogados Lucas Heck, sócio e fundador do Heck Advogados, e Paulo Coimbra, professor titular de direito tributário da UFMG, que atuaram na causa.

Conforme Alessandro Cardoso, sócio do Rolim Goulart Cardoso Advogados, a discussão é importante para a maioria das grandes empresas no país. "O impacto é significativo, principalmente para a indústria", diz. "O pagamento dos benefícios tem repercussão mensal, além de o julgamento gerar a expectativa de que a empresa consiga recuperar os valores recolhidos indevidamente no passado, em caso de entendimento favorável."

Para Carolina Rigon, sócia do ALS Advogados, o Supremo deveria superar o entendimento do STJ. Isso porque ele não levou em conta que a natureza jurídica da verba não muda por causa da mecânica do desconto do salário do empregado. "São valores destinados a garantir a dignidade do trabalhador, e não para remunerá-lo", defende.

"A decisão do STF é uma oportunidade importante para que seja reafirmado o conceito de remuneração, que deve ser atrelado exclusivamente àquilo que constitui um pagamento pelo trabalho ou pela prestação de serviço", diz. "Ficam excluídos, assim, os valores pagos para viabilizar o trabalho, com a finalidade de fornecer as condições de deslocamento e subsistência, que são direitos fundamentais", explica ela.

Para os advogados da causa, é impossível incluir verbas de caráter compensatório, como é o caso do vale-transporte e do vale-refeição, no conceito de remuneração. Isso porque elas servem apenas para auxiliar na garantia de direitos sociais do trabalhador. "Não servem para remunerar o serviço prestado, mas apenas garantir que ele seja prestado", afirma Lucas Heck.

Além desse recurso que será analisado pela 2ª Turma, chegaram ao Supremo dois outros processos que questionam diretamente o entendimento do STJ favorável ao Fisco. Um deles será analisado pela Corte (RE 1557147), mas o outro foi devolvido ao tribunal de origem (RE 1557148). A presidência entendeu que a questão já foi analisada no Tema 1.221.

Esses casos, contudo, eram mais restritos que a tese do STJ. Eles trataram da possibilidade de exclusão dos valores relativos ao Imposto de Renda (IR) e contribuição previdenciária do empregado e trabalhador avulsos, retidos na fonte pelo empregador, sobre a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e das destinadas ao SAT/RAT e a terceiros (Sistema S).

Receita limita uso de créditos por mineradoras

Beatriz Olivon
De Brasília

A Receita Federal esclareceu às mineradoras que despesas com a "descaracterização de barragens a montante" — desativação — não geram créditos de PIS e Cofins. Indiretamente, o entendimento aumenta a carga tributária dessas companhias. A resposta do Fisco consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 108, de 2025, que orienta os fiscais do país e, segundo tributaristas, pode ser um sinal de alerta para outros setores.

A empresa que fez a consulta está em processo de descaracterização de algumas barragens. Explicou à Receita que as barragens de rejeitos de mineração construídas pelo método a montante têm as estruturas de contenção construídas sobre os próprios rejeitos. Após acidentes recentes com barragens do tipo, ficou proibido o uso deste método de construção e tornou-se obrigatória a desativação das existentes.

A empresa argumentou ao Fisco que teria direito aos créditos porque, para cumprir a nova legislação regulatória e ambiental, precisa comprar uma série de bens e serviços como construção civil, demolição, estudos geológicos e reflorestamento.

Apontou ainda que esses bens e serviços estão inseridos no seu processo produtivo, sendo essenciais para a atividade principal, considerando-se as exigências normativas e a própria natureza da atividade mineradora.



"Custos são obrigatórios por razões regulatória e ambiental"
Tiago Severini

Na solução de consulta, a Receita considera que a descaracterização de barragens construídas a montante resulte da vedação desse método construtivo por normas legais. Contudo, reforça fundamentos e conclusões adotados em uma outra Solução de Consulta Cosit, de nº 193, de 2024, que tratou da "desmobilização de minas já exauridas".

Conforme o entendimento de 2024, nos casos de bens e serviços que a legislação específica exige que a companhia use em suas atividades, a permissão para o aproveitamento de créditos pela compra de insumos vale quanto "aos itens exigidos para que o bem produzido ou o serviço prestado possa ser disponibilizado para venda, ainda que já finalizada a produção ou prestação".

"Porém, esta permissão não alcança as hipóteses nas quais a circunstância geradora dos dispêndios ocorre após a venda do produto ou a prestação do serviço", afirma a Receita sobre os custos para a desativação de barragens. Para o Fisco, o uso de créditos de PIS/Cofins não é possível, nesse caso, porque são "despesas com itens estranhos à produção de bens destinados à venda ou à prestação de serviços".

Para Tiago Severini, sócio do Vieira Rezende Advogados, "a Receita entende que sendo atividade feita depois de gerar receitas não gera créditos, como se essa atividade não fosse necessária, mas ela é". "É obrigatório, tanto pela parte regulatória como pela ambiental", acrescenta.

Segundo o advogado, a vedação ao uso de créditos desses gastos poderá atrapalhar novos investimentos. Isso porque, com o crédito não reconhecido, como a empresa já gerou receita, vai diminuir a margem. "E no projeto seguinte ela vai considerar que não tem direito ao crédito no final, o que aumenta o custo do projeto e, assim, ele pode não ser viável economicamente", diz.

Por meio dessa mesma solução de consulta sobre descaracterização de barragens, a Receita Federal também dá uma sinalização negativa para a desativação referente a outras indústrias, como a de óleo e gás, segundo Severini. Ele explica que, nesse caso, as despesas também serão inevitavelmente posteriores ao momento de geração de receitas atreladas ao respectivo projeto.

O advogado Rubens Lopes, do escritório WFaria Advogados, também destaca que existem outros tipos de barragens e situações similares, que não estão expressos nessa análise da Receita mas podem ser abrangidos pelo mesmo entendimento. "Na prática, esses gastos [para a desativação] não estão embutidos nos gastos com o que se usa para extrair minério, mas é essencial para a atividade porque há uma obrigação regulatória", afirma. "E sem o serviço, a barragem pode ceder e causar dano ambiental", diz o advogado.

"Além disso, sendo essencial e relevante, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), são insumos para fins de créditos de PIS e Cofins", afirma Lopes REsp nº 1221170).

Por meio de nota, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) disse que as mineradoras estão custeando estas despesas, com o próprio caixa, "empenhadas em realizar a descaracterização nos prazos acordados com os órgãos responsáveis" *(Colaborou Jéssica Sant'ana)*

Destaque

Perda de uma chance
Uma ex-professora do Serviço Social da Indústria (Sesi) deverá receber indenização de R$ 12 mil porque foi dispensada no início do ano letivo. A condenação foi estabelecida pela 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que destacou diversas decisões da Corte no mesmo sentido. Admitida no Colégio Sesi de Curitiba (PR) em 2011 para lecionar português no ensino médio, a professora foi dispensada em fevereiro de 2016. Na ação, ela alegou ter sofrido danos materiais e morais ao ser dispensada num período em que as instituições de ensino já estão com sua grade horária e seu corpo docente definidos, não lhe dando tempo hábil para procurar novo emprego. Para as instâncias anteriores, a dispensa é direito do empregador. No recurso ao TST, a professora reiterou seus argumentos e disse que as cópias da carteira de trabalho comprovam que ela só foi conseguir nova colocação em março do ano seguinte, numa escola de línguas. O relator, ministro Cláudio Brandão, ressaltou que o empregador tem o dever de agir com lealdade, lisura, respeito e consideração com o empregado. Assim, alimentar uma expectativa de direito ao contrato de trabalho causa prejuízos não apenas financeiros, mas também psíquicos, e gera o dever de reparação baseado na perda de uma chance. A decisão foi unânime (RRAg-912-24.2017.5.09.0002).

Aperfeiçoar a cota para PcD, flexibilizar não

Opinião Jurídica

Juliana Rocha e Jamir Kinoshita

Considera-se que o lugar de fala legitima quem profere um discurso. Tal pressuposto deve ser considerado quando a discussão se espraia para o campo jurídico e a forma como as normas regulam a vida em sociedade.

Não é demais lembrar que as leis são elaboradas para adequar uma necessidade a determinado fato social. Trata-se, assim, de uma regulamentação que possibilita a convivência entre as pessoas, respeitando-se a pluralidade e a diversidade.

Essas questões são importantes ao se analisar a Lei 8.123/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e que, em seu artigo 93, determina a contratação de pessoas com deficiência – cuja sigla é PcD, e não PCD nem PCDs.

Conhecida como Lei de Cotas, estabelece que organizações com 100 empregados ou mais, ou seja, médias e grandes empresas, com faturamento anual a partir de R$ 4,8 milhões, reservem de 2% a 5% de suas vagas a esse público. Sancionada em 1991 e regulamentada em 1999, somente passou a ser fiscalizada em 2008.

Convém destacar que o Brasil é signatário da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada como emenda constitucional em 2007. Portanto, é um preceito da Constituição Federal que deve ser cumprido.

Nesse ponto é que se reforça a função social do Direito que, além de regulamentar as relações humanas, deve promover o bem comum ao garantir o respeito aos direitos individuais.

A premissa é relevante mediante o discurso de doutrinadores, alguns de renome, que defendem a flexibilização da Lei de Cotas, numa visão que preza exclusivamente as organizações em detrimento das PcD. É um lugar de fala unilateral, que restringe os demais agentes envolvidos para um bem comum, que é a necessidade de se aperfeiçoar o regramento sobre o tema.

O termo "flexibilização" é dúbio e perverso aos direitos sociais. Uma busca ao dicionário indica seu significado: abrandamento ou eliminação de leis ou normas. E é essa noção, escamoteada, que se usa como justificativa para as empresas descumprirem a lei.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) revela que é alto o déficit de vagas preenchidas por PcD. Na administração pública, o percentual é de 88,39%; nas empresas públicas e de economia mista, 45,91%; e nas organizações privadas, 49,35%.

Segundo o eSocial, que traz informações de trabalhadores registrados pelos empregadores, há diferença salarial entre pessoas sem deficiência e PcD. Enquanto o primeiro grupo tem remuneração média de R$ 1.904,49, o segundo recebe R$ 1.637,50. Há ainda desigualdade de gênero: uma mulher sem deficiência ganha R$ 1.791,42 e a que é PcD, R$ 1.411,77.

A inclusão social de PcD está longe de ser algo minimamente aceitável. E muito menos aceitável são as falsas argumentações de doutrinadores, que no caso desmerecem a alcunha, para explicar o não cumprimento da Lei de Cotas.

Uma alegação comum é a complexidade de certas atividades serem desempenhadas por PcD, remetendo-se ao trabalho em aeronaves, de vigilância e em embarcações. Ora, a deficiência por si só já restringe a PcD à execução de determinados ofícios. Assim, não se espera que alguém com deficiência visual atue como comandante de aeronave.

Outra falácia, com base em análise equivocada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), diz que a cota não é cumprida pela baixa qualificação atribuída às PcD: cerca de 50% com 25 anos ou mais não concluíram a educação básica e o índice de analfabetismo é de 19,5% nesse grupo, ante 4,1% da população sem deficiência.

Os dados só comprovam que as PcD estão excluídas do sistema educacional por uma série de fatores – para ficar em um deles, tem-se a dificuldade de locomoção. Portanto, a situação não se deve a uma mera escolha das PcD não quererem estudar.

Há ainda quem questione normas mais recentes, como a Lei 14.133/2021, que prevê as diretrizes para licitação e contratação por parte de administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais. Ao estabelecer que os licitantes devem provar que cumprem a cota de PcD, está se seguindo um regramento constitucional. Logo, não faz sentido as empresas que querem participar das licitações criticarem esse requisito, que é apenas um entre os demais que compõem a lei.

Para um debate assertivo, destacamos duas pesquisas de doutorado. A primeira, defendida na Universidade Autônoma de Lisboa, tem como autor o ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, do Tribunal Superior do Trabalho. O estudo analisou os impactos da reforma trabalhista no sistema de cotas de emprego no Brasil e em Portugal, a partir de uma ampla investigação da doutrina, das legislações e das jurisprudências. No contexto brasileiro, mostrou-se de como a Lei de Cotas é descumprida pelas grandes organizações.

A outra, realizada na USP, apontou os preconceitos e a discriminação latente no mundo do trabalho das PcD: as vagas destinadas são aquelas que têm menores qualificação e remuneração. Não há política de carreira para elas, o que significa que o seu lugar se restringe à porta de entrada das empresas, sem possibilidade de ascensão profissional.

Um convívio social que se queira justo, inclusivo e diversificado precisa superar tais barreiras capacitistas. Para as PcD, é imprescindível que poder público, empresas e sociedade civil busquem aperfeiçoar as normas sobre a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. O discurso da flexibilização só serve para quem defende o retrocesso e a incivilidade, algo que, aliás, não condiz aos ditos padrões de ESG tão buscados pelas corporações.

Juliana Rocha e Jamir Kinoshita são, respectivamente, advogada militante na área de diversidade; e pesquisador do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), além de especialista em temas de diversidade e inclusão

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Bradseg Participações S.A.

CNPJ nº 02.863.655/0001-19 – NIRE 35.300.158.938

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

[illegible]

ISA Energia Brasil S.A.

Companhia Aberta

[illegible]

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

[illegible]

São Paulo, 30 de junho de 2025

Jorge Andres Carrillo Cardoso

Presidente do Conselho de Administração

ORIZON MEIO AMBIENTE S.A.

[illegible]

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

[illegible]

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

[illegible]

Edital de Reconvocação - Assembleia Geral Extraordinária

[illegible]

São Paulo, 01 de julho de 2025.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

SILVEIRA LEILÕES

[illegible]

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

FICAM CONVOCADOS OS SENHORES ACIONISTAS DAS COMPANHIAS

1. SPE COSTA BRANCA ENERGIA S.A. [illegible]
2. SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A. [illegible]
3. SPE JUREMAS ENERGIA S.A. [illegible]
4. SPE MACACOS ENERGIA S.A. [illegible]
5. SPE PEDRA PRETA ENERGIA S.A. [illegible]
6. SPE NAVEGANTES ENERGIA S.A. [illegible]
7. SPE BAIXA VERDE ENERGIA S.A. [illegible]
8. SPE CAJUEIRO ENERGIA S.A. [illegible]
9. SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible]

Campinas, 02 de julho de 2025

KEDI WANG - Diretor Executivo

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

Bradseg Participações S.A.

CNPJ nº 02.863.655/0001-19 – NIRE 35.300.158.938

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

[illegible]

Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A.

CNPJ nº 15.011.651/0001-54 – NIRE 35.300.418.646

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 30.4.2025

[illegible]

Valor 100 Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

CAIXA Asset — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 42.040.639/0001-40 – NIRE 35.3.0058913-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 09 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Realizada ao 09º dia do mês de abril de 2025, às 17h15, por videoconferência, na forma da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e do previsto no Artigo 14 do Estatuto Social da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CAIXA DTVM", "CAIXA ASSET" ou "Companhia"). **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) Demonstrações Financeiras da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Relatório da Administração e proposta de destinação do resultado, relativos ao exercício de 2024; e (ii) Eleição dos administradores e membros do Conselho Fiscal. **DELIBERAÇÕES:** A Acionista, em Assembleia Geral Ordinária, decidiu: (i) Aprovar as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a distribuição do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme proposta contida no RELATÓRIO EXECUTIVO DITVM/GECOF nº 006/2025. (ii) Que (i) o prazo de gestão dos atuais administradores será estendido para até a investidura dos novos administradores eleitos ou reconduzidos, observando o disposto no Estatuto Social da Companhia e no artigo 150, §4º, da Lei nº 6.404/76, e (ii) os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal permanecerão no cargo até a investidura de novos Conselheiros Fiscais eleitos ou reconduzidos.
JUCESP sob o nº 184.521/25-5, em 12/06/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em exercício.
Íntegra da publicação em https://valor.globo.com/valor-ri

CEAGESP

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 35300027[illegible]

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, convocados na forma do art.124 da Lei nº 6404/76, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 11 de julho de 2.025, às 11 horas, na sede social da Companhia, à Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1946, 3º andar, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação sobre as demonstrações financeiras de 2024; b) Destinação do resultado de 2024; c) Fixação da remuneração dos administradores, membros do conselho fiscal e comitê de auditoria; e d) Eleição de membros para o conselho fiscal. Comunicamos que esta Assembleia Geral ocorrerá de forma PRESENCIAL.
São Paulo, 02 de julho de 2.025.
Moisés Savian - Presidente do Conselho de Administração

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº004/2025/SEDEC/MT
SEDEC-PRO-2025/00003

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio de seu Secretário de Estado Sr. **CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA, ADJUDICA E HOMOLOGA** o objeto do Grupo 2, do resultado da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº004/2025/SEDEC, realizado no Sistema de Aquisições Governamentais/SIAG, Processo Administrativo SEDEC-PRO-2025/00003, onde a abertura da sessão ocorreu no dia 20/05/2025, às 9h (horário de Cuiabá/MT), composta de 1 Lote, ficando o resultado da seguinte forma: **ADJUDICADO e HOMOLOGADO** por este Secretário a lote em favor da empresa: **CUIABANA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 23.280.429/0001-65, GRUPO 2 – no valor total do Lote de R$5.132.599,92 (Cinco milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), para o prazo de 24 meses, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de motorista e diárias,** para atender demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Cuiabá, 26 de Junho de 2025.
CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC-MT
Assinado Digitalmente Via Sigadoc

---

copersucar

Copersucar S.A.
CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-77 - NIRE 35300368941
Extrato da Ata da Reunião de Diretoria Realizada no Dia 11/06/2025

Aos 11/06/2025, às 14h, na sede. O Sr. Diretor sem designação específica, Julio Alvarez Ruela presidiu a mesa e convidou a mim, Juliana Montanheiro Laus, para secretária. Foi dispensada a leitura da ordem do dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Por unanimidade de votos dos presentes, a Diretoria deliberou por encerrar o seguinte estabelecimento filial desta Companhia: (i) Filial Paulínia, com atividade econômica principal de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.), localizada na Avenida Paris, nº 4077, Cascata, CEP 13.146-061, Paulínia/SP, CNPJ/MF nº 10.265.949/0016-62, sob o NIRE nº 35.9.0440244-7 e na I.E. sob nº 513.067.441.118. Nada mais. São Paulo, 11/06/2025. Mesa: Julio Alvarez Ruela - Diretor; Juliana Montanheiro Laus - Secretária. JUCESP nº 211.901/25-4 em 24/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90219/2025.
Nº Processo: 024.00272476/2025-21.
Objeto: Aquisição de Dieta Infantil, em Atendimento às Demandas Judiciais e Administrativas.
Total de Itens Licitados: 11 (onze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 02/07/2025
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: A partir de 02/07/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 15/07/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90218/2025.
Nº Processo: 024.00082462/2025-16.
Objeto: Aquisição de Aparelho de Amplificação Sonora em Atendimento à Demanda Judicial.
Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 02/07/2025
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: A partir de 02/07/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 15/07/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

PREFEITURA DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Portal de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

PROCESSO: 6018.2025/[illegible] - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90274/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: aquisição de freezer vertical, contemplando entrega, teste de funcionamento e manutenção durante o período de garantia, para o Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Correa Netto, vinculado a esta Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 14h00, do dia 04 de julho de 2025, a cargo da 1ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/[illegible] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90079/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: registro de preços para o fornecimento de fórmula infantil 1 e 2. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 14 de julho de 2025, a cargo da 6ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/[illegible] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90092/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CATETER VENOSO 4 FR X 12 A 15 CM DUPLO LÚMEN, KIT DE CATETER PARA TERAPIA RENAL TIPO HEMODIÁLISE DUPLO LÚMEN DE LONGA PERMANÊNCIA 14,5 FR X 45 CM E 14,5 FR X 40 CM. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 11 de julho de 2025, a cargo da 6ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/[illegible] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FIOS CIRÚRGICOS SINTÉTICOS ABSORVÍVEL; INABSORVÍVEL. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 22 de julho de 2025, a cargo da 10ª CPL/SMS.
PROCESSO: 6018.2025/[illegible] - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90079/2025-SMS.G
Tipo menor preço - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL - PILHA, ALCALINA, AA, 1,5 V (ENERGIZER), PILHA, ALCALINA, PALITO, AAA, 1,5 V (ENERGIZER) e PILHA ALCALINA AAA 1,5 V (PANASONIC POWER). A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00 do dia 16 de julho de 2025, a cargo da 17ª CPL/SMS.

MAPFRE

MAPFRE VIDA S.A.
(Subsidiária Integral) CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 35300113769-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de outubro de 2024, às 10h00, na sede da MAPFRE VIDA S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da MAPFRE VIDA S.A. ("Companhia"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Oscar Jose Celada Rodriguez, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre alteração Diretoria da Companhia; (ii) reeleger e ratificar as designações específicas dos Diretores, estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) eleger ao cargo de Diretora da Companhia, com efeitos imediatos, para cumprir mandato complementar até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 a Sra. Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux, brasileira, casada, securitária, inscrita no CPF/ME sob nº 213.874.678-08, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000 e, considerando que a Diretora ora eleita ocupou nos últimos 6 (seis) meses cargo estatutário em outra sociedade supervisionada, não necessita obter aprovação prévia da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados para sua eleição, nos termos do §2º, do artigo 43, da Resolução CNSP nº 422/21. (i.a) em razão da deliberação acima, a Diretoria passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor-Presidente	03.03.2024	A.G.O. DE 2026
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor	03.03.2024	A.G.O. DE 2026
Andre Corica Caselli	Diretor	03.03.2024	A.G.O. DE 2026
Antonio Clemente Campanario	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Roberto Junior de Amore	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O. DE 2026
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora	01.10.2024	A.G.O. DE 2026

(ii) considerando a eleição ora deliberada e que a Diretora eleita ficará responsável pelos Controles Internos, Conformidade e Riscos, em cumprimento ao disposto no art. 11 § 2º do Estatuto Social da Companhia e, nos termos do Art. 54 § 3º da Circular SUSEP nº 700 de 2024, a única acionista da companhia ratifica e atribui as funções específicas dos diretores estatutários, conforme quadro abaixo:

DIRETOR	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e da ocultação de bens), conforme art 12 da Circular SUSEP nº 612/20 e; (b) pelos controles internos, conforme art. 3º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Antonio Clemente Campanario	Diretor técnico responsável (a) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art. 3º, II, Res. CNSP nº 432/2021).
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável (a) pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open insurance), conforme art. 3º.
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor Responsável (a) pelo artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020 e; (b) pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (art. 22 da Res. CNSP nº 431/21).
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor Responsável (a) pelo Administrativo-Financeiro (art. 54, §2º, da Circ. SUSEP nº 700/2024); (b) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3º, III); (c) pela Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros); (d) pelas relações com a SUSEP (art. 54, §1º, da Circ. SUSEP nº 700/2024) e; (e) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** **Mesa:** Oscar Jose Celada Rodriguez, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de outubro de 2024. Oscar Jose Celada Rodriguez - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 141.434/25-9 em 30/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

---

copersucar

Copersucar S.A.
CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-77 - NIRE 3.530.036.040-1
Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada no Dia 18/03/2025

Aos 18/03/2025, às 11h, na cidade de SP/SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 13º andar, sala 01, Vila Gertrudes, reuniram-se extraordinariamente, de forma presencial e remota, nos termos do Artigo 24, § Único, do Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração da Companhia. Registrada a presença dos Conselheiros e membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da Copersucar, [illegible]. Assumiu os trabalhos o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Luís Roberto Pogetti, convidou a mim, Juliana Montanheiro Laus, para secretária. Foram tomadas as deliberações a seguir pelo Conselho, por unanimidade de votos: I. Apreciação das Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia e da Proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social Encerrado em 31.03.2025: a Diretoria apresentou aos Srs. Conselheiros as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Companhia e suas controladas, relativas ao período fiscal findo em 31/03/2025, acompanhadas do relatório anual da administração e das notas explicativas, salientando que referidos documentos receberam parecer favorável e sem ressalvas da empresa de auditoria externa. [illegible] II. Convocação da AGOE da Companhia: [illegible] 24/06/2025, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia [illegible]. Nada mais. São Paulo, 18/03/2025. Mesa: Luís Roberto Pogetti - Presidente; Juliana Montanheiro Laus - Secretária. JUCESP nº 211.929/25-6 em 24/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA CIDADE TIRADENTES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025-CT/2025 - PROCESSO SEI 6031.2025/0001821-4
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA, pelo prazo de 12 (doze) meses, a serem prestados nas dependências da Subprefeitura Cidade Tiradentes e UDO - Unidade Depósito de Obras, nas condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II, parte integrante deste edital e outros instrumentos correlatos.
Data/hora da sessão: 17/07/2025 às 10h00, download https://www.gov.br/compras - (UASG nº 925071), informações adicionais no e-mail subct[illegible]@smsub.prefeitura.sp.gov.br
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025-CT/2025 - PROCESSO SEI 6031.2025/0000[illegible]
OBJETO: Aquisição de Tubo para Dreno Corrugado 500 (QUINHENTOS) METROS E TUBOS DE PVC PARA ESGOTO, SENDO DE 100 MM, 150 MM E 200 MM, conforme quantidades, características e especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital.
Data/hora da sessão: 15/07/2025 às 10h00, download https://www.gov.br/compras - (UASG nº 925071), informações adicionais no e-mail subct[illegible]@smsub.prefeitura.sp.gov.br

---

Valor 100 — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

PREFEITURA DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA VILA MARIANA

COMUNICADO DE COMPARECIMENTO

A Subprefeitura da Vila Mariana comunica que os veículos abaixo descritos foram apreendidos e recolhidos ao pátio desta Subprefeitura, em razão dos seus abandonos nas vias públicas por mais de cinco dias consecutivos, em cumprimento com a determinação contida no § único do Art. 151 da Lei 13.478/02. O Proprietário poderá retirar o veículo mediante apresentação do documento de propriedade e do pagamento da multa e das taxas devidas, devendo dirigir-se à Supervisão de Fiscalização - Rua José de Magalhães, 500 - Bloco E - Vila Clementino, das 09:00 às 17:00 horas, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da publicação, findo os quais o veículo será levado a leilão.

PROCESSO SEI	PLACA	PROPRIETÁRIO	CPF/CNPJ	MARCA/MODELO	COR	ANO FAB/MOD.	CHASSIS
[illegible]	DUO-[illegible]	JOHNNY HITCSHI SAKESHIMA	08x.xxx.xxx-00	CITROEN PICASSO 16GL XTLX	CINZA	2006/2007	[illegible]
[illegible]	[illegible]	ANTONIO DONIZETI VIECONI	02x.xxx.xxx-21	M. BENZ 190 18D	BRANCA	1993/1993	[illegible]
[illegible]	DPM-2235	FLAVIO FLORENCIO DE JESUS	13x.xxx.xxx-77	PEUGEOT 206 SELETION	CINZA	2002/2002	[illegible]
[illegible]	[illegible]	MLR FREELANDER 2 SE I6	54x.xxx.xxx-72	MLR FREELANDER 2 SE I6	PRETA	2011/2011	[illegible]
[illegible]	JXY-[illegible]	RAIMUNDO ALMEIDA DA ROCHA	06x.xxx.xxx-72	GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE	VERDE	2005/2006	[illegible]
[illegible]	CQS-[illegible]	EMILIO BETELHO	48x.xxx.xxx-68	FORD/ESCORT GL	CINZA	1995/1995	[illegible]
[illegible]	BZP-8779	AM AUTOMÓVEIS	08.837.361/0001-14	FORD/ESCORT GL	CINZA	1994/1994	[illegible]

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

PREFEITURA DE SÃO PAULO — EDUCAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/SME/2024 - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2024/0001883-1
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte em ônibus de fretamento por viagem, com fornecimento de veículo, condutor e combustível destinado ao transporte de todos os alunos, professores e funcionários da Rede Municipal de Educação e demais Órgãos Participantes - Adiou-se reabrir a licitação em epígrafe, que será realizada às 09h30 do dia 17/07/2025 - Download do edital: [illegible] e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br

---

PREFEITURA DE SÃO PAULO — SEGURANÇA URBANA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico Nº 90.010/SMSU/2025 - Processo SEI nº 6029.2025/0000428-2
Objeto: Constituição da ATA de Registro de Preço - para contratação de empresa especializada no fornecimento de kit Lanche, para eventos apoiados pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital - Data prevista para o dia 21/07/2025 às 10h00min - Local: www.compras.gov.br - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/

Valor 100
Análises, opiniões e informação sobre o cenário econômico com o time de especialistas do Valor.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

ERRATA DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE REABERTURA

SEI: 387.00002244/2025-75 PREGÃO nº 90.010/2025 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de Wi-Fi composta por Access Point, gerenciamento, sistema de controle de acesso, serviços de instalação, suporte técnico e manutenção pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender as necessidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU.

ONDE SE LÊ:
Tendo em vista as alterações acima, a CDHU comunica a prorrogação do prazo – Abertura 15/07/2025 às 09h, realizada por intermédio do sistema Compras.Gov.Br: www.gov.br/compras/pt-br

LEIA-SE:
Tendo em vista as alterações acima, a CDHU comunica a prorrogação do prazo – Abertura 17/07/2025 às 09h, realizada por intermédio do sistema Compras.Gov.Br: www.gov.br/compras/pt-br

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

CAIXA Asset — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ 42.040.639/0001-40 – NIRE 35.3.0058913-8

EXTRATO DA ATA Nº 05
Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 14 de Abril de 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada de forma eletrônica, com início no 14º dia do mês de abril de 2025, às 10h12, e término no 15º dia do mês de abril de 2025, às 18h31, na forma da convocação e Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, e do previsto no Artigo 14 do Estatuto Social da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CAIXA ASSET" ou "Companhia"). 2. CONVOCAÇÃO: Os membros foram regularmente convocados para esta reunião, conforme previsto [illegible], do Regimento Interno do Conselho de Administração, instalando-se a reunião nos termos do Art. 19 do Estatuto Social da Companhia. 3. COMPOSIÇÃO: Presidente, Sr. MARCOS BRASILIANO ROSA, Vice-Presidente, Sra. RENATA VARGAS AMARAL, Conselheiras, Sra. ADRIANA GOMES RÊGO e Sra. CELINA PEREIRA, Conselheiro Sr. SAULO FARHAT PAIVA, e Conselheiros Independentes, Sr. ALEXANDRE HEITOR RIBEIRO BATISTA e Sr. LAURI TADEU CORRÊA MARTINS. 4. PRESENÇA: Registradas as manifestações da totalidade dos membros por correspondência eletrônica. 5. MESA: O Sr. Anderson Luiz Pereira de Paula, Superintendente Nacional de Riscos, Compliance e Governança, presidiu os trabalhos, que foram secretariados por mim, Edna Lúcia de Alencar Melo Camargo, Gerente Executiva da GN Governança, Riscos Especializados e Compliance. 6. ORDEM DO DIA: (i) Eleição do Sr. Marcelo Sutti Maia, para o cargo de Diretor Executivo da CAIXA ASSET, na Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance, para cumprir mandato unificado (2025/2027), até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2026, por indicação da CAIXA. 7. DELIBERAÇÕES: O Conselho de Administração da CAIXA ASSET, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 9º do seu Regimento Interno, apreciou a matéria constante da Ordem do Dia, conforme a seguir: (i) Após apreciação, o Conselho aprovou, por unanimidade, a eleição do Sr. Marcelo Sutti Maia, (...), (...), CPF (...), domiciliado na (...), e-mail (...), para exercício no cargo de Diretor Executivo da Diretoria de Riscos, Governança, Integridade e Compliance da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., por indicação da CAIXA, (...), para mandato de gestão unificado de 2 (dois) anos (2025/2027), com início na data de assinatura do respectivo termo de posse e até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2026, ressalvado o disposto no art. 27, § 2º, do Estatuto Social, e podendo ser reconduzido, nos termos do art. 27, caput. A designação se dará em substituição à atual Diretora Executiva, Sra. Mônica dos Santos Monteiro, eleita em 09/02/2024 pelo Conselho de Administração para ocupar o cargo de Diretora Executiva da DIRIC no mandato encerrado em 09 de abril de 2025, data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, o Relatório da Administração e proposta de destinação do resultado relativos ao exercício de 2024, e cuja posse se deu em 23/02/2024. 8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, cuja ata, lavrada, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, Vice-Presidente, demais Conselheiros e integrantes da mesa.
Assinaturas: Presidente da Mesa Anderson Luiz Pereira de Paula; Secretária: Edna Lúcia de Alencar Melo Camargo; Conselheiros: Adriana Gomes Rêgo, Alexandre Heitor Ribeiro Batista, Celina Pereira, Lauri Tadeu Corrêa Martins, Marcos Brasiliano Rosa, Renata Vargas Amaral e Saulo Farhat Paiva.
JUCESP sob o nº 184.509/25-3, em 12/06/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em exercício.
Íntegra da publicação em https://valor.globo.com/valor-ri

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00730168322025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90036/2025.
Nº Processo: 024.00211171/2024-61.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor Total da Licitação: (Sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 02/07/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: A partir de 02/07/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 16/07/2025 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90067/2025.
Nº Processo: 024.00045299/2025-19
Objeto: Registro de Preços para Contratações Futuras de Fraldas descartáveis com determinação de marca, exclusivo para Atendimento de Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 09 (nove).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 02/07/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: A partir de 02/07/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 15/07/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
EDITORA GLOBO

NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, CADA BALANÇO CONTA UMA HISTÓRIA.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

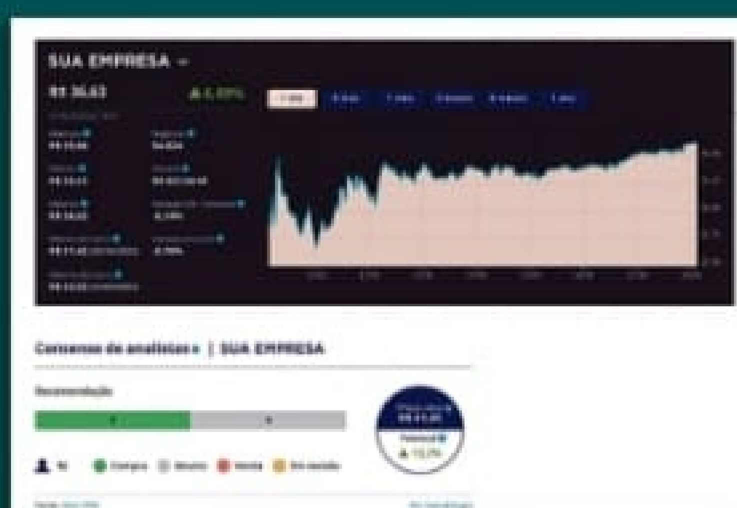
Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico, Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:



INDICADORES DE MERCADO E CONCORRENTES:
Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.



VALOR DAS AÇÕES E RECOMENDAÇÕES:
Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



BALANÇO DETALHADO E FATOS RELEVANTES:
Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.
VALOR EMPRESAS 360
Para quem investe sabendo
valor.globo.com/empresas360

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo | Valor Empresas 360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**